

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ALESSANDRA RODRIGUES DE FREITAS

**ASPECTOS HISTÓRICOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE FUNDAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DA APAE DE CORUMBÁ (MS)**

**Corumbá, MS
2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ALESSANDRA RODRIGUES DE FREITAS

**ASPECTOS HISTÓRICOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE FUNDAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DA APAE DE CORUMBÁ (MS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do *Câmpus* do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar

**Corumbá, MS
2025**

FREITAS, Alessandra Rodrigues. Aspectos históricos de uma Instituição de Educação Especial: um estudo sobre a APAE de Corumbá (MS), 136f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação do Campus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Área de Concentração: Educação Social. Linha de Pesquisa: Políticas, práticas institucionais e exclusão/inclusão social.

Aprovado em: 27/02/2025

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar (Orientadora) Web Conferência
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS)

Profa. Dra. Kátia Regina M. Caiado (Titular Externo) Web Conferência
(Universidade de Campinas - UNICAMP)

Prof. Dr. Fabiano Quadros Rückert (Titular Interno) Web Conferência
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS)

Profa. Dra. Regina Cestari de Oliveira (Suplente Externo) Web Conferência
(Universidade Católica Dom Bosco – UCDB)

Prof. Dr. Fabiano Antônio dos Santos (Suplente Interno) Web Conferência
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que em todo momento me sustentou com sua Graça e Bênção, não deixando-me perder e nem desistir. Obrigada Deus por tudo!

Ao meu esposo Nelson e aos meus filhos Gustavo e Alice, minha base, por me motivarem e acreditarem em mim!

A minha estimada Professora e Orientadora Mônica Kassar por toda atenção, carinho, zelo, cuidado e muita paciência. Obrigada pela sua dedicação, foi essencial para a realização desse trabalho!

A minha mãe Alaide e ao meu pai Noraldino (*In Memoriam*) que sempre me incentivaram a estudar, foram a minha base de formação em todos os aspectos. Meu pai está ausente fisicamente, mas presente em minhas memórias!

Aos meus irmãos por sempre me apoiaram, principalmente minhas irmãs Ana Cláudia e Luciene que são para mim exemplos de força e determinação.

Às queridas Damiana, Kariny, Aurilúcia e Rosa Alessandra, amigas que fiz no Mestrado e foi possível compartilharmos momentos ricos de estudo, trabalhos e incríveis viagens!

Aos professores, Dra. Kátia Regina M. Caiado e Dr. Fabiano Quadros Rückert, agradeço por se disporem a participar da Banca de Qualificação e Defesa, pela leitura cuidadosa desta dissertação e pelas orientações que muito concorreram para o aperfeiçoamento e o seguimento da pesquisa.

Agradeço minha querida professora Edelir Salomão que desde a graduação me acompanha! O seu incentivo foi essencial para que eu pudesse estar nesse Programa de Mestrado!

Aos Coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Educação do *Campus* do Pantanal aos quais convivi nesses dois anos, Professora Bárbara e Professor Fabiano Quadros pela atenção, carinho e cuidado na partilha de seus conhecimentos que muito me ajudou nessa pesquisa. E a todos os demais professores do PPGE/CPAn, externo a minha admiração e reconhecimento.

À Prefeitura Municipal de Corumbá, através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que me concedeu afastamento para estudo e com isso pude me dedicar com exclusividade a este trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Edital chamada nº 09/2022, bolsa produtividade. Protocolo 308540/2022-0 e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, que possibilitaram as viagens de estudo para Espanha e Portugal nos de 2023 e 2024, e a viagem para a pesquisa na Unicamp, no acervo da professora Gilberta Jannuzzi.

À APAE de Corumbá (MS) que abriu as portas da instituição e me acolheu para a realização deste trabalho!

Aos colegas de Mestrado da turma 2023. Pelos momentos ricos que compartilhamos. Todo o processo de aprendizagem não seria o mesmo sem vocês. Foram momentos enriquecedores!

RESUMO

ASPECTOS HISTÓRICOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE FUNDAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA APAE DE CORUMBÁ (MS)

Este trabalho está inserido na Linha de Pesquisa “Políticas, práticas institucionais e exclusão/inclusão social” do Programa de Pós-Graduação em Educação, *Campus* do Pantanal/UFMS e tem como objetivo geral analisar o processo de implantação e implementação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corumbá (MS) no contexto histórico da Educação Especial no Brasil. Tem como objetivos específicos: Compreender a relação da APAE com a educação, buscando o lugar da escolarização das pessoas PEE naquele contexto; Compreender a atuação da APAE junto ao Estado, buscando identificar as questões de financiamento naquilo que chamamos de relação público-privado; Identificar na sua relação com a saúde o perfil dos atendimentos; Identificar a relação da APAE com a FENAPAES e a força política implicada nessa relação e presente nos diferentes momentos da história da Educação Especial no Brasil. A pesquisa é caracterizada como documental, com base na natureza da fonte, que consistiu no primeiro Livro de Atas da instituição, que contém informações de sua atuação desde sua fundação em 1971, até o ano de 1990, que configurou no nosso recorte temporal. A perspectiva teórica adotada é o materialismo histórico-dialético, pois entendemos ser impossível compreender os fatos isolados de sua materialidade. Tem como hipótese que o surgimento e a consolidação da APAE de Corumbá se assemelham com a formação de outras APAEs no Brasil, e deram-se como resultado de experiências sociais, culturais e políticas vivenciadas na região naquela época, cujas transformações ocorridas em nossa economia e sociedade, somados à influência estrangeira, contribuíram para o seu delineamento e sua formação. Os resultados apontaram que a instituição foi fundada por uma elite social com influência política, logo filiou-se à FENAPAES e dela recebia seus direcionamentos. Recebia subsídios do Estado por meio de convênios e bolsas de estudos conforme previa a LDB/61, além de grandes arrecadações, oriundas da mobilização da sociedade civil que sempre prestava apoio. Na escolarização, a instituição buscava parcerias com a sociedade civil através do voluntariado e na saúde investiu valores consideráveis para montar um Centro de Reabilitação, demonstrando sua atenção para um modelo médico de deficiência.

Palavras-chave: História da Educação Especial; APAE; Corumbá MS

ABSTRACT

HISTORICAL ASPECTS OF A SPECIAL EDUCATION INSTITUTION: A STUDY ON THE FOUNDATION AND IMPLEMENTATION PROCESS OF APAE DE CORUMBÁ (MS)

This work is part of the Research Line “Policies, institutional practices and social exclusion/inclusion” of the Postgraduate Program in Education, Pantanal Campus/UFMS and its general objective is to analyze the process of implantation and implementation of the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) of Corumbá (MS) in the historical context of Special Education in Brazil. Its specific objectives are: to understand APAE's relationship with education, looking for the place of schooling for people with special needs in that context; to understand APAE's work with the state, seeking to identify funding issues in what we call the public-private relationship; to identify the profile of care in its relationship with health; to identify APAE's relationship with FENAPAES and the political force involved in this relationship and present at different times in the history of Special Education in Brazil. The research is characterized as a documentary research, based on the nature of the source, which is the first Book of Minutes, which contains information on the work of this institution since its foundation in 1971, until the year 1990, which configured our time frame. The theoretical perspective adopted is historical-dialectical materialism, as we believe it is impossible to understand facts in isolation from their materiality. Its hypothesis is that the emergence and consolidation of APAE Corumbá is similar the formation of other APAEs in Brazil, and was the result of social, cultural and political experiences in the region at the time, whose transformations in our economy and society, together with foreign influence, contributed to its design and formation. The results showed that the institution was founded by a social elite with political influence and soon joined FENAPAES and received its guidelines from it. It received subsidies from the state through agreements and scholarships, as provided for in the LDB/61, as well as large amounts of money raised by mobilizing civil society, which always provided support. In schooling, the institution sought partnerships with civil society through volunteering and in health it invested considerable amounts to set up a Rehabilitation Center, demonstrating its attention to a medical model of disability.

Keywords: History of Special Education; APAE; Corumbá MS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quantitativo de Teses e Dissertações encontrados por Descritores.....	23
Quadro 2- Resultados da busca no Portal da Biblioteca Digital Brasileiras de Teses e Dissertações (BDTD).....	24
Quadro 3- Resultado da busca na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).....	28
Quadro 4- Quantitativo de Teses e Dissertações encontradas por Descritores.....	30
Quadro 5- Resultado da busca na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	31
Quadro 6- Resultado da busca no Repositório do Programa de Pós Graduação em Educação do <i>Campus</i> do Pantanal.....	35
Quadro 7- Números de Atas do Primeiro Livro.....	50
Quadro 8- Número de Atas do Segundo Livro.....	51
Quadro 9- Diretoria eleita em 1973.....	82

LISTA DE SIGLAS

UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
PPGE- Programa de Pós Graduação em Educação
CPAn- *Campus* do Pantanal
UNICAMP- Universidade de Campinas
BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
PEE- Público da Educação Especial
PNEEPI- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
LDB- Lei de Diretrizes e Bases
FENAPAES- Federação Nacional das Apaes
TIC- Tecnologia de Informação e Comunicação
PUC-RIO- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PEI- Plano Educacional Individualizado
DUA- Desenho Universal da Aprendizagem
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CF- Constituição Federal
AEE- Atendimento Educacional Especializado
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CENESP- Centro Nacional de Educação Especial
NEE- Núcleo de Educação Especial
ABPEE- Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação
CEE- Conselho Estadual de Educação
IBC- Instituto Benjamin Constant
INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos
NARC- *National Association for Retarded Children*
MEC- Ministério da Educação
FUNABEM- Fundação do Bem Estar do Menor
LBA- Legião Brasileira de Assistência
ION- Instituto de Organização Neurológica
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social
FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
	1.1 A trajetória da Pesquisadora	14
	1.2 Delineamentos da Pesquisa.....	18
	1.3 Revisão da Literatura.....	22
	1.4 Objetivos	37
2	MÉTODO E PROCEDIMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS....	38
	2.1 Método.....	39
	2.2 Procedimentos Metodológicos	46
	2.2.1 Itinerário da Pesquisa de Campo.....	48
3	TRAJETÓRIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL	
	À PESSOA PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	54
4	APAE: UM POUCO MAIS DESSA HISTÓRIA.....	64
5	UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA APAE DE CORUMBÁ (MS).....	71
	5.1 Sobre a Fundação.....	73
	5.2 Sobre os Estatutos.....	76
	5.3 Implementação de sua estrutura organizacional.....	82
	5.4 APAE e sua relação com a educação.....	86
	5.5 APAE e sua relação público-privado.....	93
	5.6 APAE e sua relação com a saúde.....	102
	5.7 APAE e sua relação com a FENAPAES.....	109
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS	120
	ANEXOS	130

I INTRODUÇÃO

"Como as aves, pessoas são diferentes em seus voos, mas iguais no direito de voar." (Judite Hertal)

Este estudo, de cunho documental, trata da história da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no contexto da Educação Especial do município de Corumbá (MS), desde sua implantação em 1971 até o ano de 1990.

O ano de 1971 foi escolhido como inicial, pois refere-se ao ano de fundação da APAE de Corumbá (MS), com base no documento oficial encontrado na instituição (Ata de Fundação/ 1971). Esta Ata parece marcar o início da Educação Especial na região, pois até o momento não foi encontrado nenhum registro que trate do atendimento ao público da Educação Especial em Corumbá (MS) anteriormente a esta data. Já o ano de 1990 foi escolhido por ser a data de encerramento do primeiro livro de Atas da instituição, pois, após análise de todo material empírico coletado, considerou-se que este período aborda a primeira fase de sua atuação. É importante destacar que dentro deste recorte temporal abrangemos a Promulgação da Constituição Federal de 1988 e pudemos analisar algumas ações decorrentes desse evento. A Constituição Federal do Brasil constituiu-se um marco, pois através dela a educação passa a ser entendida como direito público subjetivo de todo cidadão.

A APAE de Corumbá (MS) foi fundada em 1971 e já soma mais de cinco décadas atuando no atendimento de pessoas Público da Educação Especial (PEE). Desde a fundação de sua primeira instituição no Brasil, em 1954, estas se organizaram em rede e funcionam de forma paralela ao ensino regular, propondo também atendimento educacional (Botelho, 2019; Jannuzzi, Caiado, 2013). Segundo Kassar (2011), no Brasil, o atendimento direcionado às pessoas com deficiência foi sendo construído separadamente da educação, abarcando também uma população que não apresentava deficiência que era formada por alunos “repetentes” dos primeiros anos do Ensino Fundamental, constituindo-se, assim, um campo de atuação específico, sem interlocução com a educação comum, muitas vezes oferecida em locais separados dos outros alunos (Kassar, 2011).

Jannuzzi (2004) e Kassar (2011) ainda apontam que as escassas escolas públicas no país, durante a primeira metade do século XX, impulsionaram os pais, profissionais de diversas áreas e pessoas com deficiências a se organizarem, formando instituições privadas de atendimento especializado. “Essas instituições acabaram ocupando um lugar

de destaque na Educação Especial Brasileira, chegando a confundir-se com o próprio atendimento público, aos olhos da população, pela gratuidade de alguns serviços” (Kassar (2011, p. 67).

Nas últimas décadas, o Brasil ampliou gradativamente a garantia de direitos para o atendimento educacional de pessoas PEE e, segundo Pletsch (2020), as mudanças mais significativas ocorreram a partir da divulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPI (Brasil, 2008).

Esta Política amplia a atuação da escola regular em relação a esses estudantes e fortalece a concepção de que a Educação Especial deve integrar a proposta pedagógica das escolas, como indicado desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Brasil, 1996). Esta Política direciona o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional, além de orientar a organização de rede de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (Brasil, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, [...] (Brasil, 2008, p. 8).

Mesmo com a apresentação dessa Política e demais documentos legais decorrentes dessa perspectiva inclusiva e do crescimento do número de matrículas na rede comum, o lugar das instituições especializadas parece resistir, como analisam Rebelo e Kassar (2014). As autoras acrescentam,

[...]embora a rede de educação pública seja, pela política atual, incumbida de assumir as ações para a escolaridade de toda a população, a instituição tradicionalmente dedicada à Educação Especial continua responsável por uma grande quantidade de alunos com deficiência (Rebelo; Kassar, 2014, p. 16).

A história mostra-nos que, na contramão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem-se no Brasil a presença e a atuação das inúmeras unidades de APAEs. Segundo Jannuzzi e Caiado (2013), a partir da década de 1990, vários avanços ocorreram na regulamentação da legislação referente aos direitos sociais com a tentativa de o Estado assumir a Educação Especial. “Mesmo assim o

Movimento Apaeano¹ segue propondo uma escola institucional, sob sua jurisdição” (Jannuzzi; Caiado, 2013, p. 59).

A partir do início da década de 1990, principalmente após a Declaração de Salamanca (1994), há uma grande repercussão no discurso de inclusão e a ênfase da responsabilidade da educação é colocada na escola regular/comum, que “deve possibilitar a apropriação do saber por todos os cidadãos” (Jannuzzi, 2012, p. 160).

Considera-se, também, que no contexto social e econômico, a partir dessa década, o país se abre cada vez mais à globalização, ao mercado competitivo e à busca por produtividade. Nesse contexto, as APAEs, sendo organizadas pela Federação Nacional das APAEs (FENAPAES)², começam a se reestruturar e lançam uma série de documentos visando reafirmar e avançar na formulação de seus objetivos. E no que tange à educação, o documento lançado pela Federação é APAE Educadora – A escola que buscamos³ que afirma a “necessidade de se definir ações educativas [...], de se obter o reconhecimento oficial das escolas organizadas pelo Movimento Apaeano, [...] (Jannuzzi; Caiado, 2013, p. 49). As autoras ainda afirmam que foi a partir daí, que esse movimento cresce em organização e gerenciamento e se estrutura burocraticamente, ampliando meios para garantir sua manutenção.

Jannuzzi e Caiado (2013) trazem-nos um panorama da trajetória da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil. Trata-se de um estudo que muito contribui para a História da Educação Especial, pois nos apresenta os caminhos percorridos que levaram à fundação da primeira APAE e como esta foi se constituindo como rede paralela à educação regular e se fortalecendo ao longo dos anos para se manter também como espaço de escolarização às pessoas com deficiência. Elas empreendem-se pela busca histórica da fundação dessa Instituição, pois propõem-se a compreender de que maneira a educação dos considerados “excepcionais” foi sendo construída pela atuação da APAE. É um trabalho que deixa reflexões em aberto e necessita de novas colaborações, como as autoras afirmam.

¹Denomina-se Movimento Apaeano a união da Rede Apae com a força mobilizadora dos pais ou “mães especiais”, dos “amigos da causa” e das pessoas com deficiência. (SILVA, 2017)

²A Federação foi fundada em 1962, oito anos após a fundação da primeira APAE do Brasil, com a participação das 12 primeiras APAEs que existiam no Brasil, e atualmente se constitui em mais de duas mil unidades. Fora criada para possibilitar uma maior unidade no movimento, estabelecendo um diálogo entre si e com o governo, demonstrando toda sua força política. (Salaberry, 2007).

³A proposta da APAE Educadora: A Escola que buscamos iniciou no Congresso da Federação das APAEs em 1993 e culmina em 2000/2001 com o lançamento do documento que é uma proposta orientadora das ações educacionais. (Salaberry, 2007).

No intuito de colaborar com as pesquisas nesse campo, direcionei o olhar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corumbá (MS) no contexto da História da Educação Especial.

Para Rafante (2016), as instituições especializadas no Brasil, a exemplo das Pestalozzi e APAEs, contêm acervos não verificados que podem abrigar documentos que ajudem na construção histórica do atendimento educacional aos “excepcionais” em suas localidades e nos possibilitam compreender também o movimento dessas instituições no que se refere às políticas públicas. Em relação ao acervo da APAE, a autora afirma: “[...] as Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) constituem outra instituição de significativa atuação, as quais possuem acervo histórico preservado e têm sido pouco pesquisadas pela História da Educação” (Rafante, 2016, p. 155).

Segundo D’Antino (1988), as associações de pais foram se formando no decorrer dos anos e se apresentando historicamente como alternativa de atendimento educacional especializado destinados a alunos que não eram atendidos pela rede pública de ensino, que eram aqueles que não se enquadravam ao que se chamava “grau leve de deficiência mental” (educável). A não inclusão de significativa parcela desses educandos foi um dos fatores, dentre outros, de mobilização de pais para a organização de instituição de caráter particular da Educação Especial. “A iniciativa de pais é, portanto, uma realidade e, como tal, faz parte da história da Educação Especial no Brasil assumindo um papel e exercendo uma função que o Estado não assumiu na sua totalidade” (D’Antino, 1988, p. 12).

Os estudos históricos nos possibilitam conhecer contextos sociais vivenciados no passado na tentativa de compreender fenômenos atuais, que muito nos inquietam. No entanto, segundo Jannuzzi (2012),

Voltar ao passado [...] não significa que ele explique totalmente o presente, não supõe que ele nos ensine como ele deveria ter sido. Ele mostra-nos o que foi, e que os acontecimentos não se dão de forma arbitrária, mas que existe relacionamento entre eles; que a sua construção é processo humano, dentro de condições existentes e percebidas como possíveis. Ao retomar o passado, também se poderá, talvez, clarificar o presente quanto ao velho que nele persiste e perceber algumas perspectivas que incitarão a percorrer novas direções (Jannuzzi, 2012, p. 2).

Nota-se, então, a importância dos estudos históricos para a compreensão dos fatos do passado e como estes podem influenciar ou direcionar os fatos futuros. Ajudam-nos a compreender o homem enquanto ser social e protagonista da sua história.

O campo da História da Educação Especial é muito fértil para novos estudos, inclusive este que me propuz a realizar. Segundo Bezerra; Furtado (2017), a história das Instituições Especializadas de Educação Especial ainda é um campo a ser explorado e acrescentam:

É relevante que se empreendam investigações sobre a História da Institucionalização da Educação Especial [...], como forma de compreender os desdobramentos das práticas educacionais especializadas e suas repercussões na atualidade,[...] (Bezerra, Furtado, 2017, p. 148).

Nesse contexto, com foco nos estudos históricos, desenvolvi no Mestrado do PPGE-CPAN a proposta de um estudo sobre a história da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corumbá (MS) no contexto da Educação Especial desse município, abordando sua implantação e os primeiros anos de sua implementação, que abrange o período de 1971 a 1990.

Para atender tal proposta foram necessários trilhar alguns caminhos. Para isso o trabalho foi dividido em cinco capítulos. No primeiro trago a introdução do trabalho, abordando a trajetória da pesquisadora, delineamentos da pesquisa, revisão da literatura e os objetivos. No segundo capítulo abordo o método e os procedimentos teóricos metodológicos com o itinerário da pesquisa de campo. No terceiro capítulo abordo a trajetória do atendimento educacional a pessoa público da educação especial. No quarto capítulo abordo sobre a APAE: um pouco mais dessa história. No quinto capítulo lanço um olhar sobre a história da APAE de Corumbá (MS) considerando os seguintes itens: sobre a fundação, sobre os Estatutos, sobre a implementação de sua estrutura organizacional, a APAE e sua relação público-privado, sua relação com a saúde, sua relação com a educação e com a FENAPAES. Segue-se as considerações finais, referências e os anexos.

1.1 A trajetória da pesquisadora

Antes de começar a apresentar o trabalho, considero importante trazer um pouco da minha trajetória e como se deu a construção do objeto de estudo nesta pesquisa. É uma breve história, porém cheia de emoção e gratidão.

A minha trajetória acadêmica se inicia em 2012, quando, recém-formada em Pedagogia assumo uma vaga por concurso público como professora de educação infantil

na rede municipal de Corumbá (MS). Trabalhar com criança pequena e acompanhar os seus primeiros passos dentro de uma instituição educacional foi se constituindo na minha trajetória profissional. Foram muitos os desafios e aprendizagens desde então, mas não vou omitir o fato de que me sentia amedrontada pelo tamanho da responsabilidade que é a sala de aula e com toda a especificidade do trabalho com a criança pequena. Diante de tais desafios busquei, através de duas especializações, entender melhor o processo de desenvolvimento infantil e assim poder desenvolver o meu trabalho com segurança e qualidade. Foram dez anos atuando com a criança na faixa etária de 2 a 3 anos, que se configura o aluno da creche e, nesse período, sempre busquei me qualificar para melhor desempenhar o meu trabalho como professora.

Até que em meados do ano de 2022, decidi participar do processo seletivo para o Mestrado e escrevi o meu pré-projeto cuja temática estava diretamente ligada à minha realidade de professora de educação infantil, e o título escolhido foi “O que pensam pais e educadores sobre a relação família escola: realidades das creches de Corumbá MS”; tema que surgiu através do contato direto que tinha com esse público e representava, naquele momento, um processo de reflexão sobre a minha prática, pois sempre indagava-me como deveria ser essa relação.

Passei por todo o processo de seleção e fui aprovada, porém, apesar do meu trabalho estar relativamente bem pontuado em relação à escrita e com uma temática relevante, corri o risco de ficar sem orientador pelo motivo de meu projeto não estar alinhado diretamente às linhas de pesquisas desenvolvidas.

A partir daí, a história toma um rumo inesperado, quando uma professora, especialista em pesquisas na área da Educação Especial, assume o risco e resolve se responsabilizar pela orientação do meu trabalho, mesmo vendo que meu pré-projeto não se alinhava às suas pesquisas. Até aqui, a única relação que eu tinha com os estudos em educação especial eram as formações pontuais que, eventualmente, aconteciam nas semanas formativas para professores, oferecidas pela rede municipal de ensino que eu trabalhava, e as disciplinas cursadas durante a graduação em Pedagogia.

Então, em início de 2023 começaram as primeiras mudanças nos rumos desta história, pois dentro do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, área de Concentração em Educação Social, vejo-me envolvida com esta nova temática que é a Educação Especial, que se apresentou através das disciplinas optativas, grupo de estudos e por influência de minha orientadora. Neste momento, encontro-me diante de algo novo, desafiador, mas, que me despertou interesse imediato.

Nesse mesmo ano, logo que iniciei os estudos no Mestrado, fui convidada por minha orientadora para participar de dois Projetos de Pesquisa. O primeiro é intitulado **Aprendizagem Colaborativa de professores/as na inovação pedagógica em leitura e escrita como uso de TIC**. Trata-se de um estudo desenvolvido sob a coordenação da professora Rosália Duarte da PUC-Rio. Esta pesquisa dá seguimento à pesquisa Interinstitucional **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e inovação nos processos de escolarização na educação inclusiva: diferentes contextos no Brasil e na Espanha** sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Monica de Carvalho Magalhães Kassar (UFMS) e vice coordenação da Prof.^a Dr.^a Rosália Maria Duarte (PUC-Rio). Os projetos são realizados em parceria com escolas públicas no Rio de Janeiro (RJ), Corumbá (MS) e Mesquita (RJ) e uma classe hospitalar em Belém (PA) e seu principal objetivo é promover, descrever e analisar processos de aprendizagens colaborativas de professores/as da educação básica. Participar deste projeto foi uma experiência importante para mim, pois, mesmo afastada da rotina escolar, me senti próxima e pertencente ao grupo, podendo contribuir no planejamento, execução e reflexão das atividades que os professores desenvolviam na sala de aula, constituindo assim, em aprendizagem colaborativa.

O segundo é o projeto, que se denomina **Circulação de ideias pedagógicas nas origens da escolarização de alunos com deficiência**, foi o que me introduziu no campo da História da Educação Especial e tem como objetivo identificar a circulação das ideias pedagógicas presentes na constituição da educação especial como campo de conhecimento específico na disseminação da educação curativa ou educação terapêutica.

Foram dois anos intensos, cheio de desafios, aprendizados e muitas experiências novas, inclusive internacionais. Em 2023 viajei para a Espanha juntamente com minha orientadora e um grupo de pessoas estudiosas da área e visitamos cinco escolas inclusivas na cidade de Guadalajara. Essa viagem foi uma proposta adicional dentro do Curso de Extensão Universidad de Alcalá (Espanha) que participei e que tratou sobre **Práticas Inclusivas: dos planos educacionais individualizados ao Desenho Universal para Aprendizagem**. O curso foi muito importante para o meu aprendizado dentro da Educação Especial, aproximando-me de conteúdos ligados a política, Planos Educacionais Individualizado (PEI), propostas para o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), além da história da Educação Especial e experiências de práticas pedagógicas de professores que atuam com as crianças PEE. Nessa viagem, durante as visitas às escolas, percebemos que as mesmas trabalham com a perspectiva inclusiva,

buscando atender o público da Educação Especial na rede regular de ensino através de projetos que oferecem recursos necessários para a escolarização. Percebemos que com interesse e direcionamento político voltado para a inclusão a educação escolar dentro do sistema regular de ensino é possível.

Em 2024, foi realizei uma nova experiência que me rendeu muitos aprendizados. Fui para Portugal e participei da **I Jornadas de Jovens Historiados em Educação** que aconteceu na Universidade de Educação de Lisboa e que se constitui como espaço de partilha e reflexões sobre os estudos na área da História da Educação de diversos lugares, e na oportunidade apresentei, em parceria com minha orientadora, uma prévia deste trabalho em formato de comunicação oral, com partes dos achados da pesquisa e algumas considerações. Em Lisboa pude visitar a Biblioteca da Universidade e tive acesso à bibliografia sobre a história da Educação Especial daquele país: A Higiene Mental nas Escolas; Percursos da Educação Inclusiva em Portugal; Sistema Educativo Português, dentre outros títulos, que contribuíram para ampliar meus conhecimentos na área.

Além disso, foram vários estudos em grupo voltados para a história da educação especial, onde buscamos compreender as ideias que circulavam sobre a escolarização de crianças com deficiência que ocorriam em contextos históricos. Esses novos estudos foram gradativamente delineando e constituindo o objeto de pesquisa desta dissertação.

1.2 Delineamentos da pesquisa

Quando me dispus a trilhar este novo caminho, que foi a Educação Especial, muitas reflexões surgiram e, conseqüentemente, questões sobre minha prática enquanto professora de educação infantil vieram à tona. Questões que não se apresentariam para mim se não tivesse tomado a decisão de estar no mestrado, de trilhar esse novo caminho, de me debruçar sobre estudos na área da Educação Especial.

Nesta trajetória, uma das minhas primeiras inquietações referia-se ao baixo número de crianças Público da Educação Especial (PEE) matriculadas nas turmas de Creche e nas turmas de Pré-Escola nos últimos anos no município. E me fez questionar o porquê de, no período de 10 anos atuando na educação infantil, não tive muitos alunos PEE matriculados nas minhas turmas, mesmo com a legislação apontando para que o atendimento educacional dessas pessoas ocorresse preferencialmente na rede regular de ensino. Para ser mais exata, nesses dez anos de docência, tive apenas um aluno PEE matriculado na minha turma de creche e, mesmo com um trabalho coletivo e de parcerias

entre professora regente, professora de apoio, técnicas, direção, coordenação a fim de propiciar à esta criança um espaço inclusivo, foi decidido, naquele momento, que o melhor seria que ele frequentasse uma escola especializada, ou seja, que fosse encaminhada para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corumbá (MS). Nesse contexto, ocorreu-me um processo de reflexão com indagações sobre essa realidade: por que, durante dez anos, eu tive apenas um aluno PEE na minha turma de Creche? Onde estariam matriculadas essas crianças? Havia em mim muitos questionamentos, ideias e uma necessidade de buscar respostas sobre algo que me inquietava. Em conversa com minha orientadora, vimos que podíamos saber onde estavam matriculadas essas crianças se fizéssemos um levantamento nos indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). E assim o fizemos.

Buscamos, a princípio, conhecer os indicadores de matrícula de crianças PEE na educação infantil no município de Corumbá (MS) nos últimos dez anos. Para tanto, foram elaborados o levantamento e a análise dos números de matrículas nessa etapa de ensino no período de 2013 a 2022 e, dentre eles, os dados de matrículas de alunos PEE na educação infantil, nas salas comuns e nas salas denominadas exclusivas⁴ pelo INEP. Este trabalho foi realizado em conjunto com minha orientadora e foi apresentado em formato de Resumo Expandido no **V Congresso de Educação do CPan⁵ – IV Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPan**, e teve como objetivo apresentar e discutir os índices de matrículas dos alunos PEE na Educação Infantil no município de Corumbá (MS) nos anos de 2013 a 2022.

Para sua realização foram consultadas as Sinopses divulgadas pelo INEP, referentes ao período proposto e, como resultado dessa busca, constatou-se que, “até 2017, aproximadamente metade do total de matrículas PEE da educação infantil estava na instituição exclusiva.” (Freitas; Kassar, 2023, p. 3). Em Corumbá (MS), contamos apenas com uma instituição exclusiva de Educação Especial, que é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e, nesse levantamento, as matrículas em “salas exclusivas” referem-se às matrículas nessa instituição (Freitas; Kassar, 2023).

Tal resultado assemelha-se aos dados nacionais encontrados por Bueno e Meletti (2011) que analisaram os indicadores do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto

⁴ Referem-se a salas de atendimento exclusivo para alunos PEE, sejam classes especiais sejam salas que funcionam dentro de Instituições Especializadas.

⁵ CPan – Câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2007 e 2010, e verificaram que havia muitas crianças da Educação Especial não atendidas pela Educação Infantil.

Os achados dessa pesquisa revelaram dados que vão na contramão daquilo que é previsto na legislação vigente e em documentos orientadores no Brasil, em que o atendimento educacional de crianças PEE deve ocorrer preferencialmente no ensino regular. A própria Constituição Federal de 1988 (CF/88) já trazia a responsabilidade do Estado em relação a esse atendimento garantindo o direito à educação para todos, inclusive às pessoas com deficiência, conforme o art. 208, que delibera: “Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, art. 208, III)

Em relação à educação infantil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) de 2008 assegura que o acesso à educação se dá nessa etapa de ensino, quando se desenvolvem as bases necessárias para construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno e que do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce. Estabelece ainda que o atendimento educacional especializado deve ser organizado em todas as etapas da educação básica e se constitui como oferta obrigatória dos sistemas de ensino (Brasil, 2008).

Como vemos, a legislação e a PNEEPEI garantem atendimento educacional preferencialmente na rede regular de ensino, mas os dados encontrados na pesquisa citada acima revelaram outra realidade. Com isso, pudemos concluir que legalmente as crianças PEE têm direitos de estarem matriculadas nas salas comuns do ensino regular, mas esse acesso se deu de forma reduzida na Educação Infantil no município de Corumbá (MS), no período estudado. O trabalho possibilitou conhecer a realidade da entrada das crianças PEE ao sistema educacional e nos revelou que poucas crianças acessaram esta etapa de ensino naquele período e que boa parte dessas matrículas estavam direcionadas à instituição especializada.

Na tentativa de apresentar dados mais recentes sobre matrículas da Educação Especial nas Classes Exclusivas, busquei no INEP a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2023. Os resultados apontam que nesse ano, Corumbá possuía 108 alunos matriculados nas Classes Exclusivas, sendo, oito alunos matriculados na Educação Infantil e 100 no Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Esses dados demonstram que a

APAE de Corumbá (MS) continua em pleno funcionamento e atendendo um número significativo de crianças PEE.

Como foi apresentado, na minha experiência como professora, identifiquei a ausência de alunos PEE matriculados na rede regular de ensino e apresentei também dados do Censo Escolar que apontam um número expressivo de alunos que frequentam a instituição de educação especial, nos revelando que o *locus* de atendimento educacional às pessoas PEE foi, em grande parte, direcionada à instituição exclusiva que ainda se mantém forte. Tal resultado evidencia o que tem sido apontado nos estudos sobre as APAEs no contexto da Educação Especial, destacando que a atenção direcionada para pessoas com deficiência deu-se, em grande medida, pela ação das instituições privadas de caráter assistencial, não pertencente à rede regular de ensino (Kassar, 2011), constituindo-se historicamente por meios de serviços paralelos à educação regular (Meletti; Ribeiro, 2014). “Essa relação de atendimento fez com que as instituições especializadas assumissem uma posição de atores principais na Educação Especial Brasileira” (Kassar, 2011, p. 72). Segundo a página WEB⁶ APAE Brasil, são 2264 APAES no nosso país. Uma delas é a APAE de Corumbá (MS) que atua há mais de cinco décadas na região. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)⁷, o Brasil possui 5570 municípios e considerando o número de APAEs nos daria uma proporção aproximada de uma unidade da APAE para cada dois municípios, o que nos revela a expressiva atuação dessa instituição no Brasil.

É importante pontuar que essas instituições se apresentam no âmbito nacional também como espaço de educação e muitas possuem autorizações expedidas pelas secretarias de educação para o funcionamento escolar, porém muitos estudos questionam se são realmente instituições de educação escolar. Aqui compreendo educação escolar com sendo aquela cujos objetivos comuns são desenvolvidos a todos os alunos seguindo normas de funcionamento e planejamento curricular equivalente com a grade nacional, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 (LDBEN 96).

Art.26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigidas pelas

⁶ Site: <https://apaebrazil.org.br/> (Acesso em 20/12/2024)

⁷ Site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> (Acesso em 20/01/2025)

características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Parágrafo 1º. Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente no Brasil. (Brasil, 1996)

Vê-se que para se constituir em modalidade de ensino regular, as instituições especializadas precisam atender às exigências de uma base curricular comum. O acesso ao conhecimento sistematizado dá-se através de um trabalho educativo que é “referendar a socialização dos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e éticos elaborados na cultura dos homens transformando em saberes escolares [...]” (Eloy; Coutinho, 2020, p. 3). Porém alguns estudos evidenciam disparidades nos conteúdos apresentados na instituição se afastando daquilo que é oferecido a rede regular de ensino. Jannuzzi e Caiado (2012) mencionam que, desde a fundação da primeira APAE no Rio de Janeiro, a criação das suas salas especiais mantinha uma proposta mais voltada para educação informal, promovendo o bem-estar e o ajustamento social dos “indivíduos excepcionais”. Ainda sobre a primeira APAE, Salaberry (2007), menciona que após 1960 foi criada uma escolinha, que procurou, na época, oferecer noções de atividades do dia a dia sem preocupação com o conhecimento de leitura e escrita. Nascimento (2018), ao abordar a escola da APAE de Naviraí (MS), aponta falta de espaço adequado, recursos humanos, materiais escolares, gerando dificuldades no funcionamento escolar, nos fazendo questionar sobre a qualidade da escolarização. Para Eloy e Coutinho (2020),

o acesso à escolarização dos alunos público-alvo da educação especial faz-se necessário, pois vivemos numa cultura letrada, simbolicamente representada nas diferentes formas de expressão dos saberes teóricos e práticos, como objetivações construídas historicamente pelos homens que sintetizam [...] a atividade humana ao longo do tempo e do espaço. Essa forma que a cultura assume na contemporaneidade exige a apropriação de instrumentos elementares que possibilitem o acesso ao conjunto dos conhecimentos. Um desses conhecimentos elementares, base para saltos qualitativos no processo de desenvolvimento e aprendizagem, é a apropriação do sistema de escrita alfabético, que só é possível por meio de um trabalho educativo intencional e sistematicamente organizado. (Eloy; Coutinho, 2020, pp.3-4)

A APAE de Corumbá, desde 1974, possui autorização para funcionamento escolar e o censo escolar mencionado anteriormente registra as matrículas dessa instituição como matrículas da educação básica, mas não podemos afirmar que se trata de educação regular.

A característica de escolarização dessa instituição merece ser mais aprofundada por futuras pesquisas, vistos que os limites desse estudo não permite tal análise.

A partir daí, novas inquietações surgiram e a necessidade de conhecer a história dessas instituições e principalmente da APAE de Corumbá (MS). Muitos questionamentos emergiram: como foi a fundação e o processo de implementação da APAE em Corumbá (MS)? Quais eram os objetivos de seus atendimentos? Busquei saber nas mídias digitais, sites e trabalhos que tratassem dessa instituição na região e não encontrei. A busca a informações indicou que ainda não há um estudo que trate especificamente da história desta instituição em nossa cidade. Essa realidade me levou a definir o objeto de estudo cujo objetivo é: analisar o processo de implantação e implementação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corumbá (MS) no contexto histórico da Educação Especial no Brasil.

1.3 Sobre a Revisão de Literatura

Para Moroz e Gianfaldoni (2006), a consulta à literatura especializada nos permite familiaridade com os temas nela tratados, trazendo proficiência e qualidade ao trabalho, além de que, tendo consciência daquilo que já está disponível, fornece boas sugestões quanto às técnicas de pesquisa.

É importante salientar que a consulta à literatura vai permitir fornecer o quadro de referência para o trabalho que se pretende realizar. Neste quadro de referência consta um panorama do que vem sendo feito em relação à temática que se quer estudar, panorama este, que pode apresentar dois níveis de reflexão: o teórico, relacionado com a abordagem, o sistema, os conceitos, etc, que dão suporte ao problema de pesquisa, e o empírico, relacionado com trabalhos de pesquisa que apresentam pontos de contato com o estudo que se pretende realizar. (Moroz, Gianfaldoni, 2006, p. 29)

A consulta à literatura também cumpre a finalidade de orientar a justificativa da relevância da pesquisa. Ela demonstra, por exemplo, a inexistência de investigações anteriores sobre o problema. Assim, um levantamento bibliográfico consiste na seleção de obras que se revelam importantes e afins em relação ao que se deseja conhecer e é nas bibliotecas especializadas, que se dispõem geralmente das fontes mais relevantes a que se deve recorrer (Moroz; Gianfaldoni, 2006).

Para realização desta revisão bibliográfica, optou-se como fonte de dados, teses e dissertações e como locais de busca foram escolhidos o Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e o Banco de Dados de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que também disponibiliza informações consolidadas das atividades do sistema nacional de pós-graduação brasileira.

Para coleta de dados, esses portais foram acessados entre os dias 06 e 20 de novembro de 2023 utilizando os descritores relacionados na tabela abaixo:

Quadro 1: Quantitativo de Teses e Dissertações encontradas por descritores

Descritores	Quantidade	
	BDTD	CAPES
Educação Especial x História da Educação Especial x APAE	5 resultados	0 resultado
História da Educação Especial x APAE	5 resultados	0 resultado
Educação Especial x História da Educação x História das APAEs	1 resultado	0 resultado
História da Educação Especial no Brasil x História das APAEs	0 resultado	0 resultado
História das APAEs no Brasil	0 resultado	54 resultados
APAE	1505 resultados	1992 resultados
Fundação das APAEs no Brasil	0 resultado	0 resultado
Instituição Especializada no Brasil x Educação Especial	0 resultado	0 resultado
Instituição Especializada no Brasil x História da Educação Especial	0 resultado	0 resultado
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	85 resultados	138 resultados
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais x História da Educação	8 resultados	0 resultado
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais x História da Educação Especial	2 resultados	0 resultado
Educação Especial x Fundação das APAEs no Brasil	0 resultado	0 resultado

História da APAE	4 resultados	2 resultados
Total	1615	2186

Quadro elaborado pela autora

Como mostra o quadro acima, a busca, através dos descritores nas duas plataformas, resultou em 3801 trabalhos, sendo 1615 da BDTD e 2186 da CAPES. Como medida de refinamento da pesquisa, prosseguimos com a leitura de todos os títulos encontrados e com isso eliminamos os títulos repetidos e pudemos selecionar aqueles, cujo, título faziam referência à História da Educação Especial. Conseguimos selecionar 33 trabalhos (17 da BDTD e 16 da CAPES). Após, prosseguimos com a leitura dos resumos e palavras chaves destes trabalhos. Nesta etapa encontramos dificuldade com a plataforma da CAPES, pois seis títulos selecionados não estavam disponíveis. Com isso realizamos a leitura dos resumos e palavras-chave de 27 trabalhos entre as duas plataformas. A partir dessas leituras, pudemos constatar que se tratavam de estudos que apresentam aspectos importantes e relevantes sobre as APAEs, todavia, selecionamos 12 pesquisas que abarcavam uma abordagem histórica que mais se alinhavam ao nosso objeto em estudo, que apresentamos neste trabalho.

Após a seleção das pesquisas procedeu-se a caracterização das dissertações e teses a partir dos seguintes aspectos: autoria, tipo de pesquisa, local, ano de defesa, título e por fim os objetivos dos estudos e sua contribuição para esta pesquisa.

Foram selecionadas 12 pesquisas, sendo 07 da BDTD (1 Tese e 6 Dissertações) e 5 da CAPES (1 Tese e 4 Dissertações). Os resultados referentes à autoria, tipo de pesquisa, local, ano de defesa, título serão apresentados em duas tabelas a seguir. Após cada tabela, serão apresentados os objetivos dos estudos e ao final as contribuições para esta pesquisa.

Quadro 2: Resultados da busca no Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

	Autor(a)	Pesquisa/Local	Instituição	Ano	Título
01	Esther Augusta Nunes Barbosa	Dissertação/ Belo Horizonte MG	UFMG	2019	A revista infância excepcional (1933 - 1979): uma contribuição para a

					história da Educação Especial
02	Ana Cláudia Souza Mendonça	Dissertação/ São Cristóvão/SE	UFS	2017	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Aracaju: Formação de Professores e Práticas Educativas (1968-1988)
03	Élida Galvão do Nascimento	Dissertação/ Presidente Prudente/SP	UNOESTE	2018	Educação Especial e instituição educacional especializada: história e políticas públicas
04	Cristiana Losekann	Dissertação/ Porto Alegre/RS	UFRS	2005	Espaços de participação política: um estudo da APAE
05	Aline Dozzi Tezza Loureiro	Dissertação/ São Carlos/ SP	UFSCar	2013	A Educação Especial no município de Porto Ferreira – SP: 1972 a 2011
06	Adriana Cláudia Drumond	Tese/ Belo Horizonte/ MG	UFMG	2015	A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com Síndrome de Down (1962 - 1976): diálogos com Pestalozzianos
07	Giovani Ferreira Bezerra	Dissertação/ Dourados/ MS	UFGD	2017	A Federação Nacional das APAEs e seu periódico (1963 - 1973): estratégias, mensagens e representações dos apaeanos em re(vista)

Quadro elaborado pela autora

Barbosa (2019) analisa como as políticas públicas para a educação do excepcional⁸ foram divulgadas pela “Revista Infância Excepcional: Estudos, Educação e

⁸ Neste trabalho manteremos os termos adotados em cada documento, como marcas do respectivo período histórico.

Assistência do Excepcional”, publicada entre os anos de 1933 e 1979. Ela compreende a história da Educação Especial no Brasil como marcada pela presença de inúmeras instituições especializadas, dentre elas a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais criada em 1932. Dentre os temas que circulavam no periódico, abordado pela autora, um deles refere-se ao papel da família do excepcional em seu processo educativo. Inclusive, a partir da década de 1960, segundo a autora, a família passa a ser descrita como meio fundamental de luta e protagonismo para a conquista de direitos educacionais, com o incentivo da criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em diversas localidades. Esse estudo aborda questões importantes que contribuíram para o meu entendimento sobre a mobilização dos Pais na fundação das APAEs no Brasil.

Mendonça (2017) objetiva investigar a Formação do Professores e as Práticas Educativas das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Aracaju nos anos de 1968 a 1988. A autora esclarece como se deu o processo de formação dos professores que adentravam a associação em um período de desconhecimento da Educação Especial na capital sergipana. Apesar da autora abordar a formação de professores, que foge ao tema da minha pesquisa, considerarei relevante trazê-la neste estudo, pois ela considera questões históricas importantes sobre a Educação Especial abarcando uma contextualização sobre a fundação das APAEs no Brasil e sobre a fundação da APAE de seu município.

Nascimento (2018) analisa o legado histórico de uma instituição educacional especializada no município de Naviraí no Estado de Mato Grosso do Sul e a história da educação especial e inclusiva nesse município. A autora considera que as instituições educacionais especializadas se tornaram importantes integrantes na trajetória da educação inclusiva brasileira, pois através da atuação de pais e das pessoas adeptas à causa das pessoas com deficiência, tais instituições se responsabilizaram até meados do século XX pela Educação Especial no Brasil. Na análise de institucionalização da APAE desse município, a autora também traz a trajetória da APAE no Brasil desde seu início em 1954, como se instalou no Estado de Mato Grosso do Sul e registra a memória desta instituição. Este estudo se aproxima muito com o meu objeto e me ajudou na compreensão da institucionalização das APAEs em Mato Grosso do Sul.

Losekann (2005), em sua pesquisa, procurou, através de um estudo de caso de três entidades do Movimento Apaeano, identificar elementos que compõem e exemplificam a atuação de organizações da sociedade civil brasileira, principalmente sua relação com o Estado. Nessa pesquisa, a autora identifica, dentre outros aspectos, os espaços de

atuação política das APAEs. Acredito que a pesquisa foi relevante ao meu estudo à medida que as experiências dessas instituições possibilitaram o entendimento de como se estrutura a participação política destas instituições no Brasil.

Loureiro (2013) discute o aumento de alunos com deficiência matriculados nas escolas públicas e instituições privadas e, nesse contexto, tenta compreender a organização e o funcionamento da Educação Especial no município de Porto Ferreira (SP), adotando uma fundamentação na perspectiva crítica. Nesse percurso, a autora, aponta para a importância da instituição privada de cunho filantrópico (APAE), abordando a sua trajetória histórica até os dias de hoje. Considero relevante o seu estudo, à medida que se propõe a evidenciar a história da fundação da APAE do seu município, contribui para a construção da História da Educação Especial no Brasil.

Drumond (2015) apresenta um estudo de caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Barbacena (MG), com objetivo de compreender o modelo proposto para o atendimento multidisciplinar da pessoa com Síndrome de Down, nesta instituição, e verificar qual a relação desse modelo de atendimento como os pressupostos teóricos derivados da obra da psicóloga e educadora Helena Antipoff⁹. Esta tese é relevante à minha dissertação à medida que aborda os modelos de atendimento de Helena Antipoff, sendo esta, figura muito importante para Educação Especial pois, dentre seus diversos serviços e contribuições, participou ativamente no movimento de criação da primeira APAE no Brasil.

Bezerra (2017) aborda o impresso “Mensagem da APAE”, que é um periódico criado e editado desde janeiro de 1963 pela Federação Nacional das APAE. O autor dedica-se à fase inicial dessa publicação que vai de 1963 a 1973, considerada por ele como um período emblemático que evidencia a articulação dos agentes apaeanos antes da criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Trata-se de um estudo histórico onde, através dos impressos das edições de Mensagens da APAE, o autor busca analisar e compreender representações e estratégias (pro)postas, (re)produzidas e ou assumidas pelo impresso da FENAPAES nesse período. Considero um estudo importante para o meu trabalho, pois, aborda ações da Federação, através de seu impresso, o que

⁹ Psicóloga e Educadora, reconhecida nas áreas de educação fundamental, especial, rural ou comunitária. Sua ação social se concretiza em obras duradouras, como as Sociedade Pestalozzi, dedicada à educação de indivíduos excepcionais. Tem contribuições para organização do estudo e da pesquisa em psicologia experimental e em psicologia no Brasil (Campos, 2003).

ampliou meu entendimento sobre esse órgão tão importante no direcionamento das ações das APAE no Brasil.

Quadro 3: Resultados da busca na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

	Autor(a)	Pesquisa/Local	Instituição	Ano	Título
01	Neuza T. Machado Salaberry	Dissertação/ Porto Alegre/RS	PUCRS	2007	A APAE Educadora: na prática de uma unidade da Apae de Porto Alegre
02	Ingrid Pelissari Kravos Soccol	Dissertação/ Passo Fundo/RS	UPF	2020	A trajetória histórica da APAE: os casos de Getúlio Vargas e Passo Fundo RS, 1967 - 2008
03	Dirce Alves da Silva	Dissertação/ Itatiba/ MG	USF	2013	A história da educação para crianças especiais na APAE da cidade de Machado/MG: 1971 a 2003
04	Francélio Ângelo de Oliveira	Dissertação/ Fortaleza/ CE	UFC	2012	A mudança da APAE de Maranguape – CE frente ao processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial
05	João Henrique da Silva	Tese/ São Carlos/ SP	UFSCar	2017	Federação Nacional das APAEs, Hegemonia e Propostas Educacionais

Quadro elaborado pela autora

Salaberry (2007) objetiva verificar a prática da proposta APAE Educadora no desenvolvimento das ações educativas da unidade escolar da APAE de Porto Alegre. A autora analisa o instrumento “APAE Educadora” proposto pela FENAPAES, que consiste em uma série de ações orientadoras para avaliação e transformação das entidades das APAEs em cada município. Nesse estudo, a autora traz uma contextualização histórica sobre as origens do Movimento Apaeano e como foi fundada a primeira APAE no Brasil,

de modo a contribuir com meu estudo na construção da trajetória histórica da APAE de Corumbá (MS)

Socol (2020) aborda, em seu estudo, a história de duas entidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): as de Getúlio Vargas (RS) de Passo Fundo (RS). Busca compreender as mudanças legais que ocorreram entre os anos de 1967, data da fundação da APAE de Passo Fundo, até 2008, em virtude da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ela propõe-se, por meio do estudo da história regional, a refletir e compreender processos históricos mais amplos, pois tais estudos possibilitam o entendimento de conjunturas que envolvem a história da pessoa com deficiência em âmbito nacional. As histórias regionais que buscam resgatar fatos históricos, como as mostradas nesse trabalho, foram importantes e contribuíram para minha compreensão da Educação Especial no Brasil.

Silva (2013), em sua pesquisa, verifica como a História da Educação Especial aconteceu no Brasil e na APAE da cidade de Machado (MG), entre os anos de 1971 e 2003. A autora propõe uma reconstrução histórica, verificando como os fatos aconteceram, pois acredita que estes estudos ajudam a entender o lugar ocupado pelas pessoas com necessidades educativas específicas e os tipos de atendimento escolar que receberam. Sua pesquisa abarca estudos sobre a trajetória da Educação Brasileira e as Políticas Públicas da Educação Especial; trajetória histórica da APAE no Brasil e em Minas Gerais e a trajetória da fundação da APAE de Machado (MG). Um estudo que traz muitas contribuições, pois se dedica ao resgate históricos dessas instituições e contribuindo para a História da Educação Especial no Brasil.

Oliveira (2012) objetiva investigar as transformações que a APAE de Maranguape (CE) atravessa com vistas a redimensionar suas práticas diante da matrícula dos alunos público-alvo da educação especial nas escolas comuns da rede regular de ensino. Foram pesquisadas as novas concepções, estratégias e práticas que orientam essa instituição na busca por sua permanência no cenário nacional. É uma temática relevante, pois provoca reflexão sobre o destino das instituições especializadas no sistema educacional inclusivo. Trata-se de reflexão sobre um dos maiores conflitos existentes no que tange às atuais políticas públicas sobre a inclusão escolar. Mesmo não estando diretamente voltada para a história, essa pesquisa proporciona a ampliação dos conhecimentos sobre os atuais encaminhamentos da instituição frente às novas políticas de inclusão.

Silva (2017) analisa, em sua pesquisa, a participação da FENAPAES na disputa pela hegemonia no campo das políticas de Educação Especial, bem como examina as

propostas educacionais da Federação para as pessoas com deficiência, entre os anos de 1990 e 2015. Nesta tese, o autor constata que a Federação se constitui como um bloco político e atua como intermediador entre a pessoa com deficiência, a família e o Estado e que também representa a força mobilizadora de intelectuais orgânicos vinculados à burguesia. Esta tese contribuiu para a compreensão da força política que move a Federação e como se reestrutura frente às mudanças no campo político.

Esses estudos, sem dúvida, contribuem para os conhecimentos científicos na área da educação especial e torna visível a importância de dar continuidade a pesquisas que abordem a história das Instituições Especializadas no Brasil.

Como forma de ampliar este estudo de Revisão Bibliográfica e abarcar os estudos realizados dentro desta temática aqui no município de Corumbá (MS), realizei em 04 de abril de 2024, nova busca, nas mesmas plataformas anteriormente pesquisadas que são o Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Banco de Dados de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) onde incluí os descritores abaixo.

Quadro 4: Quantitativo de Teses e Dissertações encontradas por descritores

Descritores	Quantidade	
	BDTD	CAPES
Corumbá e Educação Especial	28 resultados	21 resultados
Corumbá e Educação Inclusiva	11 resultados	6 resultados
Corumbá e Atendimento Educacional Especializado	04 resultados	5 resultados
Corumbá e Aluno com Deficiência	02 resultados	7 resultados
Corumbá e APAE	11 resultados	6 resultados
Total	56	45

Quadro elaborado pela autora

Como mostra o quadro acima, a busca, através dos descritores nas duas plataformas, resultou em 101 trabalhos, sendo 45 da CAPES e 56 da BDTD. Como medida de refinamento da pesquisa, prosseguimos com a leitura de todos os títulos encontrados e com isso eliminamos os títulos repetidos e pudemos selecionar aqueles, cujo, título faziam referência à História da Educação Especial. Feito esse primeiro

refinamento, selecionamos 12 trabalhos entre as duas plataformas para a leitura dos resumos e palavras chaves. Após a leitura dos resumos selecionamos 6 trabalhos que consideramos importantes e que poderiam contribuir com este estudo. Alguns dos títulos também estavam indisponíveis na plataforma Capes, então fizemos uma busca no Repositório de Dissertação do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) *Campus* do Pantanal e conseguimos encontrá-los, além de outros quatro títulos que consideramos importantes para esse estudo.

Foram selecionadas ao total dez pesquisas, sendo seis entre CAPES e BDTD (uma Tese e cinco Dissertações) e quatro do Repositório do PPGE *Campus* do Pantanal (quatro Dissertações). Os resultados referentes a autoria, tipo de pesquisa, local, ano de defesa, título serão apresentados em duas tabelas a seguir. Após cada tabela, serão apresentados os objetivos dos estudos e ao final de cada um, as contribuições para esta pesquisa.

Quadro 5: Resultados da busca na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

	Autor(a)	Pesquisa/Local	Instituição	Ano	Título
01	Daniel Mendes da Silva Filho	Dissertação/ Corumbá/MS	UFMS	2017	Acessibilidade: uma análise da existência de barreiras à inclusão de alunos com deficiência/ NEE na Rede Municipal de Ensino de Corumbá MS
02	Thais Aquino Sgarine Botelho	Dissertação/ Corumbá/MS	UFMS	2018	Educação Especial em Corumbá/MS no período de 2004 a 2018
03	Rosa Alessandra Rodrigues Correa	Dissertação/ Corumbá/MS	UFMS	2019	Educação Especial nas Escola do Campo: uma análise dos indicadores da Rede Municipal de Ensino de Corumbá MS
04	Flavia Pedrosa de Camargo	Tese/ Rio de Janeiro/ RJ	PUC-Rio	2019	O direito à educação de alunos com deficiência: aspectos

					da implementação da política de educação inclusiva em Corumbá MS
05	Monica Mendes da Cunha Pestana	Dissertação/ Corumbá/MS	UFMS	2022	Educação Especial em contexto de Pandemia: Análise do Atendimento Educacional Especializado
06	Kariny Araújo Delgado Trovo	Dissertação/ Corumbá/MS	UFMS	2023	Articulação do Trabalho Pedagógico do Atendimento Educacional Especializado com o Ensino Regular na Rede Municipal de Corumbá MS

Quadro elaborado pela autora

Silva Filho (2017) propôs-se a investigar como se configuram as possibilidades e as condições de acessibilidade de alunos com deficiência, a partir da implantação de programas que visam a romper com as barreiras existentes no ambiente escolar da rede municipal de ensino. Nessa perspectiva, buscou conhecer e analisar conceitos de acessibilidade constantes dos documentos que orientam a inclusão educacional, disponibilizados pela Secretaria de Educação do Município de Corumbá (MS); identificar a ocorrência das condições de acessibilidade arquitetônica existentes em 16 escolas municipais urbanas de ensino fundamental, que compõem a REME; e verificar, nessas escolas, as possíveis alterações de matrículas de alunos com deficiências no período de implantação de tais ações na Educação Básica municipal de Corumbá (MS).

O estudo torna-se relevante pois apresenta como está organizado os espaços escolares em relação à acessibilidade, e aponta que é preciso maior investimento nesse aspecto. Abordou também aspectos importantes da política de educação inclusiva em âmbito nacional e municipal, mas não menciona a história da APAE de Corumbá (MS).

Botelho (2018) estuda a história e a memória da educação especial em Corumbá (MS) no período de 2004 a 2018 com base nas informações dos gestores da Rede Municipal de Ensino deste município. Para a autora, por meio das vozes dos gestores, foi possível o entendimento da constituição do atendimento educacional especializado nesta cidade. Como resultado, inferiu-se que o município procurou estruturar-se para a oferta

do atendimento educacional especializado antes mesmo de algumas políticas públicas serem implantadas pelo governo federal.

Botelho (2018) apresentou um histórico do atendimento escolar das pessoas com deficiência no município de Corumbá (MS), cita a fundação da APAE em 1971 e a Escola Reino do Amor em 1974, mas não se aprofunda especificamente na história da instituição. Ela apresenta uma breve trajetória da Educação Especial no Brasil assim como as primeiras iniciativas de atendimento e as políticas que abarcaram a educação especial em Corumbá (MS). Trata-se de um estudo que contribuiu com meu objeto, pois me ajudou a compreender como se constituiu a história do atendimento educacional neste município.

Corrêa (2019) analisou os indicadores educacionais da Educação Especial nas escolas do campo da Rede Municipal de Ensino de Corumbá (MS), visando compreender o atendimento a esse público. Para tanto, mapeou os índices de matrícula dos alunos público-alvo da Educação Especial e os tipos de necessidades educacionais especiais nas escolas do Campo deste município no período de 2007 a 2018; buscou compreender como é realizado o Atendimento Educacional Especializado e conhecer a educação especial nas escolas do campo a partir de dados oficiais da Prefeitura Municipal de Corumbá (MS) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período de 2007 a 2018.

O estudo é bastante significativo pois apresenta a realidade dos atendimentos da pessoa PEE nas escolas do campo. Além disso apresenta aspecto do contexto histórico da educação especial no Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul e em Corumbá (MS). A autora, com base no Plano Municipal de Corumbá (2007), destaca que o início da Educação Especial desta cidade, vem sendo implantada desde 1971 e cita o surgimento da primeira instituição destinada ao atendimento às pessoas com deficiência na região, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Camargo (2019) buscou investigar a implementação das políticas da educação inclusiva na rede municipal de Corumbá (MS) a partir das percepções dos gestores escolares, como agentes implementadores. Para tanto, buscou conhecer como as políticas educacionais voltadas aos alunos com deficiência são implementadas no município e quais as condições de atendimento desses alunos na rede municipal. A autora focalizou na interação entre a gestão das escolas com a Secretaria Municipal de Educação e a maneira como ocorrem os atendimentos voltados aos alunos com deficiência, considerando a atuação da gestão e os professores das unidades escolares. O resultado de sua pesquisa mostra que, os alunos, embora acessem à escola regular, no marco da política

de inclusão educacional em vigor, encontram-se majoritariamente retidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, raramente completando as condições para sua efetiva inclusão escolar e social.

A leitura dessa tese, apesar de não fazer referência à APAE de Corumbá – foco desta dissertação - foi relevante à medida que aborda informações sobre o funcionamento da rede municipal de ensino de Corumbá, inclusive de como funciona a gestão democrática do ensino público municipal, além, de trazer valiosas informações sobre a trajetória histórica do atendimento educacional do aluno PEE neste município.

Pestana (2022) propõe conhecer como ocorreu o Atendimento Educacional Especializado (AEE) durante a pandemia, buscando analisar como o isolamento social pode ter influenciado esses atendimentos. O estudo mostrou a existência de diferentes formas de ações do professor de AEE em relação a que seria esperado na perspectiva da política de educação inclusiva, o que dificultou/dificulta o melhor andamento e desenvolvimento dos atendimentos. A autora concluiu que os professores produziram o possível e se prepararam na mesma proporção em que foram assistidos para tentar dar continuidade nesses atendimentos. A falta de coordenação por parte das instituições públicas impossibilitou, em algumas escolas, a continuidade do trabalho e, em outras, afetou a qualidade e a oferta de atendimentos em meio a pandemia.

Trovo (2023) objetivou compreender como ocorre a articulação do trabalho pedagógico do Atendimento Educacional Especializado com o trabalho pedagógico dos professores do ensino regular dos alunos na rede municipal de Corumbá (MS). Defende que a articulação entre os professores da sala de recursos multifuncionais e professores regentes é desafiadora, mas, essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. A autora ainda abordou alguns aspectos da Educação Especial no Brasil e em Corumbá MS e, com base em Lobo (2011), apontou que os primeiros registros da implantação da Educação Especial em Corumbá ocorreram com a criação da APAE na década de 1970.

Além dos trabalhos realizados sobre Corumbá identificados nas páginas WEB da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), outros foram localizados na página WEB do Programa de Pós-Graduação em Educação do *Campus* do Pantanal.

Quadro 6: Resultados da busca no Repositório do Programa de Pós-Graduação em Educação do *Campus* do Pantanal

	Autor(a)	Pesquisa/Local	Instituição	Ano	Título
01	Flavia Pedrosa de Camargo	Dissertação/ Corumbá/MS	UFMS	2011	O Benefício de Prestação Continuada e a inserção do indivíduo com deficiência intelectual no mundo do trabalho
02	Andressa Santos Rebelo	Dissertação/ Corumbá/MS	UFMS	2012	Os impactos da Política de Atendimento Educacional Especializado: análise dos indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência
03	Camila Pereira Leijoto	Dissertação/ Corumbá/MS	UFMS	2015	Registro do Público da Educação Especial no Censo Escolar: Deficiência Intelectual em destaque
04	Caroline Carvalho da Costa Silva Landim	Dissertação/ Corumbá/MS	UFMS	2022	Política Nacional de Educação Especial: antecedentes, disputas, repercussões e análise sobre o decreto 10.502/2020

Quadro elaborado pela autora

Camargo (2011), em seu estudo, objetivou entender os possíveis impactos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na educação profissional oferecida na instituição especializada em Corumbá (MS), para indivíduos com diagnóstico de deficiência intelectual. Alguns de seus resultados apontam para a falta de escolarização como um dos principais fatores para a não inserção desta população no mundo do trabalho. Pesquisa muito importante para o meu trabalho, pois aborda alguns aspectos da historicidade das instituições privadas de atendimento que, segundo ela, se constituíram

nos pilares da educação especial, além de discutir aspectos relevantes sobre as marcas do modo de produção capitalista e a diminuição da intervenção do Estado nas questões sociais. Realizou um trabalho de entrevista com os sujeitos beneficiários do BPC (alunos da APAE) e suas famílias e, embora durante o trabalho tenha sido desenvolvido no âmbito da instituição, não aborda questões históricas.

Rebelo (2012) estuda a política do Executivo Federal de 2007 que cria o “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” que, de acordo com a legislação, passa a ser uma das ações para que seja desenvolvido o Atendimento Educacional Especializado suplementar e/ou complementar ao ensino comum. A autora analisa os impactos dessa política para a educação das pessoas com deficiência no município de Corumbá, ou seja, a possibilidade de efetivação dessa política de Atendimento Educacional Especializado sob as condições vigentes. Os seus resultados apontam que, mesmo timidamente, as iniciativas propostas por lei vinham, naquele momento, provocando crescimento no número de matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino. A pesquisa é relevante, pois nos apresenta a constituição do Atendimento Educacional Especializado no Brasil e em Corumbá, além de apresentar dados importantes sobre os indicadores de matrículas de alunos da Educação Especial. Inclusive, é possível perceber os índices de matrículas na dependência privada que, segundo a autora, abrange classes especiais e instituições privadas de caráter filantrópico.

Leijoto (2015) analisa as mudanças conceituais e terminológicas da deficiência intelectual e seus desdobramentos no registro do Censo Escolar. Para tanto, foram analisadas as orientações dos cadernos de instrução e demais fontes de orientações do Censo Escolar entre os anos de 2007 e 2014. Em relação ao conceito e à terminologia da deficiência intelectual, foi possível observar vieses teóricos na constituição do seu conceito e de sua definição ao longo da história. Foram verificadas imprecisões terminológicas e conceituais e inconsistência nos documentos legais oficiais que regem esse processo. A pesquisa é muito significativa pois, aborda o conceito de deficiência e suas nuances ao longo da história além de uma importante abordagem histórica da Educação Especial no Brasil.

Landim (2022) debruçou-se sobre o processo de elaboração dos documentos normativos e orientadores da Política Nacional de Educação Especial de 2020, bem como as manifestações sobre esta política em diferentes segmentos sociais. A autora discute a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, estabelecida pelo decreto nº 10.502/2020. Ainda afirma que especialistas

em inclusão manifestaram-se contra essa política afirmando ser discriminatória segregadora e que representava um retrocesso aos princípios constitucionais conquistados no âmbito da Educação Especial. A pesquisa é muito significativa, pois debate questões contemporâneas que envolvem a política de atendimento à pessoa PEE e que mostra a força da mobilização das pessoas engajadas na defesa da educação inclusiva além de abordar aspectos históricos e políticos que muito agregam em meu trabalho.

Vimos que o campo da história da educação especial vem se ampliando como objeto de estudos e tem contribuído cada vez mais para ampliar os conhecimentos nas diversas áreas que o envolvem. Em relação às pesquisas realizadas no município de Corumbá (MS), percebemos que são diversos e exploram temas como: história e memória da educação especial em Corumbá (MS); indicadores educacionais nas escolas do campo; acessibilidade dos alunos com deficiência; Atendimento Educacional Especializado (AEE) durante a pandemia; articulação do trabalho pedagógico do AEE com o trabalho dos professores do ensino regular, dentre outros. No entanto não identificamos pesquisas que se dedicam ao estudo da história de fundação e implementação da APAE de Corumbá (MS).

Os estudos apresentados na revisão de literatura nos apontam para um entendimento sobre os caminhos percorridos pela educação especial no Brasil e nesse percurso fica evidenciado a forte presença das instituições privadas filantrópicas que tomam a dianteira desse atendimento e se destacam na atenção direcionadas para as pessoas com deficiência.

O levantamento da literatura produzida até o momento sobre o tema indica a relevância do conhecimento dessa instituição, pois nos apresentam questões importantes que se tornaram pertinentes compreendê-las também no contexto de Corumbá (MS), vistos que neste município temos, como foi apresentado, uma instituição com forte atuação. Consideramos importante compreender se essas relações se mantiveram na instituição local, naquele contexto, e deve nos ajudar a compreender como os fatos aconteceram e qual foi o lugar ocupado pelas pessoas com deficiência. As principais questões que almejamos discutir nesse trabalho são: a relação da APAE com a educação, visto que esta se constituiu ao longo dos anos como uma rede paralela, propondo escolarização (D'Antino, 1998; Salaberry, 2007; Jannuzzi; Caiado, 2013), o lugar da instituição na tensão público-privado (Mazzotta, 2001; Kassar, 2001; Bueno, 2004; Kassar; Rebelo, 2011; Rebelo, 2012; Laplane; Caiado; Kassar, 2016; Kassar; Rebelo, 2018); o perfil dos atendimentos e sua relação com a saúde (Jannuzzi, 1985; Bueno, 2004;

Jannuzzi, 2012); a força política presente nos diferentes momentos da história da educação brasileira (Jannuzzi, 1985; Bueno, 2004; Losekan, 2005; Jannuzzi; Caiado, 2013; Loureiro, 2013; Meletti; Ribeiro, 2014; Silva, 2017; Bezerra, 2017; Nascimento, 2018; Kassar; Rebelo; Jannuzzi, 2019). No conjunto, as questões supramencionadas possibilitaram o delineamento dos objetivos desse trabalho.

1.4 Objetivos da Pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de implantação e implementação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corumbá (MS) no contexto histórico da Educação Especial no Brasil. E tem como objetivos específicos: Compreender a relação da APAE com a educação, buscando o lugar da escolarização das pessoas PEE naquele contexto; Compreender a atuação da APAE junto ao Estado, buscando identificar as questões de financiamento naquilo que chamamos de público-privado; Identificar na sua relação com a saúde o perfil dos atendimentos; Identificar a relação da APAE com a FENAPAES e a força política implicada nessa relação e presente nos diferentes momentos da história da educação especial no Brasil.

Esta pesquisa pretendeu contribuir para a construção da história dos atendimentos à pessoa com deficiência em Corumbá (MS) e no Brasil. Está inserida na Linha de Pesquisa “Políticas, práticas institucionais e exclusão/inclusão social” do Programa de Pós-graduação em Educação, Campus do Pantanal/UFMS e vinculada especificamente ao projeto de pesquisa “Circulação de ideias pedagógicas nas origens da escolarização de alunos com deficiência”.

A presente pesquisa tem como hipótese que o surgimento e a consolidação da APAE de Corumbá se assemelha com a formação de outras APAEs no Brasil e resultou de experiências sociais, culturais e políticas vivenciadas na região naquela época, cujas transformações ocorridas em nossa economia e sociedade, somados à influência estrangeira contribuíram para o seu delineamento e formação.

2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta questões referentes aos caminhos utilizados para coleta e análise dos dados dessa pesquisa. Nele apresentaremos os fundamentos teóricos

metodológicos, bem como os procedimentos de coleta de dados e metodologias escolhidas no decorrer deste estudo.

2.1 Método

O homem, ao longo de sua história, construiu conhecimentos na tentativa de explicar fenômenos da natureza e cada um desses homens, pensadores, filósofos, foram criando, ao longo dos séculos, referenciais teóricos, métodos que dessem conta de explicar tais fenômenos. Esses métodos foram criados com base em sua visão de mundo, portanto “não existia uma concepção do mundo admitida por todos, [...]. Pelo contrário, existem numerosas concepções de mundo opostas umas às outras e se combatem reciprocamente (Thalheimer, 2014, p. 2).

A concepção de mundo fornece elementos para delimitarmos a nossa lente, ou seja, o nosso olhar, o nosso pensamento para as questões levantadas nas diversas pesquisas. Trata-se, então, de entender qual enfoque adotado e quais perspectivas teóricas são empregadas. Aqui, neste trabalho, pretendi basear-me no materialismo histórico-dialético criado por Karl Marx (1818-1883) e Frederich Engels (1820-1895), para analisar o contexto histórico e as relações sociais que culminaram na criação da APAE em Corumbá (MS), possibilitando também compreender a história da Educação Especial no Brasil.

Segundo Konder (2008), Marx e Engels preocuparam-se em defender o caráter materialista da dialética. “Era preciso evitar que a dialética da história humana fosse analisada como se não tivesse absolutamente nada a ver com a natureza, como se o homem não tivesse uma dimensão irredutivelmente natural e não tivesse começado sua trajetória na natureza” (Konder, 2008, p. 55). O autor nos chama atenção para a compreensão de que o homem não pode ser separado da natureza e se constrói conforme age sobre ela.

O termo dialética já era discutido desde a Grécia Antiga, mas com significado ainda restrito à arte do diálogo, passando mais adiante a considerar questões como conflito, movimento e contradições do ser (Konder, 2008). As transformações em torno do estudo da dialética começam a ocorrer a partir do século XIV, com a chamada “revolução comercial” e com o Renascimento, mas apenas na segunda metade do século XVIII, com a Revolução Francesa e o movimento do Iluminismo, é que alguns filósofos começam a defender que a contradição é um princípio básico da consciência e da

realidade objetiva, chegando na acepção moderna a ser definida como “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente contradição” (Konder, 2008, p. 7-8).

Karl Marx, partindo da perspectiva materialista, cria e desenvolve uma teoria sobre o modo de vida social. Para Marx, a realidade deve ser compreendida não como ações lineares, lógicas, cuja história é ligada por uma observação neutra e objetiva dos fenômenos, isentando-a de realizar transformações desses fenômenos no contexto social e sim se pautar na ideia de que o mundo é constituído por processos complexos os quais estão em mudanças contínuas e sua dialética se fundamenta no movimento. “A concepção materialista vai além das leis que regem os fenômenos; busca a lei de sua modificação e de seu desenvolvimento, destacando o dinamismo da práxis¹⁰ transformadora dos homens como agentes históricos” (Gomide; Jacomeli, 2016, p. 66).

Marx considerava o Homem mergulhado nas relações sociais, as quais moldam os seres humanos, bem como, influem no que pensam e no que fazem, levando a que as relações sociais condicionem o comportamento individual (Donário; Santos, 2016, p.4).

Segundo Lima Filho (2008), uma sociedade pode ser estudada por diferentes aspectos, mas podemos afirmar que um dos aspectos determinantes para sua organização e seu funcionamento consiste nas relações de produção, isto é, “as relações que os seres humanos estabelecem entre si para produção e distribuição de bens necessários para sua sobrevivência” (Lima Filho, 2008, p.1). Fontes (2010) acrescenta que,

o conceito de modo de produção não se limita à atividade econômica imediata, mas remete à produção da totalidade da vida social, ou ao modo de existência. [...] a materialidade crucial que está em questão não é a das coisas, mas as dos seres sociais concretos, imersos na historicidade que os constitui (Fontes, 2010, p. 41).

Em “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx afirma que na produção social da sua existência os homens estabelecem determinadas relações independentemente da sua vontade e essas relações de produção correspondem a um certo

¹⁰Segundo Lopes (2012) “a práxis refere o homem ao mundo dos costumes, das formas concretas de viver, estabelecidas nas inumeráveis formas de vivências, comunidades históricas etc. [...] falar de práxis [...] é falar de maneira própria do homem ser homem. [...] de sua essência, de sua forma própria de ser. Tem a ver com a ideia de como um ente se aloca no todo da realidade, [...]” (Lopes, 2012, p. 36).

grau de evolução das suas forças produtivas materiais e que o conjunto de tais relações forma a estrutura econômica da sociedade (Marx, 2008).

Marx dedica-se a estudar como a sociedade funciona, quais as suas regras. E identifica que a estrutura de uma sociedade é constituída nas condições materiais da existência humana. É a maneira como os indivíduos se organizam para produzir, buscar seu alimento, ou seja, está vinculado às necessidades primeiras da existência humana.

Utilizando o materialismo histórico dialético, Marx explica o modo como as sociedades humanas se desenvolvem. Dizia a ele que as mudanças sociais ocorrem de acordo com as forças dinâmicas internas da sociedade que, em consequência, são o resultado das relações de produção da sociedade (Donário; Santos, 2016, p.8).

Marx cria o materialismo histórico como um modelo interpretativo para explicar as transformações econômicas e sociais determinadas pelos meios de produção. É uma tese em que o modo de produção da vida material nutre e direciona o conjunto de produção da vida social, política e espiritual, ou seja, “é um método de compreensão e análise da história das lutas e das evoluções econômicas e políticas” (Alves, 2010, p. 3). Dessa forma, o método que Marx propõe é uma análise das bases produtivas da sociedade com um olhar não de neutralidade e sim com um olhar nas lutas de classes.

O materialismo histórico-dialético, como enfoque metodológico, busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Parte do pressuposto de que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. E esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência imediata das coisas e atingir a sua essência (Gomide; Jacomeli, 2016, p.69).

Para manutenção da estrutura econômica, Marx visualiza dentro do sistema capitalista, uma estrutura da sociedade formada pela infraestrutura e a superestrutura. Na infraestrutura estão as condições materiais de existência, formado pela base econômica, e relaciona-se com a superestrutura dialeticamente. Nessa perspectiva, é na superestrutura que está o aparato ideológico que vai garantir uma força coercitiva para manter a base econômica funcionando, conforme interesse da classe dominante. Sua grande contribuição na perspectiva materialista histórica foi centralizar a sua luta política não no campo das ideias e sim pautadas na luta de classes e das complexidades das relações

dentro do sistema capitalista, inclusive a compreender a forte hegemonia da classe dominante sobre a classe trabalhadora. (Brum; Souza; Oliveira, n.d.).

Para Marx, a educação localiza-se no âmbito da superestrutura, no universo da cultura e, com isso, sujeita à sua relação com a infraestrutura. Então, a produção de ideias, representações culturais e o modo de pensar está entrelaçado à materialidade social. Dessa forma, na esfera da superestrutura, a produção da ideologia garante a hegemonia e a manutenção da estrutura capitalista (Saul, 2014).

Martins e Marteleto (2019) asseveram que Gramsci retoma e reformula a noção de ideologia quando traz um maior aprofundamento dialético na compreensão sobre infraestrutura e superestrutura. Ele reforça a visão necessariamente dialética do nexo dessas estruturas e a relação indissociável, mediata, determinante e determinada entre elas, ou seja, entre as esferas da produção econômica, da reprodução social e da organização política e dessas diferentes forças que compõem a dialética infraestrutura e superestrutura que empreendida pela atividade humana forma um “bloco histórico”¹¹. E então, a ideologia para Gramsci, pode ser vista como um elo que estabelece a associação entre a cultura¹² e hegemonia. E no interior da superestrutura, Gramsci identifica duas esferas essenciais que é a sociedade política representada pelo Estado e a “sociedade civil”, que é formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias que compreendem as escolas, igrejas, partidos políticos, jornais, associações profissionais, sindicatos, instituições privadas, entre outros (Angeli, 2011).

Marx concebia que o modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral, atribuindo assim a primazia na estrutura econômica da sociedade. Gramsci reconceitua as relações entre estrutura e superestrutura e amplia esse conceito, conferindo importância decisiva aos fenômenos superestruturais para a análise do desenvolvimento das sociedades capitalistas. Nesse sentido a sociedade civil, torna-se o sistema que, por meio da impregnação ideológica de todo sistema social, assegura estabilidade em longo prazo ao bloco dominante (Magrone, 2006). Para o autor,

¹¹Segundo Galastri (2009) Gramsci apresenta como conceito de bloco histórico o nexo real, indissolúvel, entre infraestrutura e superestrutura. Para o filósofo, essas estruturas assumem-se “como uma unidade dialética entre forças produtoras, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico [...]” (Galastri, 2009, p. 81).

¹²Para Gramsci, a cultura não poderia ser pensada fora da dialética histórica e, como reflexo mecânico das relações da produção da estrutura material das sociedades, devendo ser entendida como sistema e estrutura histórica ligados, dialeticamente, a esta, ao pensamento individual e coletivo sobre a realidade concreta, bem como campo de ação historicamente determinado, que deve ser sistematicamente organizado para sua transformação (Martins; Marteleto, 2019).

O conceito de sociedade civil é um conceito chave para compreender as complexas articulações de uma formação social moderna. A sociedade civil é o lócus no qual as classes sociais lutam para exercer hegemonia cultural e política sobre o conjunto da sociedade (Magrone, 2006, p. 357).

As novas formas de ação política que marcam o final do século XIX, como a formação de grandes sindicatos, partidos de massa, fez com que Gramsci identificasse a nova esfera social que é a sociedade civil. Embora essas duas esferas (sociedade civil e sociedade política) tenham como função geral conservar ou reproduzir determinada base econômica, elas têm modos diferentes de realizá-la. Enquanto na sociedade civil as classes procuram exercer sua hegemonia ganhando aliados para as suas posições (mediante a direção política e o consenso) a sociedade política (Estado em sentido estrito) domina mediante o emprego da coerção (Martins; Marteleto, 2019).

Martins e Marteleto (2019), com base em Coutinho (1989), afirmam que a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado e a Sociedade Civil nos aparelhos privados de hegemonia, que são organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomo em face da sociedade política. A sociedade civil passa a ser dotada de legalidade própria e funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado coerção.

Os aparelhos privados de hegemonia fizeram com que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, ganhasse autonomia material em relação ao Estado em função da necessidade de conquistas de consenso ativo e organizado como base para dominação (Martins; Marteleto, 2019, p. 14).

Segundo Angeli (2011), para Gramsci, hegemonia significa, em parte, que uma classe ou uma aliança de classes, conseguiu transcender os seus próprios interesses corporativos estritos e incorporou pelo menos alguns dos interesses da sociedade como um todo. Isso marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da superestrutura.

Hegemonia é, portanto, a orientação cultural, a direção, a dominação e a manutenção do poder exercido pelas classes dominantes através da combinação da força e, sobretudo, da persuasão, da elaboração do consenso ativo para fixação de significados sociais, crenças e variadas formas de construção simbólica, os quais dialeticamente, também determinam a dinâmica da infraestrutura econômica (Martins; Marteleto, 2019, p. 13).

Contudo, é importante compreender que não se trata de um processo estável ou imutável, uma força exercida de modo homogêneo pela classe dominante, pois, aqui se trata de um complexo entrecruzamento de forças políticas sociais e culturais que também produzem contra hegemônias.

E nessa organização hegemônica e contra hegemônica, os intelectuais são figuras centrais. E para Gramsci, uma ideologia se constrói quando tem os seus elaboradores, os seus intelectuais: “Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político [...] (Gramsci, 1982).

Segundo Angeli (2011), Gramsci ressalta que os intelectuais têm um papel importante na organização e elaboração da cultura de uma sociedade, capazes de construir hegemônias, onde buscam obter consenso de uma larga massa ou de inteira sociedade, originando-se uma luta pela hegemonia cultural e política sobre a sociedade. Tal grupo social deve usar com sabedoria a capacidade de ser hegemônico e fazer-se portador de um projeto universal.

Lombardi (2016) afirma que as relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção impactam fortemente a educação. Sobre esse impacto o autor agrupa em duas modalidades,

a primeira corresponde à tendência que vem prevalecendo na qual a educação de modo geral e a escola em particular cada vez mais se enverga ante as imposições do mercado a segunda tem sua possibilidade condicionada à reversão da primeira expectativa o que implica a transformação radical, isto é, revolucionária da ordem atual (Lombardi, 2016 p. 42).

Ainda Lombardi (2016) acrescenta que a primeira tendência é a que caminha a educação em geral, em que a ação da burguesia toma a educação como objeto de investimento capitalista e que vai gradativamente esvaziando a função própria da escola que é assegurar a apropriação dos conhecimentos sistematizados. “É essa a tendência que se desenha como hegemônica e que pode perdurar ainda por muitos anos” (Lombardi, 2016, p.42).

Em relação à educação brasileira, a crise do capitalismo que ocorreu nos anos 1970 trouxe novas necessidades em relação ao aumento da produtividade do trabalho, que se concretiza na Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o

Ensino de 1º e 2º Grau, traz a obrigatoriedade na formação em “habilidades especiais” e torna o ensino profissionalizante obrigatório, imprimindo um caráter de terminalidade dos estudos, já lançando as pessoas para o mercado de trabalho. “A preocupação com a formação do exército industrial de reserva estava em pleno momento de grandes modificações exigindo a formação de uma força de trabalho cada vez mais urbana e com um grau maior de escolarização” (Melo, 2012, p. 22).

Segundo Faria (2008), no decorrer dos anos de 1990 o governo, por meio da legislação, passa a adotar políticas públicas que efetivavam as diretrizes neoliberais, distanciando a educação como prática da mediação para a libertação, da emancipação e construção da cidadania, em favor de uma visão funcionalista e economicista, com ênfase nos projetos de inclusão tecnológica. E para Paiva (2008) a escola, guiada por princípios positivistas, passa a ser organizada em um viés de preparação para o mercado de trabalho.

A história da educação brasileira nos aponta para uma educação muito alinhada com os princípios buscados pela classe dominante ao longo da história. Segundo Frigotto (1996), a educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, foi reduzida pelo economicismo e ao fator de produção, passando a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Ele concebe a educação “como prática social que se define nos múltiplos espaços da sociedade na articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais. A educação é, pois, compreendida como elemento constituído e constituinte crucial de luta hegemônica” (Frigotto, 1996, p. 21). Gramsci, ao olhar para o capitalismo industrial, afirma que este sistema visa essencialmente os técnicos e os cientistas, ambos, ligados à produção, são os intelectuais do capitalismo ligados à função produtiva e reprodutiva da economia capitalista. Todo grupo social, quando se afirma no campo econômico, deve elaborar sua própria hegemonia política e cultural e deve, portanto, criar seus próprios intelectuais orgânicos.

Segundo Jannuzzi (2012), este modelo de interpretação de nossa história educacional nos fornece elementos para o entendimento da história da educação das pessoas com deficiência. Ela se fundamenta no fato de que,

O modo de pensar, de se agir com o diferente depende da organização social como um todo, na sua base material, isto é, na organização para a produção, em íntima relação com as descobertas das diversas ciências, das crenças, das ideologias, apreendida pela complexidade da individualidade humana na sua constituição física e psíquica (Jannuzzi, 2012, p. 1).

O enfoque metodológico voltado para o materialismo histórico-dialético nos permite conceber a realidade vinculada ao modo de produção. É preciso olhar as ações que envolvem o atendimento às pessoas PEE entrelaçadas com o contexto social, pois, o conhecimento produzido reproduz a sua existência material. Com isso, analiso as ações desenvolvidas pela APAE ao longo dos anos inserida no contexto do sistema capitalista no modelo de globalização e das influências estrangeiras, pois entendo que

[...] a pesquisa que se desenvolve pelo viés do materialismo histórico deve contemplar esta concretude entendida como a historicidade do ser bem como os determinantes econômicos históricos políticos e culturais de modo a considerar essencialmente a complexa realidade social presente nos vários momentos históricos (Gomide; Jacomeli, 2016, p.66).

2.2 Procedimentos metodológicos

Como forma de investigação e problematização da temática, recorreremos, como principal fonte e objeto de pesquisa, o primeiro Livro de Ata da APAE de Corumbá (MS), que representa os primeiros dezenove anos (1971 – 1990) de existência da instituição. Esse Livro foi eleito pela sua importância documental na historiografia da Educação Especial e sobretudo porque diz respeito a atuação da instituição nesse período. Configura-se, portanto em um estudo documental, de acordo com a natureza da fonte.

Este trabalho seguiu as seguintes etapas para seu desenvolvimento: Revisão bibliográfica e discussão teórica durante todo o percurso; Levantamento de documentação sobre a Instituição; Digitalização da documentação¹³; Organização da documentação; Sistematização e análise dos dados; Elaboração de relatório final de pesquisa.

A revisão bibliográfica é uma etapa muito importante em qualquer pesquisa científica e a sua apresentação prévia nesta dissertação possibilita justificar a relevância deste estudo, à medida que demonstrou a inexistência de investigações anteriores que se dedicassem sobre este objeto: história da APAE de Corumbá. Um levantamento bibliográfico “consiste na seleção de obras que se revelam importantes e afins em relação

¹³ Ao realizar a consulta aos dois Livros Atas, percebemos que parte do material está fragilizado devido ao tempo. Diante disso, propomos realizar a digitalização do material consultado, com a expectativa de preservá-lo por mais tempo, para que este possa ser acessado futuramente de forma virtual, evitando o constante manuseio. (Autorização em anexo)

ao que se deseja conhecer” (Moroz; Gianfaldoni, 2006, p. 31).

Cabe ao pesquisador encontrar o sentido do documento e, a partir daí, construir um conhecimento que permita não apenas o entendimento da fonte, mas também dos projetos históricos e perspectivas que estão ali presentes. “[...] os documentos são importantes, em graus variados, e expressam determinações históricas que estão no cerne da documentação pesquisada [...]” (Evangelista, Shiroma, 2015, p. 99).

A presente pesquisa seguiu a perspectiva dialética como método norteador do processo de investigação e análise, pois, “implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré existente sobre o objeto de estudo” (Lima; Miotto, 2007, p. 40). Ainda segundo as autoras, esse método traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos, e intensiona chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, analisando representações ideológicas construída sobre o objeto em questão.

Evangelista e Shiroma (2015) asseveram que é preciso conceber a Educação como uma totalidade¹⁴ constitutiva da totalidade social e considerá-las em sua totalidade dialética com a sociedade capitalista, “compreendemos a educação determinada, em última instância, pelas relações sociais de produção” (p. 83-84).

No entanto, as autoras afirmam, com base em Ciavatta (2007), que a totalidade social é constituída de um conjunto dinâmico de relações, e nestas, supõe a ação de sujeitos sociais. E se compreendermos a realidade como a síntese de múltiplas determinações, podemos pensar a educação como constituída e constituinte dessas mesmas relações sociais.

Pretendi realizar os estudos com documentos a partir desse perspectiva teórica, pois entendo que é impossível compreendê-los isolados de sua materialidade, da correlação de forças que os produziu. Neles estão impressos o conteúdo e o sentido do que passa a ser internalizado pelos sujeitos sociais. Portanto, “Trabalhar com documentos supõe [...] considerá-los resultados de práticas sociais e expressão da consciência humana possível em um dado momento histórico” (Evangelista; Shiroma, 2015, p. 95).

Em relação à análise documental, esta se iniciou pela avaliação preliminar de cada documento que foi consultado na própria Instituição (APAE de Corumbá). Nesta etapa,

¹⁴ Para Ciavatta (2007) totalidade social trata-se de “um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente pela ação de sujeitos sociais. [...] o conceito de totalidade social tem um referente histórico, material, social, moral ou afetivo de acordo com as relações, das mediações ou os processos sociais complexos articulados, que constituem determinada totalidade. [...] as totalidades são tão heterogêneas e tão diversificados quantos os aspectos da realidade” (Ciavatta, 2007, p.13).

trago alguns elementos importantes pontuados por Cechinel *et al.*, (2016), que apontam para “o exame e a crítica do mesmo, sob olhar, dos seguintes elementos: contexto; autores; interesses; confiabilidade; natureza do texto e com conceitos chave” (Cechinel, et al., 2016, p. 4). Em relação a essa análise preliminar dos documentos, Cellard (2008) aborda cada elemento como o contexto: analisar o contexto histórico e social em que foi elaborado; o autor ou autores: conhecer a identidade do autor para identificar os interesses e motivos da escrita dos documentos; autenticidade e confiabilidade dos texto: verificar a procedencia e a autenticidade do documento; natureza do texto: avalia a natureza do documento, o contexto particular de cada produção; conceitos chave: entender os sentidos dos termos empregados no documento (Cellard, 2008). Os elementos apresentados aqui são importantes para identificar e categorizar cada documento a fim de verificar a sua utilização ou não na pesquisa.

2.2.1 Itinerário da pesquisa de campo

A pesquisa de campo ocorreu em duas etapas. Coletamos primeiramente, documentos na Instituição APAE de Corumbá (MS) e no segundo momento, na Biblioteca do Acervo de Gilberta Jannuzzi, pertencente à Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação (ABPEE), em sala dentro da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Na primeira etapa da coleta de dados, entramos em contato informalmente (por WhatsApp) com a diretora da APAE de Corumbá e falei sobre as intenções da pesquisa e esta prontamente se colocou à disposição. Posteriormente, dirigi-me até a sede atual da instituição e, munida de uma carta de apresentação (anexa a este relatório), conversei pessoalmente com a diretora e discutimos formas de consultar o acervo da instituição.

Como já era dezembro de 2023 e, com o aproximar das festas de fim de ano, coincidindo também com as férias da diretora, marcamos para iniciar a coleta de dados em janeiro de 2024. Ao retornar o contato (por WhatsApp) com a diretora em janeiro, fui surpreendida pela troca de direção da instituição, quando uma outra pessoa assumira o cargo. Então procedi novo contato ao novo Diretor Pedagógico (por WhatsApp) e logo marcamos uma reunião para eu explicar mais detalhes da pesquisa. Nesse primeiro contato, fui muito bem recebida e ele logo sinalizou interesse em colaborar com a pesquisa e deu-me autorização para iniciar a coleta de dados, tão logo recebesse a

autorização do Diretor Administrativo. Então aguardei mais uns dias e enfim tive a autorização para realizar a coleta de dados.

No dia marcado para iniciar a coleta de dados, fui apresentada à secretária da APAE, que gentilmente disponibilizou-me os materiais existentes no acervo, que neste dia foi uma pasta contendo vários documentos como: Deliberações, Atas, Autorizações, Certificados de Credenciamentos etc. Percebi que tais materiais não se encontravam organizados adequadamente e muitos documentos históricos estavam misturados aos documentos mais atuais. A secretária mencionou que pretendem organizá-los, mas devido à grande demanda de trabalho na instituição isto ainda não havia sido possível. Inclusive mencionou a intenção de a instituição em criar uma página WEB da APAE em Corumbá para divulgar as ações da instituição, mas relatou que ainda não tinham conseguido devido ao alto custo de contratar um profissional da área para tal serviço.

No segundo dia de coleta, a secretária disponibilizou-me dois livros de Atas em que constavam reuniões da diretoria da APAE desde a fundação até 2015. Fiquei impressionada com tal material e neste dia e em outros fiquei lendo essas atas e anotando eventos importantes. Em contato com esses documentos, percebi que muitas páginas já estavam danificadas pelo tempo e a situação poderia se agravar com o meu manuseio e o de outras pessoas. Assim, em conversa com minha orientadora, decidimos propor para a direção pedagógica e administrativa a realização da digitalização dos livros de Atas, transformando-os em arquivos digitais para futuras pesquisas. Tal proposta foi formalizada em documento (em anexo) e autorizado pelos diretores. Em outro momento realizei a digitalização de todas as Atas, que foram salvas em arquivo PDF e entregues à direção da APAE conforme proposta.

No período de coleta de dados na instituição, muitos documentos foram encontrados: Autorização nº 35 de 1974; Decreto nº 849 de 30 de dezembro de 1976; Deliberação CEE de nº 1805, de 19 de fevereiro de 1987; Deliberação CEE nº 2908, de 19 de setembro de 1991; Deliberação CEE/MS nº 7887 de 7 de novembro de 2005; Deliberação CEE/MS nº 168 de 6 de junho de 2008; Certificado de Credenciamentos; Ata de nova denominação da Escola de 28 de outubro de 1985; Fotos¹⁵ e dois Livros de Atas.

¹⁵ A Instituição possui inúmeras fotos em seu acervo onde estão registrados muitos momentos festivos e eventos importantes que fizeram parte da trajetória histórica da APAE, porém, muitas delas já estão deterioradas pelas condições do tempo e por um armazenamento inadequado. Percebemos o quão importante é esse material para preservação da história da Instituição, então nos disponibilizamos a organizá-lo e armazená-lo melhor para guarda da própria instituição.

Em relação à apresentação desses dois livros: o primeiro livro registra as Atas desde a primeira reunião que é a Ata de Fundação da APAE de Corumbá que data de 9 de novembro de 1971 até a Ata de 11 de julho de 1990 e o segundo livro registra as Atas de reuniões desde o dia 25 de abril de 1991 até a Ata do dia 26 de janeiro de 2015. Totalizando 109 atas no primeiro livro e 96 no segundo.

Apresento abaixo um quadro com o quantitativo de Atas contidos nos dois Livros de Atas.

Quadro 7: Número de Atas do primeiro Livro

Primeiro livro		
Período	Nº de Atas	Tipo de Reunião
09/11/1971	01	Ata de Fundação
01/12/1971	01	Assembleia Geral – Aprovação do Estatuto
07/05/1973	01	Ata de Posse da primeira Diretoria definitiva
12/06/1973 a 08/12/1973	10	9 Reuniões de Diretoria e 1 Reunião Ordinária
20/03/1974 a 26/11/1974	12	8 Reuniões de Diretoria e 4 Reuniões Ordinárias
25/02/1975 a 29/11/1975	12	10 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Extraordinária e 1 Reunião Extraordinária
28/03/1976 a 09/11/1976	09	9 Reuniões de Diretoria
16/04/1977 a 17/11/1977	07	6 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral Ordinária
16/02/1978 a 23/11/1978	07	7 Reuniões de Diretoria
24/01/1979 a 26/10/1979	06	5 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral Ordinária
23/04/1980 a 30/07/1980	04	4 Reuniões de Diretoria
03/08/1981 a 15/10/1981	02	1 Reunião de Diretoria e 1 Assembleia Geral
20/05/1982 a 06/08/1982	05	4 Reuniões de Diretoria e 1 Reunião Extraordinária
13/03/1983 a 17/06/1983	04	3 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral
23/03/1984 a 09/07/1984	03	3 Reuniões de Diretoria
19/04/1985 a 01/11/1985	05	4 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral
02/01/1986 a 28/02/1986	02	2 Reuniões de Diretoria
30/03/1987 a 28/09/1987	05	4 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral
03/04/1988 a 30/11/1988	06	5 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral Extraordinária

10/01/1989 a 23/11/1989	05	2 Reuniões da Diretoria, 2 Reuniões da Diretoria + Conselho Deliberativo e 1 Assembleia Geral Ordinária
25/04/1990 a 01/07/1990	02	2 Reuniões da Diretoria + Conselho Deliberativo

Quadro criado pela autora, tendo como base o primeiro livro de Ata da APAE Corumbá (MS)

Quadro 8: Número de Atas do segundo Livro

Primeiro livro		
Período	Nº de Atas	Tipo de Reunião
25/04/1991 a 18/09/1991	05	2 Reuniões da Diretoria, 2 Reuniões da Diretoria + Conselho Deliberativo e 1 Assembleia Geral Ordinária
21/07/1982 a 10/11/1992	02	2 Reuniões da Diretoria + Conselho Deliberativo
03/03/1993 a 02/12/1993	03	2 Reuniões da Diretoria + Conselho Deliberativo e 1 Assembleia Geral Ordinária
02/05/1994 a 14/11/1994	02	1 Reunião da Diretoria e 1 Reunião da Diretoria + Conselho Deliberativo
04/04/1995 a 25/10/1995	04	1 Reunião da Diretoria, 2 Reuniões da Diretoria + Conselho Deliberativo e 1 Assembleia Geral Ordinária
24/07/1996 a 30/07/1996	02	1 Reunião da Diretoria e 1 Reunião da Diretoria + Conselho Deliberativo
21/05/1997 a 20/12/1997	04	2 Reuniões da Diretoria e 2 Reuniões da Diretoria + Conselho Deliberativo
13/02/1998 a 16/11/1998	05	4 Reuniões da Diretoria e 1 Assembleia Geral Ordinária
21/07/1999 a 08/10/1999	03	1 Reunião da Diretoria, 1 Reunião da Diretoria + Conselho Deliberativo e 1 Assembleia Geral Extraordinária
15/02/2000 a 17/11/2000	05	4 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral Ordinária
10/03/2001 a 19/10/2001	03	3 Reuniões de Diretoria
27/02/2002 a 05/11/2002	05	3 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral Ordinária e 1 Termo de Posse
17/02/2003 a 03/12/2003	03	3 Reuniões de Diretoria
17/05/2004 a 16/11/2004	06	5 Reuniões de Diretoria e 1 Termo de Posse
23/03/2006 a 10/11/2006	04	3 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral Ordinária
02/04/2007 a 22/11/2007	05	5 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral Ordinária
02/01/2008 a 13/11/2008	06	5 Reuniões de Diretoria e 1 Termo de Posse
12/02/2009 a 08/12/2009	04	3 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral Extraordinária

29/04/2010 a 23/11/2010	06	5 Reuniões de Diretoria e 1 Assembleia Geral Ordinária
27/04/2011 a 25/05/2011	02	1 Reunião da Diretoria e 1 Assembleia Geral
28/02/2012 a 06/06/2012	02	1 Reunião da Diretoria e 1 Assembleia Geral Extraordinária
30/04/2013 a 28/11/2013	03	1 Reunião da Diretoria + Conselho Administrativo e 1 Assembleia Geral Ordinária
02/01/2014 a 19/12/2014	07	5 Reuniões da Diretoria e 1 Reunião da Direção Pedagógica
26/01/2015	01	1 Reunião da Diretoria

Quadro criado pela autora, tendo como base o segundo livro de Ata da APAE Corumbá (MS)

O segundo momento de coleta de dados ocorreu na Biblioteca do acervo da pesquisadora Gilberta Jannuzzi pertencente à Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação (ABPEE), organizada em uma sala dentro da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (UNICAMPI). Nesta biblioteca está contida parte de todo material de pesquisa, dentre livros, revistas, documentações, anotações da referida pesquisadora durante sua trajetória acadêmica, acervo este doado para a ABPEE. Durante a organização selecionei alguns materiais que contribuíram nessa pesquisa, como: Boletim Mensal da APAE, Cartilha da Federação Nacional das APAEs, Guia para formação das APAEs, Revista Mensagem da APAE, Jornal Apaeano, dentre outros.

Percorremos um longo caminho e consideramos que a investigação histórica se inicia no movimento de busca dos documentos e prosseguiu nas análises interpretativas, que, segundo Evangelista, Shiroma (2015), nesse processo de investigação, busca-se entender quando, como, por quem e porque foram produzidos. Ainda acrescentam,

As fontes primárias trazem as marcas da sua produção original, de seu tempo de produção, da sua história. [...]. Documentos são produtos de informações selecionadas, [...]. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico (Evangelista; Shiroma, 2015, p. 100-101).

Tendo reunido todo material coletado, organizamos o inventário, analisamos os documentos, observamos seus conteúdos, fizemos a leitura de todas as Atas considerando o período de 1971 a 2015, ano que foi registrada a última Ata do segundo livro. Percebemos que tal quantitativo tornava complexa a tarefa de reunir toda a heterogeneidade dos contextos apresentados para essa primeira análise, tornando-se

imprescindível a realização de um recorte temporal que se efetivou na decisão de considerar, para esse estudo, apenas o primeiro livro de Ata, deixando a análise do segundo livro para futuros estudos. A delimitação do recorte temporal também se fez pela percepção, nas análises de conteúdo das atas dos dois livros, que o primeiro livro reflete a primeira fase de implementação dessa instituição em Corumbá (MS). Percebemos que, nos primeiros anos (Livro 1), a instituição buscou a legitimidade enquanto órgão de atendimento ao excepcional, fortalecendo parcerias tanto da sociedade civil quanto do Estado, procurando também se profissionalizar administrativamente. Nos anos seguintes (Livro 2), percebemos uma estrutura gerencial mais organizada, com convênios firmados, com suportes técnicos e com uma estrutura de atendimento mais consolidada. A percepção dessas fases foi possível a partir de meu conhecimento sobre o estudo de Jannuzzi e Caiado (2012) acerca da fundação da primeira APAE em 1954, que dividiu a sua fase de implementação em dois grandes períodos, sendo que na segunda fase há a indicação de que “foi na transição do milênio que ocorreu a ênfase ao Movimento Apaeano e à sua organização gerencial, estruturando-se burocraticamente e ampliando meios para garantir sua manutenção” (Jannuzzi; Caiado, 2012, p. 6).

Buscamos em Saviani (2007) o entendimento de como proceder diante da periodização da pesquisa. Para ele, a questão da periodização em estudos históricos é relevante e complexa. “A periodização, enquanto uma exigência de compreensão do objeto, é, antes, uma questão teórica que se põe para o historiador ao enfrentar a tarefa de organizar os dados visando a explicar o fenômeno que se propôs a investigar” (Saviani, 2007, p. 12).

Com base em Cardoso (1977), Saviani (2007) afirma que o exame da periodização em pauta implica na construção do objeto histórico, e o tratamento do tempo implica atingir um certo nível de generalidade e este se determina, por um corte de tempo. Ainda, com base em Cardoso (1977), Saviani (2007) vai apontar que o problema é definir onde fazer os cortes e como dar conta das discontinuidades na continuidade dos acontecimentos e como definir a discontinuidade através da periodização.

Para Saviani (2007), tais perguntas terão respostas diferentes conforme a perspectiva teórica que se coloca o pesquisador e que “para explicar o seu objeto decorrerá o princípio de periodização que lhe permitirá dar conta das discontinuidades na continuidade dos eventos constitutivos do fenômeno investigado” (Saviani, 2007 p. 12).

Dessa forma, compartilhamos do entendimento das autoras Evangelista e Shiroma (2015), que afirmam que o método de Marx se torna fundamental em uma pesquisa documental com o intuito de compreendê-la. Não se subordinar aos discursos que a propaga e sim interpretá-los. As autoras ainda acrescentam que tal empreitada é inviável sem a teoria, ou seja, sem o método dialético, cujas categorias centrais são: totalidade, hegemonia, classe, reprodução, ideologia, contradição e mediação (Evangelista; Shiroma, 2015).

3 TRAJETÓRIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL À PESSOA PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: alguns aspectos

Em meados da década de 1990, no Brasil, evidenciam-se os debates em torno da Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca, elaborada na Espanha em 1994, com o documento final da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”, que trata dos Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais e indica que os Estados devem assegurar que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. Orienta também que todos os governos “adotem o princípio da educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares” (Unesco, 1994, p. 2).

Outro documento importante, promulgado dois anos mais tarde, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) que propõe adequação das escolas brasileiras para atender de forma satisfatória todas essas crianças (Kassar, 2011).

Para Kassar (2011), o impacto desses dois documentos implicou a disseminação de um discurso de “educação inclusiva” que tomou corpo no país e, pouco a pouco, foi sendo utilizado no lugar da bandeira da “integração”. Mas, para a autora,

A implantação de uma política de “educação inclusiva” deve ser analisada no contexto complexo das políticas sociais nas sociedades capitalistas. Na história do país a relação estabelecida na legislação entre poder público, instituições privadas e rede de ensino, no que se refere às responsabilidades no atendimento de alunos com deficiências, caracterizou-se por uma complementaridade de ações, sem superposição de serviços: os grupos privados, como as Sociedades Pestalozzi e as APAEs, responsabilizaram-se pelo atendimento aos alunos mais comprometidos e as classes especiais públicas atenderam a população menos comprometida. Essa relação de atendimentos fez com

que as instituições especializadas assumissem uma posição de atores principais na Educação Especial Brasileira (Kassar, 2011, p. 72).

Jannuzzi (2004), Kassar (2011) e Pletsch (2014) afirmam que para entender o movimento e o direcionamento da atenção à pessoa com deficiência, é preciso percebê-los dentro da história da educação geral de um país. E como já mencionamos, as ações no campo educacional estão atreladas ao desenvolvimento econômico do país e visam atender as demandas e a manutenção desta mesma estrutura econômica. Desse contexto, vemos que em um grande período da trajetória histórica da educação especial, as pessoas PEE eram segregadas e impedidas de frequentar espaços educacionais de forma igualitária com outros alunos, pois não se concebiam capacidades de aprendizagem para essas pessoas. Para Kassar (2011) esses aspectos de nossa história são importantes para o entendimento da formulação de uma política educacional brasileira.

Pelas características de nossa educação, a atenção direcionada para pessoas com deficiência (Educação Especial) deu-se, em grande medida, pela ação de um conjunto de instituições privadas de caráter assistencial, não considerado pertencente à rede de ensino brasileira (Kassar, 2011, p. 44).

A autora esclarece a importância de compreender o processo de inclusão inserido no contexto da história da Educação Especial no Brasil, considerando as complexas relações estabelecidas dentro de um contexto capitalista, resultando na constituição de uma política atrelada a ações de complementariedade entre o público e o privado. Dessa forma, se olharmos para a história da Educação Especial, vemos que o atendimento educacional de pessoas PEE no Brasil historicamente se constituiu por meio de serviços paralelos à educação regular que ocorriam prioritariamente por instituições especializadas de caráter privado e filantrópico (Meletti; Ribeiro, 2014).

A trajetória histórica da escolarização de pessoas PEE no Brasil tem sido bastante contemplada em muitas pesquisas e aqui pretendo apresentá-la também brevemente e, como bem diz Botelho (2018), para essa construção de conhecimento é preciso revisar os caminhos já percorridos pelos pesquisadores que se dedicaram à construção desses processos históricos. Aqui pretendo destacar o caráter assistencialista, filantrópico em que se constituiu esse atendimento com as nuances da relação público-privado pela qual esse atendimento foi se estabelecendo ao longo das décadas.

A filantropia¹⁶ é um termo muito utilizado para se referir às instituições, organizações, associações, fundações, que, na realização de suas ações dirigidas aos diversos públicos (sejam eles, famílias, mães, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência), não almejam lucro, ou seja, são organizações sem fins lucrativos. “São as chamadas organizações sem fins lucrativos, mais modernamente, organizações não governamentais [...] (Mestriner, 2008, p. 35)”. Mestriner explica que filantropia é uma palavra que se origina do grego (*philos* significa amor; *antropos*, homem) e tem relação com o

amor do homem pelo ser humano, ou amor pela humanidade. No sentido mais restrito, constitui-se no sentimento na preocupação com o favorecido, com o outro que nada tem, portanto no gesto voluntarista, sem intenção de lucro, de apropriação de qualquer bem. (Mestriner, 2008, p. 14)

Percebe-se nesse conceito um forte apelo ao sentimentalismo levando ao entendimento da necessidade do ser humano em se preocupar com as causas coletivas, como se fosse dever do cidadão, da sociedade em garantir esses serviços e não o Estado. À filantropia também é atribuído o sentido de caridade e benemerência dado pela Igreja Católica, onde se constitui a ação do dom, da bondade, que se concretiza pela ação do outro. (Mestriner, 2008)

A esse respeito Jannuzzi (2012), menciona que o atendimento à pessoa com deficiência no país inicia-se provavelmente através das Câmaras Municipais ou de Confrarias particulares. Ela cita que em 1730 surgiu a irmandade de Santa Ana para cuidar de órfãos e crianças abandonadas e as Santas Casas de Misericórdias, que surgem desde o século XVI exercendo um importante papel no atendimento aos pobres e doentes. “[...] as misericórdias coletavam esmolas para ajudar principalmente os órfãos e se constituíram na primeira forma organizada de assistência no Brasil.” (Mestriner, 2008, p. 15)

Nesse viés filantrópico é que se constituiu a trajetória do atendimento às pessoas com deficiência no Brasil. Mas o marco histórico do início do atendimento escolar às

¹⁶ Mesmo sendo um termo muito utilizado atualmente “A filantropia pode ser entendida, [...], como a laicização da caridade cristã, ocorrido a partir do século XVIII e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O “fazer o bem”, o socorro aos necessitados deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social” (Sanglard, 2003, p. 1095). Com isso a generosidade é entendida como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, acentuando a presença das grandes fortunas entre os principais filantropos. (Sanglard, 2003)

peças PEE se dá em meados do século XIX, com a criação de dois Institutos, ambos na cidade do Rio de Janeiro, que foram instituídos por ações imperiais: a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, pelo decreto nº 1428 de 12 de setembro de 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, pela Lei nº 839 de 1857, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)¹⁷ (Jannuzzi, 1985; Mazzotta, 1996; Bueno, 2004;).

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi criado por influência do brasileiro José Álvares de Azevedo, homem cego, que estudou em Paris no Instituto dos Jovens Cegos que, ao regressar ao Brasil, acaba por se tornar alfabetizador de uma menina cega, filha do médico do Imperador, resultando posteriormente, na criação do Instituto, que passou a ser dirigido pelo Dr Sigaud. Com a República, a denominação passa a ser Instituto dos Meninos Cegos e Instituto Nacional dos Cegos. Posteriormente, em 1891, passa a ser chamado de Instituto Benjamin Constant (Jannuzzi, 2012).

Já a criação do Instituto dos Surdos Mudos ocorre graças ao empenho de Ernesto Hüet, educador francês com surdez congênita, professor do Instituto de *Bourges* na França que, ao chegar ao Brasil, fora apresentado ao Marques de Abrantes, que o leva até o Imperador Dom Pedro II. Hüet apresenta planos de fundar uma escola para “surdos-mudos” no Brasil, que é prontamente facilitada pelo Imperador e em outubro de 1856 dá origem ao instituto. “Em 1957, ou seja, 100 anos após sua fundação, pela Lei nº 3198, de 6 de julho, passaria a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).” (Mazzotta, 1996, p. 29).

Segundo Kassar (1998), no percurso de criação das primeiras ações no atendimento às pessoas com deficiência, fica evidente a influência estrangeira e de pessoas pertencentes à elite no direcionamento das ações no Brasil. “[...] essas duas instituições foram intermediadas por vultos importantes da época [...]” (Jannuzzi, 2012)

Jannuzzi (1985) e posteriormente Kassar, Rebelo e Jannuzzi (2019) afirmam que a criação destes dois institutos para pessoas com deficiências sensoriais na década de 1850 configura-se como o embrião do atendimento público direcionado à pessoa com deficiência no Brasil.

¹⁷ Esta instituição foi originalmente privada, com o nome de Colégio Nacional para Surdos-Mudos. Para detalhes ver: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/747-instituto-dos-surdos-mudos>.

Bueno (2004) analisa que “a criação desses dois institutos espelha o caráter assistencialista que irá perpassar toda a história da educação especial em nosso país” (Bueno, 2004, p. 109). E acrescenta que o que se deu foi uma política de “favor”, em que foram criadas instituições que ofereciam abrigo e proteção a essa parcela da população, auxiliando os desvalidos. E ainda se dava de forma precária e não atendiam a toda população, visto que no ano de 1874 atendiam 35 alunos cegos e 17 surdos entre uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos em 1872 (Jannuzzi, 2012).

Mesmo sendo criadas por decretos imperiais, essas duas instituições não representaram um olhar de responsabilidade governamental para as pessoas PEE. Segundo Pletsch (2014), a criação desses institutos deu-se para atender aos interesses da família real e configuraram-se como atos isolados, “uma vez que não existiam naquele período legislações e/ou diretrizes para educação do país” (Pletsch, 2014). Mazzotta (1996) informa que, ainda no período Imperial, há registros de outras ações de atendimento ao deficiente, como ocorreu em 1874 com o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia, hoje denominado Hospital Juliano Moreira, porém não se pode afirmar que tais atendimentos eram caracterizados como educacionais, podendo tratar-se de assistência médica a crianças com deficiência mental, ou mesmo atendimento médico pedagógico.

Bueno (2004) afirma que após a Proclamação da República, a educação especial, assim como a educação brasileira, foi se expandindo de forma extremamente lenta e as primeiras instituições que foram se formando tinham um peso na preocupação com a eugenia da raça e “essa preocupação pode ser interpretada como o início do processo de legitimação da segregação do “aluno diferente”” (Bueno, 2004, p. 111).

Uma das ações efetivadas nos primeiros anos da República foi a criação o Pavilhão Bourneville, em 1904, dentro do Hospício Nacional de Alienados, que é considerado o primeiro serviço organizado de assistência às crianças anormais e que oferecia cuidados médicos e pedagógicos (Müller, 2000). O Pavilhão-Escola Bourneville foi a concretização de uma resposta aos muitos protestos que já vinham ocorrendo desde os fins do século XIX sobre a situação de abandono das crianças que se encontravam internadas nesse hospício, que viviam junto com adultos sem as menores condições de higiene e saúde (Silva, 2009).

Em relação às formas do atendimento propostas à pessoa com deficiência nas primeiras décadas do século XX, Jannuzzi (2012) destaca nesse período duas vertentes: a médico-pedagógica, que trata da influência dos médicos nas propostas de educação dessas pessoas e se preconizavam os Serviços de Higiene e Saúde Pública orientando as

escolas. A ação médica teve duplo aspecto: de um lado, se disseminava a ideia de que a deficiência mental estava ligada à delinquência e à “degenerescência humana” e poderia ser evitada por ações de profilaxia; de outro foram os médicos, os primeiros que teorizaram sobre a educação do deficiente e a perceber a importância das ações pedagógicas.

A outra vertente é a psicopedagógica, que se embasa nos princípios da Escola Nova, trazendo para a educação modelos da psicologia experimental. Nesse período, aqui no Brasil, os laboratórios de pesquisa experimental já desenvolviam pesquisas em psicologia genética e diferencial. Tais ideias foram penetrando aqui no Brasil, principalmente as desenvolvidas por Alfredo Binet (1857-1911), que cria os testes de inteligência em 1905, tendo como colaborador Theodore Simon (1871-1961). É a concepção Psicopedagógica que, já na década de 1930, passa a influenciar fortemente as ações direcionadas aos alunos com deficiência com a difusão de teorias de aprendizagens psicológicas. Isso se dá pela presença de alguns profissionais da psicologia, mas o nome em destaque é Helena Antipoff, que atua de forma marcante em Minas Gerais e depois no Rio de Janeiro (Jannuzzi, 2004).

Em São Paulo, o professor Clemente Quaglio, já havia organizado em 1909 um Laboratório de Psicologia Experimental em Amparo (SP) e, em 1912, foi convidado pelo governo do Estado para realizar duas pesquisas em escolas públicas da capital, aplicando a escala métrica de inteligência de Binet e Simon. Esta pesquisa pretendia, dentro da escola pública, identificar os deficientes mentais, com base na aplicação dessa escala (Jannuzzi, 2012).

Temos então, neste período, alguns registros de ações do setor público para atender essa população e os atendimentos restringem-se a setores dentro de hospitais (pavilhões infantis) e a orientações para funcionamento de escolas ou classes especiais.

Em relação às ações privadas, é importante destacar a criação, em 1926, no Rio Grande do Sul, do Instituto Pestalozzi na cidade de Porto Alegre, fundada pelo casal, Thiago e Joana Würth, sendo em 1927 transferido para a cidade de Canoas (RS). Tal instituto funcionou em regime de internato, semi-internato e externato, mediante convênios com instituições públicas estaduais e federais. A criação desse instituto é exemplo de uma movimentação da sociedade civil, preocupada com os problemas enfrentados pelas crianças com deficiência, já que neste período as ações governamentais ainda se limitavam a criações de escolas junto a hospitais psiquiátricos e ao ensino regular (Jannuzzi, 2012). Neste contexto, “outras entidades filantrópicas especializadas

continuam sendo fundadas; há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e centros de reabilitação, geralmente particulares, a partir de 1950 principalmente” (Jannuzzi, 2012 p. 58).

Em 1932 foi criada a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte em Minas Gerais, sob a orientação de Helena Antipoff, que contava com professores pagos pelo governo estadual e, em 1940, instala-se no município de Ibitaré (MG). Em 1948, no Rio de Janeiro, é fundada a Sociedade Pestalozzi do Brasil (SPB), assentada nas bases psicopedagógicas propostas por Helena Antipoff, caracterizada como instituição particular de caráter filantrópico. Essa instituição, sediada na cidade do Rio de Janeiro, teve sempre atuação apoiada pelos governos federal, estadual e municipal, sendo ela a principal articuladora da Federação das Sociedades Pestalozzi (FENASP) (Mazzotta, 1996).

Mazzotta (1996) registra nesse contexto a criação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), foi fundada em 11 de dezembro de 1954, também na cidade do Rio de Janeiro. Esta instituição contou posteriormente com o apoio do governo federal, através do Presidente Castelo Branco (1964-1967), que cedeu um prédio com boa área para a sede da APAE, e autoridades do Executivo e Legislativo passaram a conceder ajuda às APAEs que se instalavam. Através do exposto podemos perceber a relação público-privado estabelecida na criação dessas instituições que recebiam financiamento do governo para sua manutenção.

Kassar, Rebelo e Jannuzzi (2019) registram que a partir da década de 1950 o Brasil vive um período de crescente industrialização e de incentivo à instalação de indústrias estrangeiras. Tal período é denominado por diferentes autores de nacional-desenvolvimentismo e o capital externo era visto como colaborador do processo de desenvolvimento e autonomia do país. Esses recursos financeiros externos foram acompanhados de um conjunto de proposições e procedimentos técnicos que fizeram parte de planos de assistência e para a formação de serviços nacionais. Nesse contexto, o governo de Juscelino Kubitschek desenvolve o Programa de Metas que se fundamenta na racionalidade, no planejamento e na antevisão dos problemas a serem enfrentados por seus projetos, estando também a educação envolvida em tais proposições (Kassar; Rebelo; Jannuzzi, 2019).

Jannuzzi (2012) registra os movimentos ocorridos no Brasil, desde a década de 1930, como o movimento das associações filantrópicas, que se incrementaram a partir de 1950. Nas décadas seguintes, há a ampliação das clínicas e serviços particulares de atendimento que possibilitaram, no Brasil, um movimento de pessoas interessadas no

problema da deficiência, somadas às Campanhas Nacionais que foram institucionalizadas a partir de 1957, quando as próprias pessoas com deficiência passam a se organizar em defesa de seus direitos.

Pletsch (2014) destaca que a Constituição de 1934 estabelece a educação sob a competência do Estado, que deveria traçar as diretrizes nacionais. Posição esta reiterada na Constituição de 1937. A autora destaca que na Constituição de 1946 a educação foi reconhecida pela primeira vez com direito universal e estabelece a criação de uma lei geral da Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (nº 4024) incluiu um título sobre a escolarização dos “excepcionais”, com dois artigos: um recomendava que a educação desse público deveria ocorrer quando possível no sistema geral de educação e outro previa a destinação de recursos públicos para instituições privadas (Jannuzzi, 1985; Pletsch, 2014).

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (Brasil, 1961)

Concordo com Kassar; Rebelo (2011) que, ao analisarem os referidos artigos, encontram dificuldades em identificar qual é o lugar de educação do aluno PEE, pois a legislação, oferece um “possível lugar” que pode ser dentro da escola pública, chamado de “classe especial”, mas concomitantemente indica o encaminhamento de alunos para instituições especializadas, chamadas pela Lei de “iniciativa privada”, com a garantia de recursos financeiros. Entende-se que, pela lei, não há uma especificação no direcionamento da escolarização da pessoa PEE. As autoras enfatizam ainda,

Na história da educação especial brasileira, de modo geral, a “especialização” de atendimento ou a “educação especializada” coube hegemonicamente a dois espaços: às classes especiais e às instituições especializadas. Esses dois espaços, pelas características da política educacional brasileira, foram constituídos entre a iniciativa privada e a pública: o poder público abriu classes especiais para atendimento a diferentes deficiências em escolas das redes estaduais e a iniciativa privada, diante da incipiente ação pública, fundou instituições (Kassar; Rebelo, 2011, p. 2).

Segundo as autoras, nesse período ainda não era possível identificar a existência de uma política que coordenasse as ações nacionais de forma específica para este setor e que essa mudança de quadro só vai ocorrer na segunda metade do século XX, especialmente na década de 1960, com a instauração do Regime Militar, de 1964 a 1985, quando ocorre o estabelecimento de proposições que passam a direcionar ações de educação para essas pessoas no país.

Rebelo (2012) aponta que, desde a década de 1970, vem ocorrendo a consolidação de políticas sociais, porém caracterizadas por densas redes de parcerias, com estímulos e subsídios dados ao setor privado, projetando um alto grau de privatizações. Dentro desse período que é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) no governo Médici (1969-1974), pelo decreto nº 72.425 de 3 de julho de 1973. Segundo Bueno (2004), o CENESP teve a finalidade de promover, em todo território nacional a expansão e a melhoria do atendimento aos excepcionais. Kassari; Rebelo; Jannuzzi (2019, p. 3) entendem essa ação como um marco institucional, pois a Educação Especial passa a ser vista como “área de intervenção das políticas públicas de Estado”. É importante destacar que nessa época, concebia-se que algumas pessoas com deficiência “possuíam incapacidades intelectuais e, portanto, a escolarização não seria possível para grande parcela delas, e a de que a atenção a elas era um assunto de filantropia” (Kassar; Rebelo; Jannuzzi, 2019, p. 7).

Para a organização da pasta da Educação Especial, muitos órgãos são convidados a participar como: o presidente da Federação Nacional das APAEs, Helena Antipoff, além de consultores e assessores internacionais. Estes difundiram concepções sobre o desempenho e a inserção social dessa população, cuja concepção teve forte influência na constituição do CENESP (Kassar; Rebelo; Jannuzzi, 2019).

Laplane, Caiado e Kassari (2016), em interlocução com Bueno (2011), afirmam que as relações entre os setores público e privado no Brasil remontam à história do país. Através dessas leituras, foi possível perceber o delineamento dado à escolarização das pessoas PEE ao longo das décadas no Brasil, onde a marca da relação público e privado estabeleceu-se desde a criação das primeiras instituições, estendendo-se às instituições filantrópicas que foram surgindo, inclusive legitimada no âmbito legal, que ao mesmo tempo que garante o acesso à escolarização na rede regular, deixa também em aberto a opção de atendimento em instituições especializadas privado-filantrópicas.

Pletsch (2014) menciona que uma das primeiras ações do CENESP foi enviar profissionais brasileiros para participar do Programa de Capacitação de Recursos

Humanos nos Estados Unidos e quando regressaram, foram os primeiros doutores e mestres em Educação Especial no Brasil. Importante sinalizar que, naquele momento histórico, as pesquisas e formação dos Estados Unidos eram fortemente marcadas pela perspectiva comportamentalista influenciando a área de pesquisa aqui no Brasil.

Kassar, Rebelo e Jannuzzi (2019), ao analisarem a criação do CENESP, alegam que houve uma forte relação entre os postos de comando da política de Educação Especial, vínculos familiares e a constante presença de instituições privado-filantrópicas especializadas, através de seus representantes e que foram determinantes para os rumos propostos pela política para este setor.

Bueno (2004) informa que foi criado pelo CENESP, um plano de ação para o período de 75/79, com vistas à expansão e à qualificação da Educação Especial, priorizando-se três principais áreas de atuação: capacitação de recursos humanos, reformulação de currículos e assistência técnica e financeira aos sistemas estaduais e a as instituições privadas de educação especial. Sobre esta última o autor aponta que,

sob a capa de “assistência técnica” o que efetivamente previa essa área de ação era um repasse de verbas públicas a entidades particulares, contribuindo para a privatização da educação especial e contrariando a garantia de escolaridade fundamental aos excepcionais [...] (Bueno, 2004, p. 139).

As marcas da relação público x privado permanecem presentes na Constituição Federal de 1988. No seu artigo 208, afirma a gratuidade e obrigatoriedade do ensino como um direito público e subjetivo e, em outro artigo (Art. 209), garante seu oferecimento pela iniciativa privada, e ainda permite a destinação de recursos público a estas instituições privadas (artigo 213). “Afirma-se, assim, a ideia de que a educação é um direito da população e um dever do estado e, ao mesmo tempo é reconhecida como atividade privada, submetida, portanto, à lógica do mercado” (Laplane; Caiado; Kassar, 2016, p. 41).

A Constituição Federal é promulgada, após 21 anos de ditadura militar, em um período de efervescência da participação popular. Ela assegura vários direitos sociais à população, dentre eles a educação como um direito público e subjetivo. No entanto, diferentemente do que ocorreu na Europa, como forma de combater a crise capitalista que se abateu nos anos de 1920 a 1930, não é possível afirmar o estabelecimento de um Estado de Bem-Estar nacional.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação e a saúde como direitos universais e várias políticas sociais, no entanto o desenvolvimento dessas ações deu-se a partir da década de 1990, sob uma perspectiva que se convencionou chamar de “terceira via”, em que o Estado não assume diretamente as ações sociais. Através da Reforma do Aparelho do Estado, adotada em 1995, a posição da “terceira via” foi assumida explicitamente pelo governo brasileiro (Kassar, 2001). Portanto, a implementação das políticas sociais ocorreu em meio às medidas neoliberais que marcaram os anos de 1990. Tais medidas indicam um recuo ao papel do Estado especialmente em relação às políticas públicas, levando a um cenário de perdas sociais, contrariando ao que preconizava a Lei. E, nesse avanço capitalista, apesar das lutas pela conquista da democracia, com a diminuição do papel do Estado, há o fortalecimento da parceria entre o público e o privado.

O plano diretor da Reforma do Aparelho do Estado propunha a divisão do Aparelho do Estado em quatro setores, sendo que o “terceiro setor” trata de serviços “não exclusivos”, onde o Estado atua em parceria com organizações públicas não estatais e privadas, estando a educação incluída nesse setor. Nesse período, as instituições particulares assistenciais ganham o status de Organizações Não Governamentais (ONGs) e a partir daí se apresentam como necessárias e fundamentais parceira para o desenvolvimento do país (Kassar, 2001).

No contexto da reforma do estado as parcerias entre os serviços públicos e privados entram mais do que nunca em pauta diante da necessidade apresentada pelo atual projeto de modernização do país de assunção de serviços como educação pelo chamado terceiro setor (Kassar, 2001, p. 33).

Embora este momento histórico seja imediatamente posterior ao nosso delineamento temporal, estudos analisam que ele agudiza relações já existentes.

4 APAE: UM POUCO MAIS DESSA HISTÓRIA

As Instituições privadas sempre estiveram presentes na trajetória da Educação Especial no Brasil e passaram a assumir o atendimento às pessoas com deficiência oferecendo serviços filantrópicos-assistenciais (Jannuzzi, 1985; Bueno, 2004; Rafante, 2011; Jannuzzi, 2012; Jannuzzi; Caiado, 2013; Silva, 2017).

O surgimento das primeiras entidades privadas de atendimento aos deficientes espelha o início de duas tendências importantes da educação especial no Brasil: a inclusão da educação especial no âmbito das instituições filantrópicas assistenciais e a sua privatização, aspectos que permaneceram em destaque por toda a sua história, tanto pela influência que exercerão em termos de política educacional, como pela quantidade de atendimentos oferecidos (Bueno, 2004, p. 111).

Uma das grandes características desse processo histórico de atendimento à pessoa com deficiência está também fortemente relacionada por influências estrangeiras e de pessoas influentes da sociedade, que sempre se organizavam de forma a oferecer atendimento institucionalizado de caráter assistencialista (Jannuzzi 2004; Rafante, 2011).

Como vimos, a criação das primeiras instituições conta com a participação de Helena Antipoff, que chega ao Brasil em 1929 e assume um cargo de professora de psicologia da Escola de Aperfeiçoamento e, em sua atuação, percebe que a escola por não incorporar os princípios científicos preconizados pela Pedagogia Experimental, acabava por não atender as necessidades das crianças. Então direciona suas ações para a criação de instituições para receber essas crianças consideradas “excepcionais”, retirando-as do sistema oficial de ensino (Rafante, 2011). Nesse período, as bases e diretrizes da Escola Nova vinham se materializando nas Reformas de Ensino no Brasil.

Helena Antipoff veio fortalecer o grupo dos renovadores, assumindo em 1929, a Cadeira de Psicologia da Educação na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. E foi justamente em sua atuação junto ao sistema de ensino mineiro, buscando sistematizar a aplicação dos princípios escolanovistas, que a educadora enfocou as crianças “excepcionais” (Rafante, 2011, p. 63).

Ocorre nesse contexto, no eixo da educação, um deslocamento da influência medicina para a psicologia, ou seja, de uma concepção predominantemente médico-pedagógica, para uma psicopedagógica (Jannuzzi, 1985), em que o trabalho pedagógico destinado à pessoa com deficiência mental passa a ser fortemente influenciado pelas teorias das aprendizagens psicológicas, com métodos e técnicas de ensino. “[...], [Esse] primeiro estágio do desenvolvimento da psicologia traz elementos importantes que ajudam a compreender o quadro de atenção aos excepcionais” (Rafante, 2011, p. 51).

Já nas primeiras décadas do século XX, Helena Antipoff proporciona serviços de assistência aos considerados “excepcionais” e cria, com a ajuda da sociedade civil e do governo, “a primeira Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932), o Pavilhão de Natal

(1934), o Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte (1934) e a Fazenda do Rosário (1940), para receber os alunos considerados “excepcionais” (Silva, 2017, p. 109).

Segundo Rafante (2011), essas instituições criadas por Antipoff forneciam uma formação limitada ao trabalho manual, em que os alunos executavam trabalhos domésticos, agrícolas e nas oficinas pedagógicas. Nesse contexto, a proposta educacional hegemônica, principalmente às direcionadas aos menores favorecidos, era a educação pelo e para o trabalho e foi a “forma como Helena Antipoff pensou a educação para os “excepcionais” em instituições especializadas, inspirada pelos princípios da Escola Nova, encontrou convergência com o contexto histórico mais amplo” (Rafante, 2011, p. 171).

Paralelamente a todo esse movimento no Brasil, ocorre nos Estados Unidos, em 1940, a criação da primeira associação organizada por pais de crianças com paralisia cerebral e, em “1950, os pais das crianças com deficiência mental organizaram-se em defesa dos interesses e necessidades dos seus filhos, criando a *National Association For Retarded Children* (NARC)¹⁸ – que exerceu grande influência em vários países inclusive o Brasil” (Salaberry, 2007, p. 32). Para Lehmkuhl (2018), esta associação tinha o propósito de influenciar as definições das políticas na área da educação especial e propor atendimentos específicos na área da educação e saúde. Propunha também publicações periódicas e incentivavam as pesquisas. A autora afirma que esta instituição se expandiu pelos EUA e em 1955 já contavam com a criação de mais de 512 instituições, em diferentes regiões do país. “Entendemos que a NARC tinha como princípio as políticas de cunho liberal, própria dos encaminhamentos dos Estados Unidos, de privatização da educação e de apagamento das classes sociais” (Lehmkuhl, 2018, p. 50).

Nesse período, o Brasil vivenciava a plena expansão desenvolvimentista e a efervescência do projeto liberal de 1950. Projeto que tinha como base o desenvolvimento industrial, organização da produção, onde a racionalização buscava determinar um novo tipo de homem, de produção e de trabalho. E a educação precisava se alinhar a esses novos projetos que levaram à ampliação do acesso à educação formal e à profissionalização da mão de obra (Lehmkuhl, 2018).

Na década de 1950, Helena Antipoff é transferida para o Rio de Janeiro, para trabalhar no Departamento Nacional da Criança, onde cria a Sociedade Pestalozzi do Brasil e a Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro e “viabilizou uma mobilização nacional

¹⁸ National Associativo for Retarded Children (NARC). Era uma associação americana formada por pais de crianças com paralisia cerebral que se organizavam em defesa e interesse das necessidades de seus filhos. A NARC exerceu várias influências em vários países inclusive no Brasil.

em torno desse tema, por meio dos Seminários sobre Infância Excepcional, que ocorreram em 1951, 1952, 1953 e 1955 (Rafante, 2011, p. 172).

Neste mesmo período, um casal americano, Beatrice Bemis e seu esposo George W. Bemis, pais de uma criança que tinha síndrome de Down, chega ao Brasil (Salaberry, 2007) para trabalho diplomático e se instalaram no Rio de Janeiro, na época, capital do país. Eles eram sócios fundadores da NARC (instituição mencionada anteriormente) e logo se juntam a um grupo de amigos da Sociedade Pestalozzi do Brasil. O grupo começa a promover campanhas em prol dos direitos das crianças “excepcional” e, em julho de 1954, Beatrice Bemis realizou na Embaixada Americana, uma primeira reunião envolvendo pais, professores, técnicos e interessados na assistência para pessoas com deficiência, onde foi exibido um filme sobre crianças “excepcionais”. A partir desse primeiro encontro, foi criada uma comissão com o objetivo de fundar uma associação de pais de crianças que eram considerados “excepcionais” (Silva, 2017).

É nesse contexto de grande mobilização social que se dá, a partir da década de 1950, a criação da primeira APAE no Brasil em 1954, que “entre nós vai ser a grande propulsora da educação especial, tentando abranger os diversos problemas da excepcionalidade, englobando as áreas de saúde e educação” (Jannuzzi, 2012, p. 74).

Helena Antipoff, que também estava no Rio de Janeiro, participou da criação da primeira APAE. Segundo Salaberry (2007), as ideias de Antipoff se alastram por todo o Brasil e muitos seguidores, nos diversos Estados, formam organizações e institutos para tratar das diferentes especificidades das Pessoas com Deficiência.

Segundo Jannuzzi; Caiado (2013), a fundação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) deu-se em 11 de dezembro de 1954, no Rio de Janeiro e contou com a presença de cerca de 50 pessoas que faziam parte de uma elite social letrada e seu principal objetivo era promover o bem-estar e ajustamento social das pessoas com deficiência e atendendo-os em todos as idades e etapas de sua vida e em todos os espaços sociais que ocupassem. Visava também,

Desenvolver estudos e pesquisas na área, divulgar conhecimento, informar a população, angariar fundos, criar novas instituições e cooperar com outras similares, formar recursos humanos, atuar em parceria com o setor público pelos interesses dos excepcionais, manter relações internacionais, estimular o trabalho artesanal e criar uma agência de emprego (Jannuzzi; Caiado, 2013, p. 8).

Percebe-se que desde a primeira associação, há uma estrutura bem-organizada institucionalmente, com um amplo objetivo de atuação e com um estatuto elaborado e aprovado. “O Estatuto de fundação já tinha sido elaborado pela comissão provisória e foi disponibilizado para os interessados na associação, antes de ocorrer a assembleia geral” (Silva, 2017, p. 116). Inclusive o nome da associação já havia sido pré-escolhido e aprovado nesta primeira reunião. O termo “excepcional” foi sugerido por Helena Antipoff em substituição aos usados anteriormente, “idiotas”, “retardados”, “anormais” e “imbecis”.

Jannuzzi e Caiado (2013) analisam que ações contraditórias surgem já nesse primeiro momento, partindo de seus próprios fundadores, quando aceitam publicações recomendadas por Beatrice Bemis que utilizam as terminologias “retardado”. O casal George Bemis participou dessa primeira reunião em que representava a NARC e ofereceu fortes contribuições com o poderoso incentivo à formação dessa Associação (Jannuzzi; Caiado, 2013). Percebe-se aí, nesse contexto, a influência estrangeira nos direcionamentos das ações às pessoas com deficiência aqui no Brasil.

Na fundação da APAE, em 1954, o conceito de “excepcional” é bem amplo, e muito próximo ao considerado por Helena Antipoff na década de 1930, e inclui crianças adolescentes e pessoas de maioridade que se desviam acentuadamente da norma de seu grupo, em relação a características mentais, físicas ou sociais. Mas, em 1972, com um novo estatuto, o conceito muda. Se em 1954 o conceito de excepcional estava pautado no desvio pela norma do grupo social, a partir de 1972 o conceito passou a centrar-se no indivíduo que apresenta perda ou alterações orgânicas (Jannuzzi; Caiado, 2013). Logo ao ser fundada, estendia suas ações a todas as áreas da deficiência, mas logo centraliza na área da deficiência mental (Jannuzzi; Caiado, 2013).

Lehmkuhl (2018) chama a atenção para o fato de que, desde o início da criação, a APAE teve o objetivo de disseminar suas propostas em âmbito nacional, o que realmente se efetivou. Na década de 1960, outras APAEs já haviam sido criadas e havia agora uma necessidade de formar unidade de pensamento a respeito do atendimento da Pessoa com Deficiência Mental e isso demandava uma articulação e um intercâmbio entre as instituições criadas; pensava-se em um organismo nacional. Partindo dessa necessidade, foi criada em 10 de novembro de 1962 a FENAPAES (Salaberry, 2007). Bueno (2004, p. 119) confirma essa intenção registrando que “no início da década de 1980, [a federação] congregava mais de duzentas entidades.”

Para Silva (2017), a justificativa para criação desta federação se dá pela possibilidade de organização das APAES, garantindo mais controle e domínio das ações de todas as filiadas. O autor ainda acrescenta que, segundo a própria federação, desde a sua criação, havia uma preocupação em formar uma rede de articulação com a sociedade e com os órgãos públicos e privados.

Silva (2017) registra que, a partir da fundação da APAE no Rio de Janeiro, o grupo de pais e Beatriz Bemis organizavam constantemente, reuniões e seminários. Inclusive Bemis realizou uma palestra em que foram abordadas a organização do ensino no Estado da Califórnia, a formação do professor nas escolas específicas para crianças com “retardo mental” e a filosofia e finalidades desses atendimentos. No entanto, o estatuto de 1954 não aborda a organização escolar nas APAES e não faz referências sobre os atendimentos nos Estados Unidos. O autor, com base em Silva (1995), afirma que a APAE não foi criada como entidade de atendimento direto e sim como um movimento em prol da criança excepcional. Mas, Salaberry (2007) afirma que foi colocada à disposição da recém-criada instituição parte das dependências de um prédio para que fosse ali instalada uma sede provisória, onde foram criadas duas classes especiais, que atendiam cerca de 20 alunos.

D’Antino (1988) entende que as associações de pais foram sendo cada vez mais reconhecidas pela importância do seu trabalho, tanto pela criação de serviços destinados a essa população como também pelas conquistas legais advindas por uma atuação política por elas organizadas. Com base em Foucault (1993), a autora analisa que essas associações filantrópicas passaram a funcionar como órgão de vigilância exercida pela classe social privilegiada sobre a outra mais desprotegida.

Segundo Jannuzzi e Caiado (2013), a Rede APAE é representada pela FENAPAES, que abrange as dimensões sociais tais como: Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho e Lazer. A atuação desta Federação também é analisada pelas autoras em seu livro que, ao apresentar os objetivos e ações da APAE, dividiu a trajetória institucional em dois grandes períodos: um que vai de 1954 ao final da década de 1980 e o outro de meados da década de 1990 a 2011. No primeiro período, elas destacam que as instituições tinham, a princípio, a preocupação de se profissionalizar administrativamente e seu atendimento se caracterizava de forma caritativa. Preocupava-se com a educação informal e visava promover o bem-estar e o ajustamento social dos indivíduos de todas as idades, considerados excepcionais. Já no segundo período que vai de 1990 a 2011, o movimento concentra-se na organização gerencial, estrutura-se de forma burocrática,

ampliando os meios de garantir a sua manutenção, preocupada com a eficiência institucional diante dos novos desdobramentos políticos e educacionais do país a partir da década de 1990. (Jannuzzi; Caiado, 2013).

Em janeiro de 1963, foi lançada pela Federação, o primeiro volume da revista “Mensagem da APAE”, que se constituiu ao “longo desses anos, um meio de organizar e difundir determinados tipos de cultura quanto à educação para as pessoas com deficiência” (Silva, 2017, p. 128). Depois de 11 anos, passa por uma nova configuração e passa a ser “distribuída para as instituições das APAEs e congêneres filiadas à Fenapae e instituição do poder público, como secretarias de educação e instituição pública de educação especial” (Lehmkuhl, 2018, p. 29).

Segundo Salaberry (2007), a Federação, além de possibilitar uma maior unidade no movimento também se propunha a realizar reflexão com grupos de famílias que traziam suas experiências como pais de pessoas com deficiência e profissionais da área da Saúde, Educacional, Assistência Social e de Direitos, com objetivo de estabelecer um diálogo entre si e com o governo, demonstrando toda a sua força política.

Já, segundo Silva (2017), a FENAPAES se constitui, “como um bloco político, atua como intermediadora entre a pessoa com deficiência, a família e o Estado. Ela representa a força mobilizadora de intelectuais orgânicos vinculados à burguesia, que prestam serviços assistenciais na área da educação, da saúde e da assistência social. (Silva, 2017, p. 25). A percepção de Silva (2017) é reforçada por sua localização estratégica: em 1968, com o apoio do Executivo Brasileiro no governo de Castelo Branco, a sede da FENAPAES foi transferida para Brasília-DF que, por se tratar de movimento nacional, deveria estar localizada na capital do Brasil e dessa forma facilitar as relações e interrelações com os órgãos públicos e segmentos sociais em âmbito nacional (Salaberry, 2007).

A década de 1990 foi a de crescimento do Movimento Apaeano na sua organização gerencial. Dessa forma buscou estruturar-se burocraticamente para garantir a sua manutenção e mesmo com os avanços na regulamentação da legislação referente aos direitos sociais, a instituição amplia a sua atuação e propõe uma escola institucional. Jannuzzi e Caiado (2013) afirmam que em 1996, dentro do segundo período apontado por elas, a APAE, através do Projeto Águia, reconhece que o terceiro setor passa a ser mais discutido e visualiza a necessidade de busca por eficácia e efetividade, além de uma proposta de treinamento aos profissionais e dirigentes. A partir de então, a missão da causa Apaeana passa a ser fundamentada em três vertentes: a luta em defesa dos direitos

das pessoas portadoras de deficiência, o apoio à família e o atendimento especializado. Mas as autoras esclarecem que esta missão pode variar de acordo com a organização de cada instituição, da concepção filosófica que cada uma adota, podendo ser, segregacionista/assistencialista, interativa/adaptadora e a inclusiva/transformadora. Esta última com base na federação buscam “o desenvolvimento das potencialidades do excepcional, em busca da real inclusão na família e na sociedade”. (Jannuzzi; Caiado, 2013, p. 41).

Em 2001 a Federação publica o documento “APAE Educadora- a escola que buscamos” que tinha o objetivo de inserir oficialmente as Escolas das APAEs na estrutura da educação nacional, “ofertando educação básica nos níveis de educação infantil e fases iniciais do ensino fundamental, de forma interativa com as modalidades de educação de jovens e adultos e educação profissional” (Jannuzzi; Caiado, 2013 p. 45). As autoras acrescentam que em 2007 um novo documento é publicado onde o Movimento Apaeano reitera a defesa do direito às escolas especiais e lutam para que as Apaes não sejam chamadas de escolas segregadas e defende a bandeira de que exclusão real é o não atendimento escolar.

Os estudos realizados até aqui nos mostram que a ausência de ações efetivas do poder público frente às necessidades das pessoas com deficiência levou à mobilização de pais, que se organizaram criando as APAES no Brasil a partir de 1954. No processo de criação da primeira APAE, destaca-se a influência estrangeira e o protagonismo das pessoas ligadas à elite brasileira que tomaram a dianteira na defesa de um atendimento institucionalizado.

Os estudos sobre a história da educação especial em Corumbá apontam que esta se inicia a partir de 1971, quando se deu a criação da APAE (Botelho, 2018; Correa, 2019; Trovo, 2023). Com base nesses dados, este estudo buscou analisar como os fatos ocorreram em Corumbá e, com isso, compreender como se estruturaram os primeiros atendimentos das pessoas PEE neste município.

5. UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA APAE DE CORUMBÁ (MS)

Neste capítulo apresentamos uma análise do processo de fundação e implementação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corumbá (MS), com um recorte temporal que abrange 1971 a 1990. Tal recorte deu-se pela decisão de analisar apenas o primeiro Livro de Ata da instituição, que contempla, neste período,

dois marcos muito importantes: a Fundação da APAE de Corumbá em 1971, objeto de estudo deste trabalho, e a promulgação da Constituição Federal (CF/1988), que imprime novo marco jurídico para o país.

Anterior à Constituição, tivemos no Brasil a promulgação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4041), onde apareceu a expressão “educação de excepcionais”, contemplada nos artigos 88 e 89 e, após essa Lei, começaria a ser observado o crescimento do número de instituições privadas de cunho filantrópico no país (Rebello; Kassar, 2018). Em 1962, no Brasil, havia 16 (dezesesseis) unidades apaeanas, quando foi criada a FENAPAES, que realizou seu primeiro Congresso já em 1963 (Drumond, 2015).

Entre o período de fundação da primeira APAE no Brasil, em 1954, até 1974 estas instituições expandiram-se no Brasil chegando a 198 unidades em 16 Estados (Jannuzzi; Caiado, 2013) e foi nesse período, em 1971, que se deu a fundação da APAE de Corumbá (MS).

Como já apresentado, o material coletado constituiu-se de documentos que compunham o acervo da APAE de Corumbá (MS) e materiais históricos do acervo da Biblioteca Gilberta Jannuzzi. Pela quantidade e diversidade do material, não se pretendeu abordar todos os aspectos que envolveram a fundação e implementação da APAE e sim reflexões restritas às questões anteriormente apontadas constantes na documentação citada. Em relação às informações contidas nas Atas, é importante mencionar que se tratam exclusivamente de reuniões da Diretoria e Assembleias Geral da APAE, portanto eram compostas por relatos de pessoas que estavam diretamente à frente das decisões na instituição. Nesse sentido, o que constam nas atas são histórias vividas que traduzem pensamentos, conceitos, crenças, ações, valores, característicos em um determinado momento histórico.

Os discursos presentes nas Atas “contém a gênese e o desenvolvimento do real [...], os discursos analisados podem revelar os conflitos, as contradições, os interesses e as ideologias” (Silva, 2017, p. 87). E como menciona Hamilton (2001, p. 47), “os escritos históricos não são nunca abstratos, jamais são lineares”; eles podem representar respostas a debates contemporâneos, pois constituem um diálogo entre o presente e o passado. Portanto, esta pesquisa nos aproxima das ações direcionadas às crianças públicas da educação especial no referido contexto.

Bezerra e Furtado (2017) afirmam que estudos que abordam a história da Educação Especial no Estado de Mato Grosso do Sul precisam ser mais explorados e que embora já estejam sendo desenvolvidas, ainda são bem recentes.

[...] se já são poucos os estudos sobre a história da educação de um modo geral em Mato Grosso do Sul, mais ainda o são as investigações sobre a história da Educação Especial e das instituições educacionais especializadas [...] (Bezerra; Furtado, 2017, p. 147)

Segundo Nascimento (2018), a APAE está inserida no contexto educacional em Mato Grosso do Sul com a fundação da APAE de Campo Grande¹⁹, que se deu em 1967. Nesse ano, já fora elaborada o seu primeiro estatuto e eleita sua primeira diretoria. A autora ainda, com base em Bezerra e Furtado (2017), menciona que esta instituição buscou proximidade ao poder instituído para deflagrar sua própria ação firmando compromissos sociais no município e explicam:

O grupo inicial, encarregado de sua fundação em Campo Grande, possuía considerável poder de articulação e influência social, tendo em seu interior pessoas habilitadas para o exercício de funções burocrático-financeiras, contábeis, médicas, pedagógicas, religiosas, políticas, jurídicas, além de militares. Tal aspecto é, pois, um indicativo de que a instituição, já nos primórdios, pensava em funcionar de modo organizado e estruturado [...] (Bezerra; Furtado, 2017, p. 156-157).

Percebe-se, por meio dos estudos realizados por Bezerra e Furtado (2017), Nascimento (2018), Losekann (2015), Silva D. (2013), Mendonça (2017), Socool (2020), que existem similaridades na formação dessas instituições em todo país. Todos indicam que a instituição foi encampada por vultos importantes da sociedade, membros de uma elite social letrada, como referem-se Jannuzzi e Caiado (2012) a respeito da fundação da primeira APAE no Brasil em 1954.

Dessa forma, apresentamos nesse estudo uma análise do processo de implantação e implementação da APAE de Corumbá (MS) no contexto histórico da Educação Especial no Brasil

5.1 Sobre a Fundação

¹⁹ Campo Grande é a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, mas o surgimento da APAE neste município se deu em 1967, antes da Divisão do Estado. Nesse período o Estado era Mato Grosso e sua capital Cuiabá.

De acordo com o histórico elaborado pela APAE, através do Relatório Circunstanciado de 2017²⁰, a instituição foi fundada a partir da iniciativa de um casal, Dr. Antônio Pedro de Barros e a Sra. Odilza Miranda de Barros, pais de uma criança com paralisia cerebral, que almejava fazer algo pelas pessoas com deficiência no município. Com isso, o casal liderou um grupo de pessoas voluntárias que deu origem ao movimento embrionário da APAE de Corumbá. Podemos perceber, pela revisão de literatura, semelhanças entre esta fundação e a de outras APAEs, que foram motivadas pela iniciativa de pais de crianças PEE.

Muitas notícias vinculadas pela imprensa local e o registro atual no sítio oficial da Prefeitura de Corumbá²¹ confirmam esta informação. Segundo reportagem ao ar em 2010, do Diário Corumbaense²², a criação da APAE possibilitaria, à época, que as pessoas com deficiência tivessem um tratamento de qualidade.

De acordo com as informações presentes nas Atas, o Ato de fundação da APAE de Corumbá, ainda Estado de Mato Grosso²³, se deu no dia 09 de novembro de 1971, na Rua Dom Aquino, 1205, residência do casal. Nesta sessão de fundação, o Sr. Antônio Pedro de Barros (médico na cidade) dirige a reunião e explica aos presentes o que é, e quais os objetivos da APAE, fazendo a leitura das normas de funcionamento das APAEs existentes no restante do país. De acordo com tais normas, foi preciso, nesta reunião, eleger uma diretoria provisória, que foi composta por 17 pessoas que se responsabilizaram em dirigir os primeiros passos da Associação da APAE, até sua legalização e oficialização. Foram membros: Sr. Acyr Pereira Lima (Presidente de Honra); Dr. Antônio Pedro de Barros (Presidente); Dr. José Sebastião Cândia (Vice-Presidente); Sr. José Leocádio Teixeira Cabral (Tesoureiro); Dr. Breno A. Bezerra (Secretário); Sr. Edson Duarte, Dr. João Alberto N. Gomes Monteiro, Sr. Hélio Perez (Conselho Fiscal); Sra. Rosita Botelho Marinho, Sra. Renile A. Marinho, Sra. Zilá Araújo Philbois, Sra. Lina Cândia Sorgiacomo, Sra. Judi de Siqueira Botelho, Sra. Darcy Miranda de Barros (Conselho Deliberativo). Ressalta-se que todas essas pessoas pertenciam a famílias ligadas diretamente à elite política e ao setor produtivo, por exemplo: Acyr Pereira Lima

²⁰ O Relatório Circunstanciado foi elaborado a partir da Avaliação Institucional Interna da APAE em 2017.

²¹ Site: <https://corumba.ms.gov.br/>

²² APAE: quase quatro décadas promovendo o bem estar e a cidadania. Camila Cavalcante em 21 de agosto de 2010. Jornal Diário Corumbaense 2009-2024. Direção Geral: Rosana Nunes MTB 064/MS

²³ Até o ano de 1977, Corumbá pertencia ao Estado de Mato Grosso. Em 11 de outubro de 1977, o então Presidente da República, General Ernesto Geisel, assinou a Lei Complementar que determinou a divisão de Mato Grosso, criando o Estado de Mato Grosso do Sul (MURTINHO, 2012)

era prefeito da cidade e fazendeiro, a família Marinho era comerciante, Barros e Botelho produtores rurais, a família Philbois era do ramo joalheiro etc.

Quem secretariou a reunião foi o Sr. Breno Apio Bezerra, que propôs que o Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro compusessem uma comissão para providenciar, com o prazo de trinta dias, o registro da Ata e sua legalização junto à APAE de Mato Grosso e que também o presidente da Associação expedisse um Edital de convocação a todos os membros da diretoria e interessados para realizar uma Assembleia para dar posse à Diretoria e aprovar os Estatutos. Na ocasião, o Sr. Antônio Pedro de Barros, agradece aos presentes “[...] esperando tudo fazer para o desenvolvimento e crescimento da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Corumbá” (Ata de Fundação, APAE, 09/11/1971). Esta Ata de fundação foi apresentada para registro no dia 24 de fevereiro de 1972 no Cartório do 1º Ofício Jair Serra em Corumbá.

De acordo com a lista de presença, apesar de algumas assinaturas estarem um pouco ilegíveis, identificamos a presença de 29 (vinte e nove) pessoas e, dentre os presentes, havia representação de vários segmentos da sociedade como: Comando Naval de Ladário, Loja Estrela do Oriente, Lions Clube Corumbá, Rotary Clube e Associação Comercial de Corumbá e pela designação profissional apresentada a alguns membros da diretoria e também, pelo sobrenome de alguns participantes, podemos compreender como apontam Jannuzzi; Caiado (2013) e Silva (2017), que se tratou de uma elite social letrada, um grupo social economicamente privilegiado.

Para D’Antino (1988), a grande maioria dessas instituições particulares “nasce da constatação que a área da Educação Especial ocupou sempre um restrito espaço no seio das preocupações governamentais” (p.13). A autora acrescenta que, essa lacuna foi e tem sido ocupada por associações formadas e dirigidas por pais, e estes o fazem, aparentemente, mobilizados pela necessidade de encontrar atendimento adequado a seus filhos e que eles sejam atendidos por profissionais competentes. No entanto, a autora entende que esta ação não se confirma “uma vez que as instituições acabam por se constituir em espaço de “assistência” aos seus filhos, onde os mesmos são “cuidados” [...]” (D’Antino, 1988, p. 15).

Vimos que, na primeira reunião, a instituição já contava com um grupo grande de pessoas de diversos setores da sociedade, indicando a existência de uma mobilização anterior, conforme orientações contidas no Guia para a formação de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Os grupos sociais não lhe negarão apoio. Sociedades do tipo do Lions, Rotary, Associação Cristã dos Moços, Jóquei Club, Associações Comerciais e até, eventualmente, Associações Profissionais – todos devem ser procurados (FENAPAES, n.d., p. 4).

Neste guia era enfatizada também a forma como tais instituições deveriam ser abordadas. Orientavam que primeiramente deveriam ser procurados por contato pessoal, por um membro da diretoria e posteriormente com uma carta ou convite para participar das reuniões.

5.2 Sobre os Estatutos

Após 21 dias da fundação da APAE, ao primeiro dia do mês de dezembro de 1971, reuniram-se novamente, na residência do presidente da instituição, Dr. Antônio Pedro de Barros e Sra. Odilza Miranda de Barros, os sócios da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais para a aprovação do Estatuto. A APAE de Corumbá ainda não estava filiada a FENAPAES, mas desde a sua fundação já segue a sua estrutura organizacional e, segundo Socool (2020), para a fundação de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), há a necessidade de adesão primeiramente dos Estatutos da Federação Nacional e depois o Estadual das APAEs.

A Ata na qual consta o primeiro Estatuto da APAE de Corumbá está disponível no Livro de Atas da entidade, integralmente manuscrito, e composto por 40 artigos dispostos em 5 capítulos (APAE CORUMBÁ, 1971, p. 02-10).

O primeiro artigo refere-se à instituição, seus Fins e Sede, com o nome de Associação de Pais e Amigos de Excepcionais- APAE de Corumbá, fundada no dia 9 de novembro de 1971, para durar por prazo ilimitado, uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, com sede e foro em Corumbá, apresentando em seguida uma série de objetivos:

- a) Promover o bem estar social dos excepcionais, onde quer que estejam, em casa, no trabalho, na comunidade, nas instituições, nas escolas públicas, particulares e religiosas e em estabelecimentos, serviços que criar conforme seu regulamento;
- b) Estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais;
- c) Levar o público a compreender melhor o problema dos excepcionais e a cooperar com as entidades interessadas no mesmo problema;
- d) Cooperar com as instituições públicas e particulares empenhadas na educação de excepcionais e incentivar a disseminação dos mesmos;

- e) Estimular o trabalho artesanal dos excepcionais por meio de exposições, de cooperativas e das medidas que forem julgadas necessárias;
- f) Desenvolver a cultura especializada e o tratamento do pessoal destinado a trabalhar no campo para excepcionais;
- g) Promover a constituição de um fundo de auxílio às obras e aos egressos dos estabelecimentos de assistência a infância excepcional;
- h) Promover a criação de agencia de empregos para excepcionais;
- i) Formar um centro de divulgação, reunindo, disseminando, informações referentes aos excepcionais, inclusive a organização de um cadastro atualizado das instituições nacionais e estrangeiras, devotadas aos mesmos;
- j) Facilitar o intercâmbio entre associações congêneres de iniciativa privada ou pública, existentes no Brasil e no estrangeiro e designar representantes para congressos internacionais;
- l) Manter a publicação de um boletim informativo sobre os trabalhos realizados pela associação;
- m) Promover junto aos órgãos oficiais a obtenção de medidas legislativas e administrativas visando aos interesses dos excepcionais;
- n) Encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos dos excepcionais, inclusive a Curadoria;
- o) Angariar e recolher fundos para a realização dos propósitos da Associação. (APAE CORUMBÁ, 1971, p. 02-03)

Silva (2017) consultou a Ata de fundação da primeira APAE no Estado do Rio de Janeiro em 1954 e destacou também os objetivos desta instituição que consistiam em:

- a) promover o bem-estar e ajustamento social dos indivíduos excepcionais de todas as idades, onde quer que estejam, em casa, no trabalho, na comunidade, nas instituições e nas escolas públicas, particulares e religiosas;
- b) estimular os estudos e pesquisas relativos ao problema dos excepcionais;
- c) levar o público a compreender melhor o problema dos excepcionais e cooperar com as entidades interessadas no mesmo problema;
- d) cooperar com as instituições públicas e particulares, empenhadas na educação de excepcionais e incentivar a disseminação das mesmas;
- e) estimular o trabalho artesanal dos excepcionais, por meio de exposições, de cooperativas e das medidas que forem julgadas necessárias;
- f) desenvolver a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para excepcionais [...];
- j) manter a publicação de um boletim informativo sobre os trabalhos realizados pela associação;
- m) promover junto aos órgãos oficiais a obtenção de medidas legislativas e administrativas visando os interesses dos excepcionais; [...];
- o) angariar e recolher fundos para a realização dos propósitos da associação. (Silva, 2017).

Apesar de alguns itens dos objetivos estarem suprimidos do texto acima, podemos perceber a completa semelhança entre os objetivos da APAE de Corumbá e os objetivos da primeira APAE fundada no Brasil, que se caracterizam com objetivos amplos, já demonstrando a caracterização dos seus serviços e já mencionando a intenção de receber recursos do poder público.

Assim como os objetivos contidos no Estatuto da primeira APAE fundada no Brasil em 1954, este Estatuto da APAE de Corumbá também não aborda em seus objetivos a organização escolar na instituição. Segundo Silva (2017), no período de fundação da primeira APAE no Brasil, não havia notícias e conhecimentos de ações desenvolvidas na Europa, Estados Unidos ou Canadá relacionada à educação de pessoas com deficiência intelectual. Porém, aqui em Corumbá, mesmo não constando em seus objetivos questões sobre a organização escolar, é mencionado em Ata o funcionamento de uma escolinha já em 1973.

O termo “excepcional” é interpretado em parágrafo único,

“o termo excepcional é interpretado de maneira a incluir crianças, adolescentes e pessoas de maior idade, que se desviem acentuadamente para cima ou para baixo da norma de seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação destas, de forma a criar um problema especial com referência à sua educação, desenvolvimento e ajustamento social.” (APAE DE CORUMBÁ, Capítulo 1, parágrafo único)

Como já apresentado, Silva (2017) explica que o termo “excepcional” é a denominação usada na época para se referir às pessoas com deficiência a partir da influência de Helena Antipoff, autora que trouxe o termo e o conceito para o Brasil. Sabe-se que, ao menos desde 1939, o termo “*exceptional children*”, já era utilizado, conforme registro nos Anais do Primeiro Congresso Internacional da Criança Deficiente em 1939, o *1st International Congress for the Education of Exceptional Children* (Kassar; Magalhães, 2023)

Esse conceito de deficiência foi igualmente apresentado pela primeira APAE fundada em 1954 e, segundo Jannuzzi e Caiado (2013), permaneceu por muito tempo, uma vez que foi também adotado pelo grupo encarregado de planejar o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). As autoras acrescentam, “o conceito de excepcional estava pautado no desvio pela norma do grupo social” (Jannuzzi; Caiado, 2017, p. 21).

Segundo Salaberry (2007), o termo se diferenciava da denominação usada nos Estados Unidos (EUA), cuja denominação das Pessoas com Deficiência Mental era “retardado” e não “excepcional”. Porém, o termo “criança retardada” foi predominantemente usado na elaboração do “Guia para a formação das APAEs” pela FENAPAES para se referir às crianças com deficiência.

O capítulo dois do Estatuto refere-se aos Sócios que poderiam ser admitidos em número ilimitado, podendo ser pais, instituições idôneas e pessoas que se interessam pela causa. Estes são distribuídos nas categorias de sócios contribuintes, que contribuem com cota anual em dinheiro ou prestação de serviços; os sócios correspondentes que residem em outros pontos do território brasileiro ou em país estrangeiro; os sócios beneméritos que prestam serviços relevantes à instituição ou contribuem com quantias vultuosas e os sócios honorários aos que a diretoria concluir por bem atribuir o título. As contribuições desses sócios são fixadas pelo Conselho Deliberativo, de acordo com suas possibilidades, podendo ser modificadas apenas no início de cada exercício. O Estatuto também considera, em Parágrafo Único, que todos os presentes que participaram da discussão e aprovação deste documento, e assinando a Ata, serão considerados sócios fundadores da APAE de Corumbá.

O capítulo três refere-se à Administração, que estabelece os quatro órgãos da APAE que são Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria. A Assembleia Geral seria constituída por sócios quites que deveriam ser admitidos pelo menos três meses antes. Compete a ela examinar o relatório da Diretoria sobre atividades e situação financeira; Eleger Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria; Reformar o Estatuto; Autorizar a alienação de imóveis incorporados ao patrimônio social e resolver sobre qualquer assunto envolvendo a entidade, devendo se reunir uma vez ao ano. O Conselho Deliberativo, composto por nove membros, com mandato de dois anos, deve elaborar o Regimento Interno, aprovar contas da diretoria, planos de atividades, despesas, traçar normas, criar cargos técnicos e administrativos, aprovar planos de constituição de comissões permanentes, tais deliberações serão tomadas, no mínimo com a presença da terça parte dos seus membros. A Diretoria seria composta por um Presidente de Honra, um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário Geral, um Secretário Adjunto, um Procurador Geral, um Diretor Geral de Educação e Saúde, um Arquivista, um Bibliotecário, um Tesoureiro, um Tesoureiro Adjunto, um Diretor de Propaganda e Divulgação, teria mandato de dois anos e competiria a ela promover dos fins que se destina a Associação. Em seguida é apontado as funções de cada membro da Diretoria.

Ao Conselho Fiscal, composto por três membros e com mandato de dois anos, compete verificar a contabilidade da Associação dando parecer sobre as contas que deveria ser feito por um contador diplomado. Mencionam, em Parágrafo Único, que, sendo a Associação de finalidade filantrópica, não seriam distribuídos lucros de possíveis rendas que viessem a auferir, sob qualquer título, a seus sócios ou dirigentes.

O capítulo quatro trata do Patrimônio Social que seria constituído pelas contribuições dos sócios, subvenções, auxílios, legados, donativos, rendas, produtos de jogos esportivos, festas, conferências e pelos bens que a Associação viesse a adquirir.

O capítulo cinco trata das Disposições Gerais e Transitórias que define que o referido Estatuto só poderia ser reformado em Assembleia Geral e todas as rendas obtidas deveriam ser aplicadas integralmente dentro do país e em benefício dos excepcionais. A Ata foi assinada por 23 pessoas e apresentada em Cartório para Registro em 24 de maio de 1973.

Este Estatuto vigorou até 1988 quando ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária para apreciar e aprovar a proposta de um novo Estatuto Social apresentado pela diretoria. A Presidente da APAE enfatiza,

a necessidade de aprovação de novo Estatuto Social da APAE – Corumbá, em substituição ao antigo, a fim de refletir a dinâmica atual da Instituição e permitir melhor estrutura organizacional para o desenvolvimento de suas atividades sociais e administrativas. [...], o Sr. Paulo Tostes de Souza²⁴ fez uma exposição sucinta da proposta do novo Estatuto da APAE-Corumbá, indicando as alterações do texto que deveriam ser aprovadas e o novo organograma de organização para a instituição. (Ata nº 06/88, 30/11/1988, p. 92)

O novo estatuto foi aprovado neste ano com previsão de também no prazo de 90 (noventa) dias apresentar ao Conselho Deliberativo o novo Regimento Interno (Ata nº 06/88 de 30/11/1988), sendo este aprovado sem restrições na Assembleia Geral do dia 28/04/1989 (Ata nº 03/89).

Entendemos que a instituição de Corumbá, assim como se apresentava no panorama nacional, buscou a mudança em seu Estatuto a fim de acompanhar o novo reordenamento que foi dado, buscando melhorar a sua estrutura organizacional propondo um novo organograma de trabalho para a instituição.

²⁴ Paulo Tostes de Souza foi comandante da Marinha de Guerra, suplente de senador pelo Mato Grosso na década de 1960 e presidente da diretoria provisória da Coordenação de Desenvolvimento Rural e Urbano em Corumbá, MT, em 1968.

A reunião para a mudança nos estatutos ocorre logo após a Promulgação da Constituição Federal que se deu em 5 de outubro de 1988, que traz em seu art. 208, o inciso 3, que assegura “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Acreditamos que a mudança no Estatuto e Regimento foi resultado de uma frente de ação organizada pela FENAPAES, com o intuito de reorganizar sua estrutura e manutenção de suas ações. Porém, Melo, Silva e Caiado (2017) mencionam que a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) tem como um de seus princípios a descentralização, por meio do incentivo a municipalização. Com isso, a educação escolar da pessoa com deficiência sofre modificações e a municipalização colabora com a expansão das Apaes, na década de 1990, pois ao município caberia o papel executor de forma engessada e o processo de planejamento e concepção das políticas públicas ficam centralizadas na União. Os autores acrescentam:

A Educação Especial brasileira constitui-se, em termos de políticas públicas, no jogo de correlação de forças entre o projeto de uma escola inclusiva e o papel das instituições filantrópicas, como as Apaes. Essas instituições predominam em relação à oferta do serviço educacional como substitutivo em várias localidades, sendo financiadas pelos recursos públicos (Melo; Silva; Caiado, 2017, p. 333).

É importante pontuar que as instituições especializadas participaram ativamente da formulação da nova Constituição Brasileira. A participação na Constituinte contou com a constante ação de líderes e membros dos movimentos sociais de pessoas com deficiência (Silva, 2017), sendo que as pessoas com deficiência mental eram representadas pelas APAEs e Pestalozzi. Elas tinham representantes como parlamentares na Constituinte que favoreceu a entrada desses líderes em Colegiados e diversos Conselhos que foram as molas propulsoras da expansão das APAEs em todo país. (Silva, 2017).

Vemos que a sociedade civil e a sociedade política mantêm relações permanentes na superestrutura. Segundo Magrone (2016), o poder Legislativo é um órgão da sociedade política, pois ele elabora as leis que irão assegurar legalmente a ordem política estabelecida, porém o parlamento também deve traduzir oficialmente a opinião pública, que, por sua vez, é elaborada pelos órgãos da sociedade civil, “assim, o parlamento é um exemplo da estreita colaboração entre as duas sociedades, civil e política” (Magrone, 2006, 359).

5.3 Implementação de sua estrutura Organizacional

Em sete de maio de 1973, ocorreu a Assembleia de Posse da primeira Diretoria definitiva (Ata de Posse da Primeira Diretoria Definitiva), sendo apresentados os nomes das pessoas que comporiam a nova diretoria que foi eleita por aclamação, composta por 24 pessoas, conforme o quadro abaixo, e que ficariam à frente da instituição por um período de dois anos. A Ata foi registrada em Cartório no dia 24 de maio de 1973.

Quadro 9: Diretoria eleita em 1973

Presidente de Honra	Acyr Pereira Lima
Presidente	Antônio Pedro de Barros
Vice-Presidente	José Sebastião Cândia
Tesoureiro	José Leocádio Teixeira Cabral
Secretaria	Zilá Araújo Philbois
Secretaria-Adjunta	Luis de Barros Bezerra
Procuradoria Geral	Marina Sadi Gattass
Diretora Geral de Educação e Saúde	Odilza Miranda de Barros
Arquivista	Lucia Meirelles Vieira
Bibliotecária	Tereza Cestari Moreira
Tesoureira	Darcy Miranda de Barros
Tesoureira-Adjunta	Antonieta Fortes de Barros
Diretora Geral de Propaganda e Divulgação	Izabel Bertazzo
Conselho Fiscal	Luís Estevão Mujica
	Hélio Perez
	Edson Duarte
Conselho Deliberativo	Paulina Mujica
	Ana Helena Cândia
	Julieta S. Boabaid
	Nolia Miguéis
	Nilza Miranda Gomes Monteiro
	Maria José Kassar
	Dalva de Figueiredo

	Ana Josefa da Costa
	Marilena Albaneze Sahib

Quadro elaborado pela autora com base no primeiro Livro de Ata de 1973

Constata-se, através do quadro, que se mantêm na Diretoria definitiva algumas pessoas que faziam parte da Diretoria provisória. A alteração ocorreu no cargo de secretário, sendo que a Sra. Zilá Araújo Philbois assumiu no lugar do Dr. Breno A. Bezerra no Conselho Fiscal, o Sr. Luis Estevão Mujica assumiu no lugar do Dr. João Alberto N. Gomes Monteiro e o Conselho Deliberativo foi totalmente substituído. Conforme o Estatuto aprovado, foram eleitas pessoas para ocuparem os cargos de Procurador Geral, Diretora Geral de Educação e Saúde, Arquivista, Bibliotecária, Tesoureira, e Diretora Geral de Propaganda e Divulgação.

A cada dois anos, uma nova diretoria era eleita. Assim ocorreu em 1975 (Segunda Diretoria), 1977 (Terceira Diretoria), 1979 (Quarta Diretoria). Em 15 de outubro de 1981 a Assembleia Geral reuniu-se para a posse da quinta Diretoria definitiva, para o biênio entre abril de 1981 e março de 1983. Neste ano, diante do fato de o Dr. Antônio Pedro de Barros encontrar-se em tratamento de saúde no Rio de Janeiro, não pode ser realizada a presente eleição, sendo proposto à Assembleia reeleger todos os membros da diretoria anterior, não só em face da situação como também para dar validade e legalidade a todos os atos até o momento praticado pelos dirigentes da instituição, além do que o Estatuto permite tal reeleição. Foi, então, reeleita a diretoria anterior. Em 1983 elegeu-se a (Sexta Diretoria), 1985 (Sétima Diretoria), 1987 (Oitava Diretoria) e em 1989 elegeu-se a nona Diretoria (última eleição que consta no primeiro livro de Ata).

De acordo com as Atas, o Dr. Antônio Pedro de Barros manteve-se como Presidente da APAE de Corumbá (MS) até o ano de 1983, passando o cargo para a Sra. Jubdvan Fernandes de Albuquerque, na eleição da quarta diretoria definitiva, ficando o Dr. Antônio como Vice-Presidente até 1985.

A Sra. Odilza Miranda de Barros esteve no cargo de Diretora Geral de Educação e Saúde desde 1973, fazendo parte da primeira diretoria definitiva, e permanecendo nesse cargo até 1985. Nesse ano, ela é eleita Presidente da Associação da sétima diretoria permanecendo até 1989 e reeleita para um novo mandato que duraria até abril de 1991. Dessa forma, constata-se que o casal Dr. Antônio Pedro de Barros e Sra. Odilza Miranda de Barros (fundadores da APAE de Corumbá MS) estiveram à frente da diretoria, assumindo cargos de destaque durante os primeiros anos de implementação da APAE de

Corumbá (MS). A composição completa dos membros da diretoria nesse período consta em documento anexo a este trabalho.

Ainda na reunião de posse da primeira diretoria, Sra. Odilza Miranda de Barros foi homenageada como a “mãe do ano” e a diretora de propaganda e divulgação Sra. Izabel Bertazzo também leu um artigo sobre o progresso que estava ocorrendo com as “crianças excepcionais” de Corumbá e sobre a dedicação de professores e voluntários (Ata do dia 07/05/1973). Em 13 de maio de 1975, também realizam uma homenagem à Sra. Dyla Lombardi Pereira Lima, esposa do primeiro Presidente de Honra da APAE, como reconhecimento e agradecimento de todos os componentes da APAE a uma pessoa que sempre colaborou com muita dedicação a esta instituição. Ela recebe uma placa de prata e um ramo de rosas.

Percebe-se que as ações da APAE foram amplamente divulgadas pelos meios de comunicação da época, com destaque à emissora de TV local “TV Cidade Branca”²⁵ que se colocava como parceira e era sempre mencionado nas reuniões agradecimento à emissora “pelo continuado apoio que vem sendo dado a esta instituição” (Ata nº 2/73, p.13).

A divulgação ampla dos trabalhos da instituição deveria ser constante, fazia parte dos objetivos descritos no seu Estatuto. Barbosa (2019) explica que a instituição deveria apontar para a sociedade civil o importante trabalho desenvolvido por ela, pois isso atrairia sócios e voluntários para suas ações. Nesse sentido, a publicação de imagens e de pessoas importantes envolvidas na causa, por meios dos jornais, era uma estratégia, incentivada pela Federação, para mostrar para ao público em geral a importância do atendimento realizado pela instituição.

Nota-se que, após a fundação da APAE, houve uma lacuna de um ano e dois meses até o próximo registro em Ata. Nesse período, com base no “Guia para a Formação das APAEs”, a instituição deve ter procurado se estruturar internamente, buscando recursos financeiros para dar suporte ao atendimento que vinha sendo dado na instituição. O Guia orienta: “O primeiro ano de trabalho deve ter sempre em mente o levantamento dos recursos reais da localidade para enfrentar o problema do retardamento” (FANAPAES

²⁵ Refere-se à Emissora de TV local, atualmente denominada de TV Morena, filiada da Rede Globo de televisão. Em 19 de outubro de 1965, o Presidente Castelo Branco assinou o decreto que autorizava o funcionamento da TV Morena, presidida pela família Zahran. Em 1967, foi inaugurada a TV Centro América-Cuiabá e, em 1970 foi a vez da TV Cidade Branca em Corumbá. Em 2005, quando completou 40 anos, a TV Morena anuncia a mudança dos nomes e todas as emissoras do grupo Zahran passam a se chamar TV Morena (Camargo, 2015).

n.d., p. 8). Nesse período, a instituição consegue, através de seu Estatuto, reconhecimento de Utilidade Pública Municipal²⁶, (Lei nº 647.72 de 29/09/1972) e estava com encaminhamento na Assembleia Legislativa para o Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual pelo deputado Carlos Ronald Albaneze, o que ocorreu em 1974 (Lei nº 3504 de 25/05/1974). Já o título de Utilidade Pública Federal²⁷ só ocorreria em 1987 (Decreto nº 94.054 de 24/02/1987), mas desde 1975 era almejado esse título, como registrado em ata: “Dona Odilza fala da conveniência da obtenção do Diploma de Utilidade Pública Federal para maiores recursos” (Ata 1/75 de 25/02/1975, p. 21).

Este é outro aspecto organizacional direcionado pela FENAPAES, através do “Guia para a Formação da APAEs”, que orienta que as instituições logo devem “dirigir petição ao Serviço Social do Estado ou Município pedindo inscrição da Sociedade em causa. (p. 21)

Para Mestriner (2008), a abertura de privilégios que estas categorias, filantropia/utilidade pública, faz transparecer o uso indiscriminado desta condição e que por intermédio da legislação vigente, esses certificados, de utilidade pública e de fins filantrópicos, foram se tornando passaportes eficientes para acúmulos de vantagens com acesso a isenções, fundos públicos, subsídios, subvenções, contratos que não sofrem nenhum controle.

A Apae de Corumbá iniciou suas atividades em um prédio cedido pela Receita Federal, à Rua Manoel Cavassa, s/n, região Portuária de Corumbá, antigo Prédio da Alfandega, permanecendo neste local por 33 anos até a inauguração da sua sede atual, que ocorreu em 21 de setembro de 2005.

As Atas posteriores registram que a nova sede foi possível pelo empenho e dedicação das pessoas que estavam à frente da diretoria e as parcerias estabelecidas entre a sociedade e do governo. As primeiras discussões sobre a possibilidade de construção da nova sede deram-se em 1974, sendo constituída uma comissão de senhoras para solicitar do Sr. Washington Chama a doação de um terreno para construção da futura sede (Ata 2/74 de 04/04/1974). Em resposta, o Sr. Washington prometeu doação de um terreno junto ao SENAI ou outro na estrada de Ladário junto à divisa dos municípios (Ata 4/74 de

²⁶ Atualmente, com base no Ministério da Justiça de 1990, Landim (1993) explica: “considera-se Utilidade Pública, o conjunto de condições através do qual o Estado reconhece formalmente a uma entidade de caráter “assistencial” ou “cultural” qualidades que a tornam de interesse para a coletividade, fazendo jus ao auxílio financeiro por ele fornecido (p. 21)

²⁷ Segundo Mestriner (2008) “Desde 1935 (Lei Federal nº 091/35), já se explicitara apoio às entidades sociais, pelo título de “utilidade pública” concedida pelo ajuizamento do Ministério da Justiça, por meio de um decreto pessoal do presidente da República. (p. 51)”

10/04/1974). A Ata registra: “Dona Odilza diz da conveniência de darmos início a construção da sede própria” (Ata 11/74 de 10/09/1974). No ano seguinte, em 24 de abril de 1975, mencionam o início da confecção da planta da nova sede da APAE. Em 1978, há “o propósito do Sr. Governador do Estado, Dr. Cassio Leite de Barros, de doar à APAE a importância de Cr\$ 200.000,00 para compra de um terreno para construção da sede da Associação” (Ata nº 06/78 de 28/09/1978, p 51). Porém em 23/11/12978 mencionam não ter encontrado uma área apropriada para ser adquirida, então cogitam receber a doação prometida pelo governo estadual para ser empregada no que a mesma precisar (Ata nº 07/78).

Em 1983 verifica-se a doação de um terreno pelo prefeito Ruy Valdo Albaneze, que dependia apenas da aprovação da Câmara dos Vereadores. Para isso, precisavam de um “grande apoio de todos para dar início a uma construção da sede própria, sede esta que é o maior desejo de todos durante quase 10 anos [...] (Ata nº 03 de 16/04/1983, p. 73). Há a indicação de que a nova sede foi resultado de um longo trabalho, sendo construída aos poucos: “essa construção será feita devagar, a cada tempo um módulo será construído, até alcançar a totalidade da obra” (p. 73). Em 1987 foi apresentado o esboço inicial da futura sede da APAE. “Trata-se de uma obra grandiosa, para a realização da qual, Dona Odilza empregará toda força de seu trabalho, dedicação e entusiasmo” (Ata nº 01/87 de 30/03/1987, p. 84). A primeira obra montada no local foi a marcenaria, que em 1988 já se encontrava em funcionamento no local onde foi construída a nova sede da APAE: Rua Santa Terezinha, 708, Bairro Maria Leite, no terreno em frente ao SENAI, onde permanece em funcionamento.

Foi importante apresentar de forma detalhada os caminhos percorridos pela instituição na construção da nova sede, pois evidencia as parcerias, os recursos recebidos e a mobilização da sociedade civil, a participação política em torno desse projeto.

5.4 APAE e sua relação com a educação

Com a arrecadação da Semana do Excepcional de 1973 foi possível realizar as primeiras reformas no prédio para a melhoria dos atendimentos, pois consta em 1973 (Ata 5/73) o funcionamento da escola dentro da APAE e havia a necessidade e a vontade, por parte da diretoria, de melhorias no ambiente físico. No ano de 1974 avançaram as reformas, finalizaram o tablado e começaram a providenciar documentação para receber verba de Cr\$ 10.00,00 prometidos pelo Secretário de Planejamento, Sr. Haroldo Sebastião

Kasturp. Estava em estudo também a construção de um pavilhão para uma oficina especializada, para dar mais atenção a parte social da instituição.

O funcionamento de uma escolinha, ocorria desde 1973, mas a autorização de funcionamento escolar ocorrera em 13 de agosto de 1974, através da Autorização nº 35/74²⁸ que, segundo este documento, a APAE fica autorizada a oferecer educação na modalidade Maternal e Pré-Escolar.

Não foi possível obter informações sobre as atividades realizadas na escola da Instituição, mas foi possível perceber que já tinham dificuldades na oferta desse serviço como é apontado na Ata 6/73, que destaca a fala de uma das professoras: “A professora Cordolina fez uma explanação do movimento escolar, falando sobre as deficiências e necessidades de material apropriado para melhor desempenho de suas funções” (Ata nº 06/73, 02/10/1973, p. 13). Em resposta a essa fala, Sra. Odilza comunica que os materiais já teriam sido pedidos e pagos. O Guia elaborado pela FENAPAES mencionava orientação para criação de classes de atendimento.

Podem também ser criadas classes para crianças com uma faixa de retardamento acentuado, as chamadas “treináveis”, nas quais não se procura ensinar as atividades escolares comuns, mas apenas conseguir um adestramento em tarefas que permitam a essas crianças um estado de semi-dependência futura. (Guia para a formação das APAEs, p. 10)

Ainda na Ata 6/73, a diretora inicia uma discussão sobre a condução e gratificação das professoras e em seguida a mesma professora sugeriu que se mandasse cimentar o pátio interno para melhor aproveitamento pelas crianças. A fala nos deixou em dúvidas se a professora estava abrindo mão de sua gratificação em benefício da instituição.

Sobre essa questão acreditamos que seja bem provável que as professoras abriam mão de sua gratificação em prol das crianças. D’Antino (1998) aponta a existência de hegemonia de certos valores ligados à condição de deficiência e, em decorrência disso, as instituições parecem estar “embrionariamente atreladas à benemerência e a filantropia” (p. 55). Sobre esse aspecto Jannuzzi, 2012, p. 81 analisa:

Tenho ressaltado que um dos motivos alegados como impulsionador do atendimento ao deficiente em todos os campos de atuação, inclusive o educacional, tem sido a filantropia, [...], significando amor à humanidade, humanitarismo, caridade. No vocabulário cristão é

²⁸ Autorização nº 35/74 expedida pela Secretaria de Educação e Cultura (SESC) através da Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de Ensino (DISTE).

entendida como o amor que move a vontade a busca efetiva do bem de outrem e procure identificar se com o amor de Deus seria benevolência, complacência, compaixão.

Os valores de benemerência e filantropia também ficam evidentes através da mensagem do vice-presidente da Apae, quando na sua posse lê uma carta aos membros da diretoria (Assembleia Geral, 19/04/1985, p. 77):

“Na qualidade de Vice-Presidente há pouco empossado nesta benemérita Associação, quero me congratular com todos os membros da Diretoria Eleita, especialmente com a Exma. Sra. Odilza de Barros, pela honra dos cargos com que fomos aquinhoados, posto que eles nos darão e ensejo de trabalharmos em benefício de uma Entidade carente e sofredora, em maior ou menor grau, quando nos empenharemos com toda a bondade que pudermos despertar do fundo dos nossos corações, digo, seres e com toda a magnanimidade que nos for dado arrancar os nossos corações. Eu estou certo que não há mister que vos instigue a isto, pelas vossas qualidades espontâneas e cristalinamente vistas do amor ao próximo. Deixemos vir a nós as criancinhas, este é o grande conceito cristão. Seja Deus a testemunha dos nossos juramentos e das nossas ações mais puras.

Em outra reunião (31/10/1973), discutem sobre a remuneração das professoras em exercício e concluem ser satisfatório os valores pagos a cada professora. Discutem ainda sobre a necessidade de uma diretora para coordenar as professoras, entretanto, não foi resolvido pela Delegacia de Ensino. Percebe-se que, em relação ao valor pago às professoras, na primeira reunião mencionam gratificação e na segunda mencionam remuneração.

Em 1974 “uma das professoras comentou sobre a deficiência de professoras na escolinha e solicitou a contratação de uma professora de Educação Física [...]” (Ata nº 01/74, 20/03/1974, p. 16). Mencionavam também, sobre a necessidade de contratação de uma professora especialista no trato de “crianças surdas-mudas”, o que ocorreu somente em 1976, sendo a professora vinculada ao município (Ata 22/10/1976). Nesta reunião, a Sra. Marina Gatass fala da “conscientização das autoridades em relação ao excepcional, que deverá ser feita assim como manda o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases” (p. 39). Aqui, provavelmente refere-se à Lei 5.692/71, que Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências, cujo Art. 9º determina que

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acôrdo com

as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (Brasil, 1971).

Além do trabalho desenvolvido pelas professoras, havia a presença das voluntárias que desenvolviam atividades físicas, uma vez por semana, com as crianças. A Sra. Odilza Miranda solicita aos demais membros “a participação de uma voluntária para ensinar artesanato às crianças de melhores condições” (Ata 1/74, 20/03/1974, p. 16). Neste mesmo ano, em uma reunião ocorrida em 30/05/1975 mencionam rapidamente o “problema das professoras”, mas sem resolução (Ata nº 06/1974).

Mestriner (2008) assevera que as atividades associativas e baseadas no voluntariado começaram a ganhar impulso nos anos 70 e conquistaram força renovada nas últimas décadas e num conjunto absolutamente heterogêneo, mobilizam motivações internas e valores muito diversos, integrando agentes e protagonistas com a mais variada formação.

De 1973 até meados de 1982, a Apae de Corumbá (MS) direcionava suas ações preferencialmente para o funcionamento do Centro de Reabilitação, coordenado por um neurologista que implementava técnicas trazidas da Filadélfia para reabilitação dos atendidos da instituição e, nesse sentido, percebemos que as questões relacionadas às professoras ou questões escolares não eram vistas com tanta prioridade, quanto às ligadas à área da saúde. Segundo Silva (2017), desde a fundação da primeira Apae no Brasil que se deu em 1954, a educação escolar não era um dos focos essenciais e seu estatuto sinalizava uma concepção de educação que dava enfoque para o trabalho e preparo para a vida e isso só começa a apresentar alguma mudança, em especial nos anos finais da década de 1980. O autor ainda acrescenta que “as concepções educacionais da Federação Nacional no período de 1963 a 1989, presentes nas edições da Revista Mensagem da Apae, fundamentam-se, principalmente nas vertentes médico-pedagógicas e psicológicas” (Silva, 2017, p. 136). Ebbing, 2016, p. 53 afirma que, na década de 1980,

As instituições apaeanas aparelhavam-se não apenas com profissionais da medicina, mas também passaram a circular nesse espaço psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, considerados os experts sobre pessoas com deficiência e os responsáveis pela avaliação e indicação de práticas. Nesse momento os professores eram coadjuvantes, restando-lhes a dependência de iniciativas dos profissionais técnicos na proposição da socialização das pessoas com deficiência, e instrumentalizando-os para as atividades e as situações de vida diária.

Em 1976, alguns alunos foram selecionados pela entidade para serem beneficiados com Bolsas de Estudos doados pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. Foi constituída uma comissão para esta seleção e a elas foram entregues as pastas das crianças para se fizesse a seleção daqueles que apresentem maior carência de recursos financeiros. Foram escolhidos 42 alunos entre 1 e 16 anos.

Depois de cuidadoso estudo de cada caso, a Comissão Especial, houve por bem, observados os critérios de concessão de Bolsas de Estudos, para alunos do Ensino Especial estabelecidos pela Secção de Bolsas de Estudos da Secretaria de Educação e Cultura, seleciona 42 alunos que, pelo conjunto de condições que apresentam tem necessidade premente de serem beneficiados com tais bolsas de estudos (Ata 05/04/1976, p. 31).

Em 1978, na reunião do dia 16 de junho, formaram mais uma vez a comissão para selecionar crianças e jovens mais carentes para serem contemplados com Bolsas de Estudos concedidas pela Divisão de Cultura e Assistência ao Educando – Seção de Bolsas de Estudos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. A comissão foi composta pelo Dr. Antônio Pedro de Barros (Presidente); Odilza Miranda de Barros (Diretora); Maria José da Costa Kassar (Mãe de aluno); Elias Kassar (Pai de aluno); Selma de Araújo Delgado (Representante da SEC); Joanita Botelho de Medeiros (Secretária da APAE); Dr. Pedro Paulo de Barros Lima (Médico) (Ata nº 04/78, 16/06/1978). Dr. Antônio Pedro de Barros fez uma explanação a esse respeito, falando “sobre a necessidade do recebimento dessas bolsas, tendo em vista que a grande maioria dos nossos alunos são completamente carentes de recursos [...] (p. 50).

Nesse período vigia a LDB/61 que, em seu Art. 89, previa: “Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e relativa à educação de excepcionais receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo empréstimos e subvenções” (LDB, 1961, nº 4.024).

Em 1976 mencionaram que o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS²⁹) fez exigências para o aumento de vagas na APAE, referindo-se a quantidades de sanitários e sala de aula. Sendo pedido a APAE que se construísse mais 4 salas de aulas e 5 sanitários, para o aumento de crianças no próximo ano, além da contratação de uma Assistente Social, pois o INPS insistia na obrigatoriedade dessa assistência. A obra estava

²⁹ Em 1966 o governo fundiu os vários institutos de aposentadoria e pensões e o uniu num único organismo burocrático, o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS que, ampliando o atendimento hospitalar e ambulatorial, vai se utilizar da rede oficial e da rede privada (Mestriner, 2008, p. 162).

orçada em Cr\$ 22.000,00 e a APAE tinha em caixa o valor de Cr\$ 15.000,00 recebidos da CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) e os tijolos recebidos pela Prefeitura. Em relação à Assistente Social, o registro é que havia uma pessoa para prestar esse serviço de forma voluntária: “Há uma senhora que quer trabalhar sem vencimentos, contando que a APAE forneça a condução e a gasolina para as visitas que serão feitas às famílias das crianças assistidas pela associação” (Ata nº 03/78, 15/06/1978, p. 48,49). Porém sobre esse assunto não chegaram a nenhuma conclusão ficando para ser discutido em outra data.

Sobre a intervenção do INPS, tal questão nos causa estranhamento pelo fato de um órgão ligado à previdência e saúde estar regulando o atendimento na Apae, impondo regras e critérios para o repasse e verbas. Sabemos que a instituição recebia subsídios advindos do Ministério da Educação, no entanto não percebemos intervenção quanto às regras e aos critérios ligados aos aspectos curriculares e didáticos. Esse fato nos aponta que a atuação da Apae, nesses primeiros anos de implementação, além da adoção de um modelo médico de educação, voltou suas ações para uma perspectiva assistencialista.

Menciona-se acima que a Apae de Corumbá (MS), recebera verba do CENESP. O órgão foi criado em 1973, no governo Médice (1969-1974) no período do Regime Militar, e tinha finalidade de promover, em todo o território nacional a expansão e a melhoria do atendimento aos denominados “excepcionais” (Kassar; Rebelo; Jannuzzi, 2019). Bueno (2004) também afirma que para o período de 75/79 fora criado pelo CENESP um plano de ação, com vistas à expansão e a qualificação da Educação Especial que incluía as áreas de capacitação de recursos humanos, reformulação de currículos e assistência técnica e financeira aos sistemas estaduais e às instituições privadas. No entanto, no caso da APAE de Corumbá, não foi possível perceber uma atuação mais efetiva do CENESP quanto ao cumprimento destes objetivos a não ser informações sobre repasse de verbas e que estas eram usadas em reformas e compra de materiais de expediente. Sobre esse aspecto, Bueno (2004, p. 139) menciona que,

[...] sob a capa de “assistência técnica” o que efetivamente previa essa área de ação era um repasse de verbas públicas a entidades particulares, contribuindo para a privatização da educação especial e contrariando a garantia de escolaridade fundamental aos excepcionais [...] (Bueno, 2004, p. 139).

Em 1979, foi possível identificar uma ação da Apae de Corumbá (MS) com vistas à capacitação de recursos humanos, quando comunicam que duas professoras (Maíza

Bertazzo e Mônica Cestari) deveriam participar de um curso de especialização, com duração de um mês a ser realizado no Rio de Janeiro, sendo as passagens custeadas pela APAE, e após o curso, lecionariam na instituição. (Ata nº 08/78, 24/01/1979). No entanto não foi possível saber qual tipo de especialização se refere. No Rio de Janeiro, encontrava-se uma instituição mantida pelo neurologista Dr. José Carlos Veras, a qual a Apae de Corumbá (MS) era filiada, e de lá recebiam o Programa para o Desenvolvimento da Inteligência, considerado pela diretoria como “modificações na área da escolaridade”, como será visto em item específico deste trabalho.

Em julho de 1984, recebem orientação do governo, através da Secretaria de Educação, que “a parte da escolaridade da APAE deve passar a ter um nome próprio, ou seja, a escola mantida por uma entidade deve possuir uma denominação separada” (Ata nº 06, 04/07/1984, p. 75). A Presidente então apresentou o nome de Marina Saddi Gattass em sua homenagem, (falecida neste ano, no mês de abril), pois a Sra. Marina foi “uma das fundadoras da APAE, uma colaboradora incansável, amiga e que sempre esteve presente em tudo que fosse para beneficiar a APAE (p. 75). Seu nome foi aprovado por todos. Porém em 1985, identificamos uma nova votação para escolha do nome da Escolinha, pois não deveria ser nome próprio, e o nome da Escola passou a ser “Reino do Amor”. A Presidente da APAE ainda informa que, para funcionar, a Escolinha deveria ter uma Diretora, sendo convidada para o cargo a Sra. Terezinha Catto e fica esclarecido também que os funcionários especializados da APAE deveriam ser pagos pelo Estado (Ata nº 01/86, 02/01/1986).

Em fevereiro de 1986, ocorre uma grande reunião com a Presidente e todos os funcionários da APAE, todos os participantes se apresentaram e comunicaram a todos que o nome da APAE seria, a partir de então, “Escola Especializada Reino do Amor” (Parecer CEE/MS nº 094/86) e a diretora seria a psicóloga Terezinha Cristina Lopes Catto. Foram lidas, a todos os presentes, as responsabilidades da Diretora, bem como toda a programação a ser realizada na Instituição.

“[...] todas as atividades terão horários pré-fixados (inclusive limpeza); organização em todos os setores; requisição e aprovação de material a ser feito pela diretoria; programação a ser feita junto com o professor e o responsável por cada setor; acompanhamento constante do professor com o aluno; os professores terão meia hora no final do expediente para fazer o plano diário e pegar o material necessário para a atividade do dia seguinte; no período vespertino, um professor da Oficina Pedagógica ficará responsável pelo grupo com uma programação semanal, de atividade de relaxamento. Ficou estabelecido os horários

dos funcionários, no período matutino é das sete e trinta horas às onze horas; e no período vespertino é das treze horas às dezessete horas.” (Ata nº 02/86, 08/02/1986, p. 83).

Em 1987, mencionam a participação da LBA, na instalação de uma lavanderia, marcenaria e uma confecção. Essas atividades tinham por objetivo, dar condições de aprendizagens aos pais e crianças da APAE, bem como, emprego às mães das crianças matriculadas na escola e às crianças que apresentassem condições para um emprego (Ata nº 01/87, 30,03/1987). A Apae de Corumbá deveria destinar recursos para montagem da marcenaria doada pela LBA, juntamente com os maquinários para uma confecção. Em 1988, a marcenaria já se encontrava em funcionamento no endereço onde foi construída a nova sede da Apae. A esse respeito, a Dona Odilza informa que “as crianças da APAE estão recebendo aulas para o trabalho na marcenaria e que o professor está sendo pago pela APAE, esclareceu que foram 5 as máquinas doadas pela LBA para esse trabalho e duas outras foram compradas pela APAE” (Ata nº 02/88, 20/04/1988, p. 89). Mencionam também um curso de corte e costura, com a intenção de mais tarde fazer uma mini confecção para formar grupos de produção com as mães e crianças da APAE.

Percebemos que esse atendimento educacional às pessoas com deficiência tem uma marca que acompanha sua história, articulada à necessidade de desenvolvimento econômico: é necessário capacitar a pessoa com deficiência para que esta contribua com o ideário capitalista de produção e consumo, já que a educação formará o capital humano, o qual, agregado ao capital físico da empresa, aumentará a produtividade. É na condição de provável adaptação ao mercado que se define uma determinada classificação de deficiência passível de ser integrada à vida social (Eloy; Coutinho, 2020). Jannuzzi (2012) menciona que o enfoque era o de preparação para o mercado de trabalho, como a vinculação da educação em função do desenvolvimento do país. Nesse sentido “a educação passou a ser vinculada diretamente ao setor produtivo” (Jannuzzi, 2012, p. 151).

Em 1989, a presidente da Apae expôs o fato de a instituição estava precisando de professores e que tal situação já fora comunicado à Secretaria de Educação do Estado, mas que ainda não obtivera solução, sendo sugerido pelo Sr. Elias Kassar que se fizesse uma comissão para solicitar esses professores com o Sr. Governador (Ata nº 02/87, p. 85).

Uma reunião em 1990 registra que o diretor Armando Marques, através de pedido à Câmara Municipal de Corumbá, conseguiu passe livre em transporte coletivo para os excepcionais (Ata nº 01/90, 05/04/1990).

5. 5 APAE e sua relação público-privado

Desde o início de suas ações, a Associação buscou parcerias entre as entidades e com o comércio local que sempre esteve envolvido no desenvolvimento de ações para angariar fundos. A principal ação de arrecadação financeira junto à comunidade ocorria na Semana do Excepcional³⁰, que movimentava uma grande frente de trabalho realizada entre a instituição em parceria com diversas instituições e a sociedade corumbaense.

A “Semana Nacional da Criança Retardada” foi criada na reunião de fundação da Federação das APAEs que se deu em 1962, cuja comemoração se daria em todo o Brasil, de 22 a 28 de agosto e em 1964, o governo federal instituiu a Semana do Excepcional (Silva, 2017). De acordo com o Rafante (2011, p. 259)

Em 24 de agosto de 1964, o presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, lançou um Decreto nº 54.188, instituindo a Semana Nacional da Criança Excepcional, que seria comemorada de 21 a 28 de agosto, em todo o território nacional, cabendo ao Ministro da Educação, solicitar, a todos os órgãos vinculados ao MEC, que promovessem a semana do “excepcional”.

A Semana do Excepcional contava sempre com a colaboração das mães dos atendidos que contribuía com seus trabalhos, assim como as diretoras dos diversos colégios que tomavam parte na quermesse em favor da promoção da APAE. Tratava-se de um evento de suma importância principalmente para captação de recursos, mas também, para dar visibilidade para a sociedade sobre o trabalho desenvolvido na Instituição.

Na Semana do Excepcional eram realizadas várias ações como a Feira da Bondade, com bazares de roupas e artesanatos sempre com o intuito de angariar fundos e também dar conhecimento sobre as atividades da Instituição. Uma das primeiras ações propostas para estas festividades, seguindo a experiência de outras cidades, foi o “Cofre do

³⁰A partir de 2017 foi instituída a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla sancionada pelo presidente Michel Temer através da Lei 13.585/2017 que será sempre comemorada entre os dias 21 e 28 de agosto de cada ano. Essa lei tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 185/2015, proposta pelo deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) que formaliza uma data que já vem sendo celebrada por entidades e associações há décadas. A semana tem como objetivo promover ações de inclusão social e de controle ao preconceito e à discriminação contra as pessoas com deficiência. (Agência Senado). <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/28/lei-institui-semana-nacional-da-pessoa-com-deficiencia-intelectual-e-multipla>

Pingado” cujo objetivo era distribuir pequenos cofres em diversos lugares da cidade para coletar fundos (Ata 2/73, 18/06/1973).

As ações realizadas na Semana do Excepcional eram pontuais e aconteciam todo ano. Fazia parte do calendário nacional e foram estabelecidas pela Federação Nacional das APAEs. No Guia elaborado pela FENAPAES, essa semana é abordada como “Semana Nacional da Criança Retardada” que visa difundir a questão e conseguir fundos. Menciona ainda que se “trata de uma iniciativa de âmbito nacional promovendo uma semana na qual se sucedem conferências, exposição, bazares beneficentes, tudo isso divulgado e apoiado por ampla publicidade e noticiários nos jornais [...]. (FENAPAES, n. d. p.12).

As atividades realizadas nas Semanas do Excepcional eram muito lucrativas e, como ocorria todos os anos, a arrecadação era considerada de grande êxito. A primeira Semana do Excepcional mencionada em Ata ocorreu nos dias 21 a 28 de agosto de 1973, com uma arrecadação de Cr\$ 45.878,50 (quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e oito e cinquenta centavos), sendo possível realizar as primeiras reformas no prédio, onde passaria a funcionar a escolinha, para melhoria dos atendimentos (Ata nº05/73 de 05/09/1973). Em 1974 o valor arrecadado passa para Cr\$ 115.514,25 (cento e quinze mil quinhentos e catorze cruzeiro e vinte e cinco centavos).

Como esses eventos eram amplamente divulgados na cidade, novas pessoas apareciam buscando atendimento e em 1974, após o evento, 14 (catorze) crianças foram admitidas para receberem atendimento na instituição (Ata 11/74 de 10/09/1974). Com isso houve a necessidade de compras de materiais e reformas que foram feitas a partir dos recursos arrecadados nessas semanas e doativos de diversos empresários e instituições.

Além da arrecadação na Semana do Excepcional, a instituição e seus parceiros também se mobilizavam para realizar grandes eventos na cidade, por exemplo em 1974 ocorreu um grande show de um cantor nacional, que reverteu em renda de Cr\$ 41.339,00 para a APAE, somando-se aí uma ajuda financeira do governo do Estado de Mato Grosso e da Associação Comercial de Corumbá. (Ata nº 7/74 de 18/06/1974).

Com o aumento da demanda, a instituição menciona problemas financeiros e, em 1975, dizem que a instituição poderia correr o risco de ficar com déficit em seus cofres e para isso criam novas estratégias de arrecadação e realizam uma grande quermesse, que ocorreu em 29 de julho de 1975. Esta última ação, explica Sra. Odilza, “terá que ser intensa, pois a APAE necessita de um aumento de capital, por estar a mesma com orçamento muito maior ao ano anterior” (Ata do dia 10/07/75, p. 26). Esses eventos,

somados à programação da Semana do Excepcional deste ano, resultaram em Cr\$ 164.320,57, deixando todos na diretoria satisfeitos com o resultado alcançado (Ata do dia 21/11/1975).

Além dos eventos promovidos pela APAE, outras instituições também procuravam a APAE para formar parcerias, como ocorreu em 1976, quando a Sra. Darcy Miranda de Barros (Presidente da Fundação de Promoção Social - Prosol) e a Sra. Adiles Ribeiro (Presidente da Creche de Corumbá) se reuniram com a Diretoria da APAE oferecendo uma promoção que reverteria fundos para os cofres tanto da APAE como da Creche de Corumbá (Ata do dia 17/05/1976).

Em 1977 foi proposta, pela Sra. Odilza, a divisão das pessoas da diretoria para assumirem três frentes de trabalho dentro da instituição e chamar mais pessoas para também realizar este trabalho junto a APAE. As frentes seriam voltadas para Assistência Social; Terapia Ocupacional e festividades da Semana do Excepcional. As equipes foram divididas e ficou estabelecido que cada grupo realizaria reuniões entre si, para estudar e traçar programa de ação especial em prol da APAE. Todas estariam unidas em prol da Semana do Excepcional, que esse ano ocorreu entre os dias 20 a 28 de agosto e contou com diversas promoções que resultaram em Cr\$ 316.827,65 (trezentos e dezesseis mil oitocentos e vinte sete cruzeiros e sessenta e cinco centavos) (Ata nº06/77 de 29/09/1977). Percebe-se que a Diretoria procura estratégias para, cada vez mais, ampliar a dimensão do seu trabalho para a sociedade e com isso aumentar a adesão de pessoas e sócios que se envolvem na causa.

Apesar do quantitativo arrecadado nesses eventos, questões sobre despesas excessivas estavam sempre em pauta nas atas e a Semana do Excepcional era a principal promoção de arrecadação para a APAE. Por isso eram organizadas sempre com antecedência e procuram envolver o máximo de pessoas ligadas às instituições ou membros da sociedade para ajudar. Em 1978 mencionaram “uma relação das rendas das diversas promoções realizadas para angariar fundos para a Associação, cujo resumo é o seguinte: Doações diversas Cr\$ 55.500,00; Noite Festiva: Cr\$ 287.803,00; Quermesse: Cr\$ 157.019,80, totalizando Cr\$ 500.322,80” (Ata nº 06/78, 28/9/1978, p. 51).

Logo no início do ano de 1979 comunicam o recebimento de algumas doações: “Rádio Clube de Corumbá, Cr\$ 6.413,00 (referente à Campanha do Ano Internacional da Criança); UNICEF, Cr\$ 500,00; Prefeitura de Ladário, Cr\$ 5.000,00 e Governo do Estado de Mato Grosso, Cr\$ 100.000,00” (Ata nº 08/78, 24/01/1979, p. 53). E a Semana do Excepcional desse ano arrecadou Cr\$ 860.471,10 (oitocentos e sessenta mil quatrocentos

e setenta e um cruzeiros e dez centavos). Todos ficaram muito satisfeitos, pois sentiam que a população de Corumbá prestigiava com grande entusiasmo o trabalho realizado pela diretoria desta entidade.

Em 1982 realizaram uma grande promoção em um Clube da cidade, intitulado “Noite Pantaneira”, que teve boa aceitação pela sociedade corumbaense e rendeu à associação uma alta arrecadação. A Semana do Excepcional desse ano teve uma programação bem extensa e se iniciou com a abertura dos jogos no 17º Batalhão de Frontera, quando ocorreram competições esportivas entre crianças da APAE e toda rede escolar da cidade. No dia seguinte, ocorreu a missa celebrada pelo Bispo local e após a missa ocorreu a “Corrida Rústica”, terminando a semana com a tradicional quermesse. Sobre a aplicação da renda da quermesse de 1985 mencionam que Cr\$ 50.000.000,00 foram aplicados no Banco do Bradesco; Cr\$ 50.000.000,00 no Banco Unibanco, o que já havia rendido Cr\$ 4.000.000,00 em cada aplicação e ainda Cr\$ 41.000.000,00 aplicados no Banco Bamerindus, lucro do APAE Shopping³¹ (Ata nº 04/85, 01/11/1985).

Já em 1988 o resultado da quermesse foi de CZ\$ 4.011.072,00 (quatro milhões, onze mil e setenta e dois cruzados), sendo que todo o dinheiro foi aplicado em um total de CZ\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzados)

Observamos que a partir de 1982 a instituição já se mostra mais organizada em relação aos recursos, começam a acompanhar o mercado, aplicando fundos para aumentar suas receitas. Jannuzzi e Caiado (2013) mencionam que a partir de meados da década de 1990 as instituições ampliam a sua organização e seu gerenciamento apresentando uma administração mais eficiente. Acrescentam que nos anos que se seguem acentuam o enfoque empresarial na organização da instituição. A instituição de Corumbá (MS) passa a contar com profissional da área da contabilidade como evidencia na Ata nº 05, 23/03/1984. No ano de 1984 explicam os vários tipos de aplicações que estão sendo realizadas com o intuito de aumentar o capital da APAE. O contador menciona que é necessário o comprovante dessas aplicações para poder fechar o balanço, pois a APAE, como entidade que recebe subvenção do governo, deve ter o seu balanço rigorosamente comprovado.

É notório o empenho dos atores envolvidos na direção da APAE em buscar constantemente recursos para a manutenção dos serviços oferecidos na instituição.

³¹ Loja de produtos usados (brechó), cuja renda era revertida à APAE.

D'Antino, (1988) assevera que mesmo diante do recebimento dos recursos públicos que são destinados historicamente à iniciativa privada,

[...] estes não se constituem em solução econômica para as instituições, uma vez que o custo da prestação de seus serviços é sempre muito superior à verba recebida, até porque os recursos públicos destinados à iniciativa privada são pulverizados pelo grande número de instituições, cabendo, então, à sociedade civil a responsabilidade da complementação do orçamento institucional (D'Antino, 1988, p. 13).

Ressalta-se que, na APAE de Corumbá, embora buscou-se verba para o pagamento de profissionais, especialmente no campo da saúde, há registro de trabalho realizado por profissionais de forma voluntária, inclusive professores. O voluntariado ficou explicitamente evidente para as vagas de professora de Educação Física e Artesanato.

Diante da grande mobilização encampada pela Apae de Corumbá, a população por sua vez responde positivamente e participa das ações de várias formas, seja por doação de donativos, seja doando os seus serviços em prol das pessoas com deficiência. O papel do *marketing* destas instituições, como já mencionamos, foi e continua sendo determinante para sensibilizar as diferentes camadas da população para a questão do atendimento a essa população (D'Antino, 1988). Sendo amplamente divulgada nos meios de comunicação, apontavam como grave e inadiável o problema da criança excepcional, nesse aspecto,

ajudar o excepcional era uma responsabilidade social posto à nação, mas não necessariamente ao Estado, de modo que os cidadãos mais favorecidos ou mais instruídos, inclusive os pais de excepcionais que estavam nessas condições, deveriam colaborar para estender a esses sujeitos e seus familiares as benesses do tão alardeado avanço socioeconômico nacional (Bezerra, 2020, p. 107).

Nesse sentido, as análises de D'Antino (1988) podem ser aplicadas à APAE de Corumbá, que embora tenha uma prática autônoma,

[...] mantém relações de dependência econômica com o Estado e com a sociedade civil. Do Estado dependem de verbas advindas dos convênios firmados nos níveis Federal, Estadual e Municipal; e da sociedade civil, dependem de verbas caridosas de seus inúmeros sócios beneméritos, de incontáveis campanhas promocionais, de apoio de empresas privadas etc. (p. 41)

Vimos o quanto em Corumbá a sociedade civil se mobilizou para a captação de recursos. Na mesma medida desde as atas de 1973, já aparecem as verbas advindas do setor público “A tesouraria nos informa [...] possuir uma verba estadual específica no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) [...] (Ata 7/73 de 31/10/1973, p. 14)

Sobre as subvenções recebidas pelo Ministério da Educação, a FENAPAES também orientava as APAEs filiadas, como proceder com a prestação de contas e repassava todas as instruções sobre o recebimento de verbas, inclusive enviava o modelo de ofício que deveria ser encaminhado juntamente com a prestação de contas à Inspeção Geral de Finanças do MEC. No ano de 1976, foram 155 Apaes, em diversos Estados do Brasil, que receberam subvenções do Estado (Ministério da Educação). Os subsídios descritos no Boletim somavam mais de Cr\$ 1.701.000,00, sendo que para Corumbá (MS) o valor a ser repassado seria de Cr\$ 29.000,00 (FEBAPAES, Botetim Mensal, nº 03/76).

Em relação aos recursos de convênios, em 1976 preparam documentação para ser enviada para a FUNABEM³² (Fundação do Bem-Estar do Menor) (Ata 14/09/1976). Em 1979, mencionam o convênio com a LBA³³ (Legião Brasileira de Assistência), expondo que toda a documentação necessária já havia sido enviada (Ata nº 03, 17/07/1979), mas somente em 1980 menciona-se que o convênio com a LBA fora feito, registrando que a quantia arrecadada não era suficiente para manter e a entidade. Alegam também atraso na liberação das bolsas de estudos. Ainda, sobre este convênio, há o registro de que “a própria LBA exige muito mais do que realmente proporciona em recursos econômicos” (Ata nº 07, 3006/1980, p. 61). Sobre essas exigências em 1982, os membros da diretoria lembram que a LBA exigiu da instituição um neurologista local, um fisiatra e uma terapeuta e, em resposta, Dr. Antônio menciona que com a verba da LBA é possível manter os médicos em questão (Ata nº 01, 20/05/1982).

Já em 1983, Dr. Antônio Pedro de Barros menciona que antes de filiar-se à LBA, a instituição dependia muito das promoções da Semana do Excepcional e que após a

³²A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi criada do regime militar em 1964 e foi considerada a “mãe” das famosas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs). Em 1977, tornou parte integrante do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) o que contribuiu para que a instituição recebesse ainda um maior aporte de recursos. Em 1990, o MPAS foi extinto durante a reforma administrativa realizada no governo Collor e no mesmo ano foi promulgado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que revogou a Lei nº 4.513, de 1964 que criou a FUNABEM (Fernandes; Costa, 2021).

³³A LBA (Legião Brasileira de Assistência) foi instituída através do Dispositivo Legal nº 4830 de 15/10/1942 (Mestriner, 2008). “A Fundação LBA, integrando-se ao Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), ganhará ampliação com novos programas e projetos, passando a ser o organismo executor da ampla gama de ações previstas, decorrentes de todo esse movimento. Para tanto, alcança grande número de organizações sociais por seu sistema de convênio, fortalecendo a chamada “atuação indireta”” (Mestriner, 2008, p. 169).

filiação, apesar dos atrasos nos repasses das verbas, os recursos eram de grande e preciosa colaboração, possibilitando a contratação de um número certo de técnicos e de “clientes” e que o número de “clientes” deve se manter sempre igual e no caso de algum cliente sair deve logo ser substituído com base na aprovação da LBA (Ata nº 03, 16/04/1983). Nesta ata, os alunos são denominados de clientes e o presidente da instituição afirma ser necessária a manutenção de um número mínimo de alunos para recebimento de recursos.

Podemos perceber que o convênio pressupõe um planejamento de ações que é cobrado da Instituição. Mestriner (2008, p. 166 e 167) explica que,

No que se refere à subvenção, o Estado se posiciona apenas como colaborador, mantendo-se a distância dos problemas sociais, porém quanto ao convênio, ele assume suas responsabilidades por intermédio das ações das entidades sociais. Este tipo de controle inaugura um novo papel para os órgãos governamentais, o de assessoria e supervisão, geralmente difuso e pouco exercido.

A autora acrescenta que nesse período, a LBA, enquanto instituição de assistência social de caráter executor, torna-se maior após o Decreto-Lei nº 593 de 27/05/1969 transformá-la em Fundação, vinculada ao Ministério e Previdência Social. Como Fundação, compete-lhe a execução dos programas de assistência em geral mediante convênio ou contrato (Mestriner, 2008). Como mencionado nas atas, supomos que, com o convênio com esse órgão, a transferência de recursos se deu mediante um Plano de Aplicação em Projeto a ser executado em parceria, situação semelhante descrita em Mestriner (2008).

Em 1976 e 1977 foi mencionada a necessidade de enviar a previsão de despesas para o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) para que deste também recebesse subsídios (Ata 22/10/1976). Em 1977, foi informado o recebimento através do CENESP da verba de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) e “essa verba seria despendida, conforme programação anterior, com o pagamento de funcionários e aquisição de móveis e utensílios e material de expediente”. (Ata nº 06/77, 29/09/1977, p. 45).

Fica evidente o recebimento de subsídios do Estado para que a instituição oferecesse atendimento na área da educação especial. O distanciamento do setor público, como agente direto a essa população, é histórico, pois o Estado transfere às instituições filantrópicas a responsabilidade dos seus atendimentos e com isso reduz a responsabilidade com a educação geral e pública.

No Brasil, o direcionamento de recursos públicos às instituições privadas se deu ao longo de sua trajetória histórica, considerando que a oferta de serviços da educação especial esteve atrelada às ações isoladas de instituições privadas de caráter assistencial, não considerados pertencentes à rede de ensino, mas por sua vez financiados, em grande parte com verbas públicas da educação (Mazzotta, 2011; Jannuzzi, 2012).

Araújo (2015) menciona que a possibilidade de financiamento público para o setor privado foi alargada com a LDB de 1996 (Lei nº 9394 de 1996), cuja redação é maleável e ambígua, “permitindo que no decorrer de sua vigência as instituições privadas fossem se adaptando as suas regras com o intuito de se habilitar a receber recursos públicos” (Araújo, 2015, p. 3)

Para Laplane, Caiado e Kassar (2016), o financiamento dessas instituições de educação especial faz com que os recursos públicos garantam a “[...] existência das formas exclusivas de atendimento a despeito da propagação da política de educação inclusiva” (Laplane; Caiado; Kassar, 2016, p. 48)

Em 1985, a Diretoria aponta déficit nas contas e mesmo com o valor a ser repassado pela LBA não deve cobri-lo. Como solução para questão financeira, decidem por criar um “Bazar da Pechincha” permanente, para tentar sanar esses compromissos pendentes (Ata nº 01, 02/05/1985). Para este objetivo, foi mobilizada a Diretoria para arrecadação de roupas e objetos que, somada às doações da Receita Federal e aos trabalhos realizados pelas crianças, possibilitou a montagem de uma loja que em 1987 passa a funcionar na Rua Sete de Setembro, nº 195, juntamente com uma Lavanderia que deveria funcionar no mesmo local. Mencionam que a LBA subsidiou a instalação da Lavanderia, Marcenaria e também de uma Confeção. Essas atividades objetivaram dar empregos às mães das crianças, matriculadas na escola da APAE e aos alunos que apresentassem condições para um emprego. A marcenaria foi montada na nova sede da APAE. (Ata nº 01/87, 30/03/1987).

Vimos que a preparação para o trabalho é colocada em evidência, não só pelos dirigentes da APAE, como é financiada com dinheiro público, sendo que a LBA subsidia a instalação de lavanderia, marcenaria e confecção. Sobre esse assunto, Rafante (2011) nos lembra que as instituições criadas por Helena Antipoff favoreciam uma formação limitada ao trabalho manual que eram executados com trabalhos domésticos, agrícolas ou oficinas pedagógicas. E nesse contexto a proposta educacional que se mostra hegemônica é a educação para o trabalho.

Em 1988 a contadora menciona que a instituição possui em caderneta de Poupança a quantia de Cr\$ 4.052.326,00, sendo que Cr\$ 1.100.000,00 foi doação da LBA, por intermédio da dona Marly Sarney, esposa do então presidente da República, Sr. José Sarney, e tal recurso só poderia ser utilizado em material de consumo na realização da obra da nova sede (Ata nº 01/88, 14/04/1988). Para a obra da marcenaria, incluindo mão de obra e material o gasto foi de Cr\$ 1.966.136,18.

Na primeira reunião de 1989, mencionam que o recurso repassado pela LBA foi insuficiente para cobrir a folha de pagamento da instituição, no entanto autorizam a diretoria a comprar de um imóvel em Corumbá no valor de NCz\$ 15.000,00; autorizam a diretoria a estudar possibilidade de realização de leilão de gado, nas dependências do Clube do Laço ou do Sindicato Rural, com a colaboração do Sr. Elias Kassar na montagem do projeto com a finalidade de angariar recursos para os cofres da APAE. O valor do imóvel comprado pela APAE, foi de NCz\$ 28.000,00, valor acima do estipulado pelo Conselho Deliberativo, mas foi aprovada considerado um excelente investimento para a APAE tendo em vista sua localização central e urbana (Ata nº 04/89, 21/06/1989). Mencionam que a campanha de donativos de gado estava alcançando pleno êxito, com cerca de 400 novilhas já doadas que seriam leiloadas em benefício da construção da nova sede da APAE. Já em 1990, foi aprovada a proposta de construção no novo terreno adquirido cito a rua 13 de junho para futuras instalações da APAE shopping e Lavanderia (Ata nº 05/89, 23/11/1989), pelo valor estimado de Cr\$ 1.200.000,00 de mão de obra, mais Cr\$ 1.045.000,00 para o material (Ata nº 01/90, 05/04/1990). E em 1988, a instituição ganhou do então Fundo de Assistência Social Sul-mato-grossenses (FASUL), a quantia de Cr\$ 295.200,00, sendo Cr\$ 180.000,00 para custeio de marcenaria e corte e costura e o restante Cr\$ 115.200,00 para material didático psíquico pedagógico (Ata nº 03/88, 25/05/1988).

A movimentação da instituição na criação de estratégias para ampliar a arrecadação de recursos é evidenciada e com muito êxito como podemos constatar. Usam recursos da instituição para ampliar o patrimônio social da instituição adquirindo novos prédios, reformando e na construção da nova sede, no entanto alegam constantemente déficits nas contas.

5.6 APAE e sua relação com a saúde

Vimos que durante o ano todo, a diretoria mobiliza frentes de arrecadação de recursos e, mesmo com altos valores arrecadados, ainda sofriam com constantes déficits nas contas. Nos primeiros anos de implementação, foi destinado grande investimento na área da saúde, pois a instituição encampou uma frente de mobilização no campo da Reabilitação, sendo mencionado o pleno funcionamento, já em 1973, de um Centro de Reabilitação³⁴ que funcionava na sede da APAE e tinha como médico responsável o Dr. Antônio Carlos Vinagre (Ata de 07/05/1973).

Foi proposto, naquele período, pelo Presidente da Diretoria Dr. Antônio Pedro de Barros, o ingresso da APAE de Corumbá a uma organização de Belo Horizonte (MG), que tinha sede na cidade da Filadélfia (EUA). A diretoria entendia que tal ingresso seria importante para que pudessem se atualizar, levando em consideração as constantes inovações, e custaria à APAE a importância de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais. A tesouraria mencionou que esse valor era acessível para pagamento, pois a instituição teria em caixa naquele período cerca de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), além de uma verba estadual específica de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para comprar material escolar (Ata nº 07/73, 31/10/1973). Mencionaram que um médico especialista chamado Dr José G. Ferreira Brants estaria concluindo estágio na Filadélfia e deveria em breve visitar a cidade de Corumbá para proferir palestra para convidados e pessoas interessadas (Ata nº 08/73, 13/11/1973).

Somente nesta Ata é mencionada a filiação à organização de Belo Horizonte (MG) e posteriormente passam a mencionar a filiação a uma instituição da cidade do Rio de Janeiro, a do Dr. José Carlos Lobo Veras³⁵. Como não tivemos mais informações sobre a cidade de Belo Horizonte, ficamos com uma questão a esclarecer: se chegaram mesmo a filiar-se a alguma instituição mineira, se a “organização” de Belo Horizonte seria a APAE daquela cidade, já que a mesma fora fundada em 1961³⁶, portanto, contava com uma experiência de dez anos de atuação. Consideramos também importante o fato de essa

³⁴ Jannuzzi (2012, p. 75), com base em MEC/SG/CENESP/SEEC, 1975^a, sumário, diz que “O documento de 1975 elaborado pelo CENESP explica que centro de reabilitação é: “instituição que atende adolescente e adultos excepcionais com a finalidade de, sob orientação de equipe multi e interprofissional, avaliar, tratar, treinar profissionalmente, visando a reintegração à força de trabalho e à sociedade, desenvolvendo ao máximo suas capacidades residuais””

³⁵ Médico neurologista, que era responsável pelo Instituto Veras, anteriormente chamado de Instituto Nossa Senhora da Glória no Rio de Janeiro e vinculado ao The Institut for the Achievement of Human Potencial, na Filadélfia EUA.

³⁶ Informações coletadas no <https://apaebh.org.br/>

instituição de Belo Horizonte ter sido fortemente influenciada pela educadora Helena Antipoff, que desde a década de 1950 mobilizava lideranças política, profissionais de diversas áreas e sociedade, organizando um movimento de defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

O ano de 1974 inicia-se com a fundação do Instituto de Organização Neurológica (ION)³⁷, que funcionou nas dependências da APAE de Corumbá. Através deste órgão, a APAE receberia os novos métodos empregados na recuperação do excepcional. Definiu-se que a diretoria da ION seria constituída por um diretor presidente, sendo ele o Dr. Antônio Pedro de Barros, um diretor médico, Dr. Francisco Peres de Oliveira, e um Diretor Administrativo, Sr. Elias Kassar. Foi mencionada a possibilidade de o próprio Dr. Francisco Peres de Oliveira participar do VI Congresso Neurológico que seria realizado em julho na Irlanda, sendo as despesas custeadas pela APAE. A filiação à instituição ION custaria à APAE uma contribuição mensal no valor de Cr\$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros), cujas parcelas começaram a ser pagas em janeiro de 1974. Mesmo com a fundação da ION em Corumbá, a APAE continuaria a pagar a mesma mensalidade à sede no Rio de Janeiro (Ata nº 01/74, 20/03/1974).

Percebemos a forte influência médica no direcionamento das ações da APAE. Jannuzzi (1985) afirma que os médicos foram os primeiros a chamar atenção para a necessidade de educação para indivíduos com deficiência. A autora (2012) explica que

As vertentes pedagógicas [...] procuravam partir das deficiências em si mesmas, do que diferia do normal, do que “faltava”, visando proporcionar-lhes condições para suprir sua subsistência, desde o desenvolvimento de habilidades simples, necessárias ao convívio social, até a sistematização de algum conhecimento para a inserção no trabalho (Jannuzzi, 2012, p. 115)

Em julho desse mesmo ano, a diretoria se reuniu para tratar da programação da vinda do neurologista, Dr. José Carlos Lobo Veras, que realizaria consultas às crianças da APAE e, na oportunidade, faria palestra na TV Cidade Branca, se encontraria com os médicos locais e ainda se reuniria com as mães das crianças atendidas pela APAE. Cada consulta realizada custaria a importância de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), sendo estabelecido pelo Dr. Veras um valor mínimo de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), o

³⁷ O Instituto utiliza o método de organização neurológica verificando o grau de capacidade de cada criança, podendo assim verificar em que estágio neurológico se encontram, para assim elaborar um programa de atividade específico. (Wachelke, et al., 2004)

que equivaleria a 30 atendimentos. A Tesouraria da APAE ficou encarregada de pagar todas as despesas de viagem e estadia do Dr. José Carlos Veras na cidade e, em relação ao pagamento das consultas, decidiram que os membros com mais posses ficariam encarregados da consulta de mais duas crianças e os que não tivessem recursos pagariam o que pudessem (Ata nº9/74, 19/07/1974). Nos anos de 1975 e 1976 a visita do neurologista à instituição ocorreu dentro das mesmas bases da primeira de organização.

A instituição, como vemos, estava recebendo visitas anuais do neurologista Dr José Carlos Lobo Veras, que realizava atendimento das crianças mediante pagamento e prestava assessoria no setor de reabilitação aos membros da instituição, incluindo famílias e comunidade médica local. Mas havia uma preocupação da Sra. Odilza sobre a forma como as famílias dos alunos demonstravam interesse pelos seus filhos e mencionou que a psicóloga trabalharia intensamente com os pais dos alunos para que se conscientizassem do trabalho realizado na instituição.

Em 22/10/1976, há o registro de que o Dr. Antônio Pedro e a Sra. Odilza iriam ao Rio de Janeiro, ao encontro do Dr. José Carlos Veras e do Dr. Glenn Doman e, que este médico, juntamente com sua equipe de representantes do ION, havia se oferecido para a vir a Corumbá acompanhando o Dr. José Carlos Veras.

Apesar de não mencionar de forma explícita o método adotado nos tratamentos, fica implícito, pela presença do Dr. José Carlos Veras, que a instituição trabalhava sob a filosofia de tratamento de organização neurológica segundo as orientações do método Doman-Delacato³⁸ (cujo nome é devido a seus dois principais teóricos Glen Doman e Carl Delacato), elaborado no decorrer dos anos 1950 e 1960, nos Estados Unidos pela equipe do *Institute for the Achievement of Human Potential* (Instituto para o Desenvolvimento do Potencial Humano), localizado na Filadélfia. No Brasil, o Instituto atuou por meio do Centro de Reabilitação Nossa Senhora da Glória no Rio de Janeiro fundada em 1959.

Sobre a viagem e a visita, encontramos:

[...] do novo sistema de trabalho que ela [a clínica/a instituição] quer implantar aqui em Corumbá acompanhando o mesmo do Rio de Janeiro, pretende [...], formar uma equipe que será formada por outros médicos e assistente social, onde será aplicado uma programação de

³⁸O método Doman-Delacato está voltado principalmente para educação de crianças com lesão cerebral, pois considera-se que elas possuem maior plasticidade cerebral e, portanto, um melhor prognóstico em relação a melhoras que indivíduos com idade mais avançada e o método busca possibilitar às crianças com deficiências supera suas dificuldades. Mais informações sobre o Método, ver Wachelke et all. (2004).

entrosamento do excepcional com relação à sociedade em todos os setores (Ata 22/10/76, p. 38,39).

Os membros da diretoria estavam de acordo com essa visita e achavam de grande proveito a vinda desses profissionais a instituição, porém mencionaram que era preciso antecedência para se programar e até mesmo conseguir verba especial de algum órgão estadual ou municipal para esta vinda (Ata 22/10/76)

A programação para a visita do grupo de representante da ION de diversos países da Europa e América do Norte foi elaborada durante algumas reuniões e em 16/04/1977, mencionaram que a visita ocorreria ainda naquele ano, no mês de maio, porém na Ata 05/77 de 26/07/1977 voltaram a discutir a programação da vinda desses profissionais a Corumbá.

Discutiu-se ainda sobre os meios para promover a vinda do Dr. José Carlos e mais quatro técnicos do ION (Instituto de Organização Neurológica) à nossa cidade, a fim de orientar a APAE sobre os modernos métodos de tratamento atualmente em execução na Filadélfia (Ata nº 05/77,26/07/1977, p. 44).

A presença estrangeira evidenciada acima nos confirma o que apontam os estudos sobre a história da educação especial no Brasil. Kassir (1998) já analisava a influência estrangeira e de pessoas pertencentes a elite direcionando as ações no nosso país. A própria criação dos dois Institutos, no período imperial, já indicava a influência estrangeira, assim como a Psicóloga Helena Antipoff e a própria NARC, que influencia a fundação da primeira APAE no Brasil.

A Diretoria menciona as vantagens das mensalidades pagas ao Dr. José Carlos Lobo Veras para prestar assistência técnica à APAE e se posiciona favorável à visita dos técnicos, embora considerasse uma despesa grande, e concluem que seria extremamente necessária para o bom andamento do programa de recuperação do excepcional seguido pela APAE local. Não encontramos registro em ata sobre essa visita especial e não podemos afirmar se ela ocorreu ou não. Constam apenas as visitas anuais do Dr. Jose Carlos Veras.

Em 1978 a instituição recebe uma carta enviada pelo Dr. José Carlos Veras, que trata do reajuste da mensalidade que a APAE paga para dele receber orientação médica.

A nova mensalidade pedida pelo neurologista é de Cr\$ 6.200,00³⁹ (seis mil e duzentos cruzeiros) para esse ano, sendo que ele passaria a vir duas vezes por ano para fazer a revisão e orientação do tratamento. A carta menciona que uma de suas obrigações com a APAE seria a formação de técnicos e que esperava que, em 1978, Corumbá usasse melhor esse recurso. O presidente da APAE disse que, o Dr. Antônio, em contato pessoal com o Dr. José Carlos, conseguiu reduzir a mensalidade para Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros). A carta também apresentava a exigência que a cada vinda do neurologista fossem pagas 2 (duas) passagens aéreas e mais uma quantia igual da mensalidade. Todos os membros da diretoria concordaram com o reajuste, pois acreditavam que a assistência prestada pela ION era imprescindível. Ainda nesta reunião, Sra. Odilza discorreu sobre os novos métodos de ensino, o “Programa de Desenvolvimento da Inteligência”⁴⁰, que estavam sendo utilizados pela ION, o Dr. José Carlos Veras e sua equipe no Rio de Janeiro e que poderiam ser implantados em Corumbá futuramente (Ata nº 01/78, 16/02/1978).

Em virtude desse novo programa, Sra. Odilza solicitou à diretoria e aos outros membros que visitassem a APAE, em horário normal de funcionamento, para verem a programação nova que estava sendo desenvolvida com as crianças, com os novos exercícios implantados após a visita do doutor José Carlos Veras, a fim de valorizá-los ainda mais (Ata nº 2/78, 16/03/1978).

Os registros em atas indicam que a nova programação introduziu modificações na área de escolaridade, com o “Programa para o Desenvolvimento da Inteligência”. No entanto, apesar da referência a modificações na “área da escolaridade”, de fato tratou-se de uma abordagem de base fisioterápica, relacionada à perspectiva da (re)organização neurológica. Para manter o novo programa funcionando foi preciso que alguém da instituição tomasse conhecimento do método para coordenar o programa na APAE de Corumbá. Assumiu essa responsabilidade a Sra. Constança P. Gomes da Silva que deveria se dirigir ao Rio de Janeiro, com despesas custeadas pela APAE, para junto ao instituto

³⁹A partir de 01/05/1978 o salário-mínimo praticado era de Cr\$ 1560,00, através do Decreto nº 81.615, de 28/04/1978. Nesse sentido o valor cobrado de mensalidade pelo Dr. José Carlos Veras equivaleria a aproximadamente quatro salários-mínimos. As informações sobre os valores de salários-mínimos foram coletadas em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/servicos/valores/salario-minimo>

⁴⁰O marco teórico desse modelo de intervenção está centrado no princípio de organização neurológica. A princípio a crianças dita com lesão cerebral passa por um diagnóstico afim (Perfil de Desenvolvimento) para verificar em que estágio neurológico ela se encontra, para então ser possível elaborar um programa de atividades específico para a criança. As atividades incluíam rastejar, deslizar, apresentavam estímulos variados de ordem visual, tátil e auditiva. Uma das características do método denomina-se padronização e são extremamente duradouros e trabalhos, muitas vezes tendo que ser aplicado em tempo integral por mais de um adulto. Mais informações, ver Wachelke et all. (2004).

dirigido pelo Dr. José Carlos Veras tomar conhecimento do método (Ata nº 6/78, 28/09/1978).

Neste mesmo ano, foi doado pelo governo de Estado de Mato Grosso, através do governador Dr. Cassio Leite de Barros, um gabinete odontológico, cuja inauguração ocorreu em março de 1979, com a presença do governador e sua esposa Darcy Miranda em Corumbá (Ata nº 07/78, 23/11/1978 e Ata nº 01/79, 14/03/1979).

Em início de 1979, a instituição recebe nova carta do Dr. José Carlos Lobo propondo o aumento da mensalidade para Cr\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos cruzeiros, sendo a presente proposta aceita pela diretoria (Ata nº 08/78, de 24/01/1979).

Os primeiros problemas relacionados à contratação do Dr. José Carlos começam a aparecer nas atas em meados de 1980, quando o neurologista solicitou aumento de mensalidade de acordo com o aumento salarial nacional. O assunto é colocado em pauta nas Atas nº 05 e 06/80. A diretoria se manifesta e acha que o melhor seria pedir um desconto diante dos altos gastos que a instituição tinha com funcionários. Mas na discussão, Sra. Odilza se manifesta e menciona que “o problema é que o tratamento enviado pelo Dr. José Carlos não deveria ficar parado no momento.” (Ata nº 06, 22/06/1980, p. 60). Nesta reunião não obtiveram nenhuma conclusão a esse respeito.

Na ata nº 7 de 30/06/1980 voltam a tratar sobre a permanência ou não do Dr. Carlos Veras como médico responsável ao tratamento feito às crianças da entidade. A Sra. Odilza menciona que este tratamento está mais do que provado sua eficácia e estava trazendo resultados extraordinários com os atendidos. Mas a equipe discute que este tratamento onera os gastos e que o neurologista deveria compreender a situação que a APAE se encontrava, pois caso contrário a Apae em bem pouco tempo não conseguiria manter os seus próprios gastos. Dona Odilza menciona que o convênio estava firmado com a LBA (Legião Brasileira de Assistência), no entanto a quantia arrecadada não cobria totalmente os custos da entidade.

Percebemos que a Instituição estava passando por um momento delicado e decisivo. Estavam há dez anos seguindo o tratamento proposto pelo Dr. José Carlos Veras, com o qual estavam bem satisfeitos, pelos resultados visíveis, como mencionam em Ata. Porém, os custos desse programa estavam afetando as finanças da instituição e por isso seguiam entre manter ou não o contrato como o neurologista.

Como até então não se decidiram, o próprio Dr José Carlos Veras solicitou respostas sobre o aumento das mensalidades “Dizendo o mesmo da impossibilidade de continuar dando assistência a APAE desta forma em que está sendo feita” (Ata nº11,

31/10/1981, p. 63). Consta na ata que o neurologista já estava há bastante tempo solicitando esclarecimentos através de cartas e telefonemas. O presidente Dr. Antônio Pedro menciona que pretendia viajar para o Rio de Janeiro e entrar em contato direto com o neurologista para uma definição e esclarece aos membros da diretoria, que:

[...] realmente o que o Dr. José Carlos Veras reivindica não é nenhum absurdo, mostrando a todos os presentes que os honorários profissionais do Dr. José Carlos Veras não são absurdos, o problema é que a APAE não encontra-se no momento com grandes possibilidades para continuar mantendo este tipo de tratamento (Ata nº11, 31/10/1981, p. 63)

O presidente da associação, o Dr. Antônio Pedro de Barros, esteve no Rio de Janeiro e conversou pessoalmente com o Dr. José Carlos Veras e este mencionou que não poderia modificar os seus honorários pois tinha gastos imensos quando participava de Congressos fora do país, trazendo novidades de execução no tratamento de Filadélfia. Dr. Antônio acrescenta que, mesmo sendo considerados caros esses honorários, acredita que APAE ainda conseguiria manter por mais um tempo esta parceria, pois, a instituição contava com o convênio firmado com a LBA, que deveria ser reestruturado com bases no novo salário e assim poderia manter o contrato com o neurologista. A diretoria se manifesta e menciona que a LBA exige um neurologista local, um fisiatra e um terapeuta e isso acarretaria em mais custos para a instituição. Mas o Dr. Antônio, sobre este assunto, afirma que mesmo assim, ainda é possível, com a verba da LBA, manter os médicos em questão. A diretoria novamente se manifesta e sugerem que como a APAE terá um neurologista e um fisiatra, poderia enviá-los para um curso, pelo menos uma vez por ano, para a Clínica Nossa Senhora da Glória de propriedade do Dr. José Carlos Veras, podendo trazer novidades sobre o tratamento utilizado. Sobre essa questão, diz o Presidente não haver conversado com o Dr. Carlos Veras, mas acreditava não ter problemas, visto que a intenção do introdutor do método no Brasil era justamente propalar para todo o país o método em questão (Ata nº01, 20/05/1982).

Diante de todos esses problemas e impasses apresentados em torno do contrato com o neurologista, em 1982 (Ata nº2, 3/06/1982), o próprio Dr. José Carlos Veras toma a decisão definitiva de rescisão de contrato que mantinha com a entidade há 10 anos, através de uma carta:

Diz o Dr. José Carlos Veras em sua carta, que o mesmo estará sempre a disposição da nossa entidade, mas que por motivos contrários à

vontade dele seria impossível o mesmo continuar prestando seus serviços, pois as dificuldades que o mesmo também se encontra, não poderia o mesmo aceitar a proposta feita por nossa entidade. No entanto o mesmo encontra-se pronto a qualquer momento em que a entidade necessite de alguns serviços ele estará à disposição, sendo que a mesma caso isso aconteça terá que novamente entrar em sua estrutura. Pede também o Dr. José Carlos Veras que seja imediatamente suspensa qualquer ligação de nome ou camisas que estejam mencionados o nome do Instituto do Potencial Humano (Ata nº02, 03/06/1982, p. 66)

Diante desta mudança, a instituição passou a funcionar sob a chefia no tratamento com Dr. Humberto e o Dr. Jaime Rezende que ficam responsáveis pelo tratamento e revisões mensais das crianças. Sendo Dr. Humberto fisiatra, assume a parte de fisioterapia, e o Dr. Jaime sendo neurologista assume a parte neurológica. Todos concordaram e acharam que foi o melhor a se fazer (Ata nº 02, 03/06/1982). Após esse período, não foram mencionadas ações referentes ao Centro de Reabilitação nas Atas.

Esses registros possibilitam-nos a afirmar que a atuação da APAE, nesses primeiros anos de implementação, voltou-se para a área médica de atendimento, alinhando-se fortemente à vertente médico-pedagógica, que, como mencionou Jannuzzi (2012), que tratava da influência dos médicos nas propostas de educação dessas pessoas e se preconizavam os Serviços de Higiene e Saúde Pública orientando as escolas.

5.7 APAE e sua relação com a FENAPAES

Com já dito, a Federação Nacional das Apaes (FENAPAES) foi criada em 10/11/1962, sendo legalizada em 1963, tendo como primeiro presidente da diretoria provisória o Dr. Antônio dos Santos Clemente filho. A criação deu-se pelo fato de que a organização das Apaes em Federação possibilitar-lhe-ia ter uma função executiva nacional, garantindo-lhe maior controle e/ou domínio das ações de todas as filiadas e havia uma preocupação em formar uma rede que comunicasse ideias e compromissos, articulando-se com a sociedade, órgãos públicos e privados (Silva, 2017).

A sede da Federação foi transferida para Brasília, em 1968, com o apoio do governo militar e, segundo a FENAPAES, esta “deveria estar localizada na capital do Brasil, visando, assim, facilitar as relações e inter-relações com os órgãos públicos e segmentos sociais em âmbito nacional” (Silva, 2017, p. 130).

Sobre este aspecto, Jannuzzi e Caiado (2013) menciona que a transferência da Federação para Brasília está relacionada à ditadura militar, sendo que o próprio presidente

da FENAPAES, José Cândido, era coronel do exército e tinha um perfil condizente com o governo. A transferência da sede evidencia o anseio da Federação em estar próximo a pessoas e órgãos do poder e dessa forma, exercer influência política.

Segundo Soccol (2020), é a Federação que regulamenta a entrada de entidades que buscam utilizar o nome Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, o símbolo⁴¹ e a sigla APAE.

Figura 1 Logotipo da FENAPAEE⁴²



Figura 2 Logotipo da APAE Corumbá (MS)



A figura 1 refere-se à marca APAE, que foi criada em 1961, sendo a Federação Nacional das Apaes detentora de direitos de uso da logomarca assim como as entidades representativas, que devem respeitar a identidade visual padronizando a aplicação da logomarca em todo país (FENAPAES, 2010). Silva (2013) descreve o símbolo: a figura de uma flor ladeada por duas mãos em perfil desniveladas; uma em posição de amparo e a outra de proteção. A margarida simboliza a força.

A Apae de Corumbá (MS), como afiliada da Federação, tem direito ao uso da logomarca podendo colocar, dentro das normas estabelecidas, símbolo, sigla e nome completo da cidade (Figura 2).

⁴¹ Refere-se ao logotipo das associações Apaeanas, que é a representação oficial que identifica a rede de instituições (MENDONÇA, 2017)

⁴²<https://media.apaebrasil.org.br/LOGO-APAE-BRASIL-01.png>

Jannuzzi (2012) entende que a filosofia de trabalho da FENAPAES resume-se em dois verbos: cuidar e educar. Essa filosofia deve-se à filantropia que significa amor à humanidade, humanitarismo, caridade. “E é com o próprio cunho filantrópico da Rede APAE que ela se apresenta ao Estado, como se estivesse cumprindo um dever dele, ou seja, exige do Estado a manutenção do atendimento do excepcional via entidades privadas-assistenciais” (Silva, 2017, p. 135).

A APAE de Corumbá, desde a sua fundação em 1971, já estava estruturada e organizada conforme orientações da FENAPAES, contudo ela ainda não estava filiada à Federação Nacional. Isso só ocorreria mais tarde, em 1976, conforme o Registro de Filiação à Federação Nacional das APAES, nº 241 de 10/02/1976. O Boletim Mensal da Federação, número 03/76, menciona a filiação da APAE de Corumbá e parabeniza as novas APAES filiadas em 1976. “Vamos festejar. APAEs filiadas em 1976. [...] APAE de Corumbá, Rua Manoel Cavassa, s/n - MT; [...]. Às novas co-irmãs, nossos cumprimentos sinceros e o agradecimento por participarem conosco do movimento apaeano. Parabéns.” (Boletim Mensal, nº 03/76, p. 27)

Sobre a estrutura organizacional apresentada na primeira reunião para a fundação da APAE em Corumbá, podemos perceber sua semelhança às diretrizes presentes no documento desenvolvido pela FENAPAES “Guia para a formação de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais” que trata das orientações detalhadas e necessárias para fundação e implementação de futuras APAEs. O Guia foi elaborado pela Federação Nacional, através de sua Diretoria Provisória que tinha como Presidente o Sr. Antônio S. Clemente Filho, e se deu entre os anos de 1962 e 1963.

A filiação à Federação implica pagamentos de mensalidades e Corumbá (MS), por estar filiada à FENAPAES, também deveria cumprir essa obrigação. Isto fica evidente em 1978 quando comunicam “o aumento da contribuição para a Federação Nacional das APAEs, que passou para Cr\$ 377,00 mensais” (Ata nº 08/78, 24/01/1979, p. 53). Considerando que no período, o valor do salário mínimo praticado era de Cr\$ 768,00 (Decreto nº 77510, de 1976), a FENAPAES recolhia de suas filiadas mensalmente o equivalente a quase 50% do salário mínimo.

De acordo com o Boletim Mensal nº 03/76 de março de 1976, a Federação contava já com a contribuição de 70 entidades de APAEs espalhadas em diversas regiões do país. Neste Boletim, são apresentados os valores que cada APAE repassou à Federação no período compreendido entre 1º de fevereiro a 20 de março de 1976 e só nesse período o valor arrecadado pela FENAPAES, através das filiadas, chegou ao valor de Cr\$ 27.684,72

(vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro cruzeiros e setenta e dois centavos) (FENAPAES, Boletim Mensal, nº 03/76, 1976).

Como já informado, uma das preocupações da Federação era formar uma rede que comunicasse ideias articulando-se com a sociedade, através de seus órgãos públicos e privados, sendo instituído os encontros nacionais. Trata-se do Congresso Nacional das Apaes, cujo evento acontece bienalmente em uma Unidade Federativa nos anos ímpares. O evento foi realizado pela primeira vez no Rio de Janeiro, no período de 11 a 13/07/1963, e estavam presentes representantes de 16 Apaes existentes. Assim também aconteciam os Congressos Estaduais das Apaes que eram realizados de dois em dois anos, sempre nos anos pares, promovido pela Federação das APAEs do Estado, sediado por uma APAE eleita para realizar o evento (FENAPAES, Apaeano Nacional, 2005).

A instituição de Corumbá, como membro filiada, participava constantemente desses eventos, sendo mencionada em Ata em 1976, a 1ª Reunião das Apaes de Mato Grosso e, para tal evento, pediram que a Apae de Corumbá (MS) providenciasse um Relatório de Atividades (Ata 14/09/1976). Dona Odilza participou deste encontro que se realizou em Cuiabá e menciona “que foi muito proveitosa sua ida ao Congresso, pois a mesma pode observar mais entrosamento entre as entidades do Estado” (Ata 22/10/1976, p. 38).

Em 1985, mencionaram também o XII Congresso da Federação das APAEs que se realizaria em Salvador-Bahia e sobre o interesse de enviar um representante. Além dos Congressos nacionais e estaduais ocorreram outros encontros, como o VII Encontro das APAEs da Região Centro Oeste, também em 1985, que se realizou em Cuiabá, MT, sendo a APAE de Corumbá representada pelo Dr. Humberto S. Pereira e a Sra. Maria Eunice G. Colleto. O próximo encontro da Região Centro-Oeste, em 1986, ocorreria na cidade de Corumbá (MS), cujos trabalhos deveriam ser coordenados pela Sra. Terezinha Catto, porém, não identifiquei nas Atas se este evento ocorreu ou não conforme estava previsto.

Outra ação promovida pela Federação é a Olimpíada Nacional das Apaes, que aconteceu pela primeira vez em 1973 no Rio de Janeiro, sendo um evento esportivo realizado a cada dois anos, nos anos pares, em uma Unidade Federativa de nosso país (FENAPAES, Apaeano Nacional, 2005). A primeira menção de participação neste evento pela Apae de Corumbá (MS) ocorreu em 1978, quando a instituição foi convidada a comparecer na IV Olimpíadas Nacional das Escolas Especializadas que seria realizada entre os dias 10 e 14 de dezembro na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Um grupo, de mais ou menos 12 crianças, viajaria acompanhado de pessoas da instituição (Ata nº

07/78, 23/11/1978). Em 1990, a Apae de Corumbá mais uma vez participa das Olimpíadas que ocorre m Vitória, Espírito Santo, com a participação de 5 crianças.

Em novembro de 1985 a APAE de Corumbá recebeu um telegrama do Sr. Ministro de Educação para participar da Solenidade de lançamento de Proposta de Ações para o Ensino Especial, que deveria ocorrer no dia 4 de novembro em Brasília. Sobre este evento, não encontrei informações que confirmassem a participação de representantes da Apae de Corumbá (MS). Mas podemos perceber, mais uma vez, a materialidade desse vínculo orgânico entre sociedade civil e sociedade política traduzidas pelos papéis dos intelectuais. A representação das APAEs, enquanto sociedade civil, era constante e decisiva no ordenamento de políticas para Educação Especial. A sua força política dá à classe social predominante, homogeneidade e consciência de sua própria função, assegurando a sua hegemonia política e ideológica sobre as demais classes. (Magrone, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou alguns aspectos de uma instituição de Educação Especial denominada de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), localizada na cidade de Corumbá (MS). Nesse contexto abordamos os primeiros anos de sua implementação que abrangeu o período de 1971 a 1990. O ano de 1971 refere-se à fundação da instituição e 1990 ao término do primeiro livro de Atas de reuniões da Diretoria da instituição, que foi selecionado como material empírico neste trabalho.

A princípio, apresentamos para este estudo os dois livros de Atas de reunião da diretoria, porém no decorrer da pesquisa nos deparamos com a complexidade da periodização e foi preciso compreender o objeto em questão e, como propõe Saviani (2007, p. 12), “organizar os dados visando a explicar o fenômeno que se propôs a investigar”. O primeiro fenômeno que se apresentou, com base em Jannuzzi e Caiado (2013), foi a identificação de duas fases no processo de implementação da APAE de Corumbá (MS): a primeira registrada no primeiro livro e a segunda, no segundo livro. Diante da tarefa de reunir toda a heterogeneidade dos contextos apresentados para esta primeira análise, optou-se em considerar para este estudo apenas o primeiro livro. No entanto, não se pretendeu abordar todos os aspectos relacionados nesse processo e sim reflexões restritas à documentação citada.

A pesquisa apresentou como objetivo principal analisar o processo de implantação e implementação da APAE de Corumbá (MS), com vistas à sua relação com a educação tentando compreender o lugar de escolarização de pessoas com deficiência naquele contexto histórico; à sua relação com o Estado buscando identificar as questões de financiamento naquilo que chamamos de público-privado; à sua relação com a saúde para identificar o perfil dos atendimentos; e por último sua relação com a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), a qual a APAE de Corumbá (MS) é filiada, com o propósito de analisar a força política dessa federação, bem como de suas filiadas.

Na Revisão de Literatura, as leituras sobre a história das APAES em interlocução com os estudos sobre a trajetória da Educação e Especial no Brasil possibilitaram entender a interrelação entre elas. O surgimento e a expansão das APAES no Brasil fazem parte da história da educação especial brasileira e através de alguns estudos que tratam da trajetória histórica dessas instituições, foi possível compreender o lugar ocupado pelas pessoas com deficiência em alguns locais do Brasil. Com isso pudemos constatar que a APAE de Corumbá (MS) seguiu o mesmo modelo de outras instituições que atendiam os alunos da educação especial. Ainda os estudos sobre a história da educação especial, neste município, apontaram que esta se inicia a partir de 1971 com a fundação da APAE (Lobo, 2011, Botelho, 2018; Correa, 2019; Trovo, 2023;), tornando significativa a busca por informações desta instituição.

A primeira questão proposta para discussão neste trabalho foi a relação com a educação. Qual o lugar da educação no contexto da APAE naquele período? Vimos que a instalação de uma “escolinha” foi proposta pela instituição desde o início de seu funcionamento, através da Autorização 35/74, que permitia a educação na modalidade Maternal e Pré-Escolar, porém não pudemos conhecer como se deu o processo de escolarização nesse período em virtude dos limites deste trabalho, mas percebemos problemas de falta de recursos humanos capacitados para o serviço, além de falta de materiais para o desenvolvimento das atividades. Essa mesma realidade se apresentava em outras APAEs naquele período, como menciona Loureiro (2013) na sua pesquisa que aponta, segundo relatos, que a educação não acontecia e que essas instituições apenas cuidavam das pessoas com deficiência prestando atendimento assistencial. Salaberry (2007) também menciona, ao se referir à escolinha criada pela primeira APAE do Rio de Janeiro, que eles procuravam oferecer noções de atividades do dia a dia, sem se preocupar com os conhecimentos de leitura e escrita. Com isso podemos supor que mesmo com autorização para funcionar como escola, não seguiam um currículo de educação regular.

No caso de Corumbá, uma questão que se levanta sobre a falta de professores é que esta pode estar relacionada às questões salariais, visto que nesse período a instituição buscava profissionais que trabalhassem de forma voluntária. As poucas professoras que trabalhavam na instituição não tinham sua situação regularizada. Isto fica evidenciado na reunião (31/10/1973), em que discutem a remuneração das docentes e concluem ser satisfatório os valores pagos para cada uma. Porém, em uma reunião anterior referem-se ao pagamento apenas como uma gratificação.

Se a Educação não parecia ser o grande foco, por outro lado, pudemos perceber que a instituição possuía recursos oriundos de doações, promoções e repasses de verbas governamentais, conforme mencionam nas Atas e que, de 1973 até meados de 1982, direcionava valores significativos para o funcionamento do Centro de Reabilitação, coordenado por um neurologista que implementava técnicas trazidas da Filadélfia (EUA) e pagava altas mensalidades a este profissional para que uma ou duas vezes ao ano viesse até o município realizar avaliação e prestar assessoria técnica à instituição. Esses fatos vão ao encontro do que mencionava Jannuzzi (2004).

[...] o início do trabalho pedagógico destinado às pessoas com deficiência mental estava fortemente direcionado por concepções médicas-pedagógicas de educação, centradas nas causas e manifestações orgânicas do deficiente que pretendia, dentro dos preceitos da ortopedia mental, ajustar e corrigir danos causados por ela.

Nesse período, o panorama nacional apresenta a conjuntura do Regime Militar, um período de governo ditatorial com elevada repressão à liberdade dos cidadãos sob uma forte ideologia de segurança nacional e, no conjunto, ocorre a fase de incremento da industrialização no Brasil passando a predominar, na educação regular, a sua importância para o desenvolvimento econômico, repercutindo também na educação de alunos com deficiência a partir da década de 1970. “Valorizava-se a educação em virtude do desenvolvimento do país, do aumento da produtividade do indivíduo (Jannuzzi, 2012)”. Estes direcionamentos refletem-se nas ações da instituição de Corumbá que, em 1987, com subsídios da Legião Brasileira de Assistência (LBA), instala uma lavanderia, marcenaria e confecção, com o objetivo de dar condições de aprendizagens aos pais e às crianças da APAE, bem como, emprego às mães e às crianças em condições para o trabalho (Ata 01/87 de 30/03/1987).

Dentro do período de regime militar, destaca-se um dos marcos na educação da pessoa com deficiência, que é a criação do Centro Nacional de Educação Especial

(CENESP), com o intuito de definir metas governamentais específicas, oficializando “[...] uma ação política mais efetiva, que poderia organizar o que se vinha realizando precariamente na sociedade: escolas, instituições para o ensino especializado desse alunado [...] (Jannuzzi, 2012, p. 117)”. Bueno (2004) também dizia que sua finalidade constituía-se ainda em promover, em todo o território nacional a expansão e a melhoria do atendimento ao excepcional. Porém, na Apae de Corumbá não pudemos perceber uma ação política mais efetiva no sentido de prestação de assistência técnica com subsídios para a capacitação de profissionais da Educação. O que ficou evidenciado nas atas era o uso de recursos para atender demandas de reformas e aquisição de materiais de expediente. Por outro lado, Kassar et al. (2018) mencionam que os primeiros cursos disponibilizados pelo CENESP na área da Educação Especial pelo Brasil ocorreram em 1975, e os professores deste município receberam treinamento na área, no intuito de serem criadas as primeiras classes especiais locais, que surgiram em 1977, na rede pública de ensino.

Vimos, através da literatura sobre a desresponsabilização do Estado, que este é um dos fatores que levou a instituição a ganhar força política e social. Em 1976, o Boletim Mensal nº 03/76 da FENAPAES menciona o recebimento de subsídios oriundos do Ministério da Educação para a instituição de Corumbá no valor de Cr\$ 29.000,00. Em 1977 mencionam também receber Cr\$ 80.000,00 do CENESP. Em 1980, firmam um convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e mencionam que as doações feitas por este órgão eram de alto nível.

Para Kassar, Rebelo e Oliveira (2019), a prática de subsidiar as instituições privadas com recursos públicos está legitimado desde as primeiras instituições privadas entre os anos de 1930 e 1950 e vem se constituindo como prática política desde então. As instituições privadas têm estado presentes e se amparam na própria legislação que as classificam como apoiadoras e parceiras nas políticas educacionais.

Além dos subsídios, a APAE de Corumbá contava com o apoio da sociedade civil e tinham nas Semanas do Excepcional suas maiores arrecadações. Além dessa atividade que acontecia uma vez ao ano, a Diretoria também organizava outros eventos. Muitas reuniões aconteceram a fim de discutir meios de arrecadação de recursos e criar estratégias para alcançar cada vez mais pessoas que abraçassem a causa. Alguns exemplos dessas ações: criação de livros de sócios, feiras da pechincha, noite pantaneira, bingo, leilão de gado, shows com cantores famosos etc., e sempre com muito êxito nas arrecadações. A partir de 1985, mencionam aplicações em vários bancos com o objetivo

de aumentar a receita, gerar lucro para a APAE, demonstrando organização gerencial e alinhamento com o mercado financeiro.

Sobre a relação com a saúde, percebemos, assim como se apresentou no panorama nacional, que a APAE de Corumbá (MS) assumiu uma forte atuação na área médica e encampou suas ações na reabilitação. Como já afirmado, se na escolarização, a instituição buscava parcerias com a sociedade civil através do voluntariado e sempre atuava com poucos ou nenhum profissional especializado na área, na saúde investiu valores consideráveis para montar seu Centro de Reabilitação e buscou assessoria técnica do neurologista José Carlos Veras, pela qual pagavam-lhe mensalidades para dele receber atendimento. Com isso, vimos que nos primeiros anos a instituição atuava calcada em concepções socialmente construídas, que se baseavam no modelo médico da deficiência que buscava modificar, reabilitar a pessoa com deficiência para torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social.

Sobre a questão de força política, consideramos o fato de que os fundadores dessas instituições privadas de educação especial sempre foram vultos importantes da sociedade (Jannuzzi; Caiado, 2013). Em Corumbá (MS) não foi diferente, pois a APAE foi encampada por pessoas pertencentes à elite social e com influência política. Isto fica bem evidente nas eleições de diretoria, em que os Presidentes de Honra pertenciam a algum cargo político, quase sempre era o prefeito da cidade.

Essas escolhas não eram aleatórias e sim partiam de uma ordem maior que vinha se propagando através da Federação, que buscava articulação e intercâmbio entre as instituições e com órgãos do governo. Silva (2017) afirma que a FENAPAES mantinha domínio de todas as ações das filiadas e tinha uma preocupação de formar uma rede de articulação com a sociedade e com órgãos públicos e privados e para isso necessitavam de pessoas influentes à frente das diretorias locais. Silva (2017) ainda acrescenta que a FANAPAES se constitui como um bloco político atuando como intermediadora entre a pessoa com deficiência, a família e o Estado, representando a força mobilizadora de intelectuais orgânicos vinculados à burguesia.

Para Gramsci, os intelectuais são figuras centrais na organização hegemônica; eles têm papel importante na organização e na elaboração de culturas de uma sociedade, capazes de construir hegemonias, buscando obter consenso de uma larga massa ou de uma sociedade inteira (Angeli, 2011). Ao longo da história da educação especial no Brasil, foi se construindo um consenso que acreditava na não educabilidade da pessoa com deficiência, na sua incapacidade produtiva e na necessidade de uma educação

segregada. Isto foi se constituindo em consenso social e hegemônico, com uma proposta de educação especial ancorada em um lócus específico, local por excelência de educação de pessoas com deficiências que são as instituições especializadas.

Vimos que as Associações de Pais e Amigos do Excepcionais foram ao longo dos anos sendo construída como uma organização da sociedade civil, por pessoas que se mostraram preocupadas com a causa das pessoas com deficiência, mas que o fizeram com bases em concepções e conceitos que estavam imbricados no contexto social. Uma herança que percebemos presente hoje e que dificulta a aceitação da escola regular e pública como espaço de direito e o local mais adequado para a escolarização dos alunos com deficiência. Sabemos que discutir isso causa polêmicas nos dias atuais. Existe uma dicotomia posta socialmente com embates políticos sobre essa questão, que por um lado defende que a escolarização de pessoas com deficiência deve ocorrer nas escolas regulares e outro que defende que a especificidade da condição requer atendimento em classes exclusivas.

A APAE no município e no país permanece atualmente na disputa por recursos públicos da educação e, segundo Castro et al. (2022), no âmbito da educação especial, esta consolida-se na regulamentação do novo FUNDEB.

Nesse percurso observa-se a atuação de forças políticas conservadoras que tentam garantir a manutenção do repasse de recursos públicos para as instituições especializadas privadas sem fins lucrativos em detrimento da utilização desses recursos para a promoção da inclusão escolar nas redes públicas na tramitação do Fundeb. A estratégia política utilizada pela iniciativa privada ocorreu no âmbito do Congresso Nacional, por meio de deputados e senadores que tinham vinculação com instituições de educação especial, sem fins lucrativos, de modo a garantir que sua inserção no Fundo fosse legitimada e regulamentada pelo Estado brasileiro (p. 15)

Seguimos na compreensão, assim como Jannuzzi e Caiado (2013), que a educação escolar deve ser política pública social, integralmente mantida pelo Estado, pois somente dessa forma a educação atingirá todas as camadas sociais. A criação e o funcionamento de instituições privadas não devem isentar o Estado de sua responsabilidade com investimentos na escola pública, para que a educação seja de qualidade e alcance todos os estudantes.

O estudo foi desafiador, pois precisei trilhar um longo caminho, com muitas leituras que me exigiram reflexões e posicionamentos. E o olhar direcionado sob o enfoque materialista histórico e dialético, contextualizado pela teoria gramsciana,

contribuiu para uma análise e uma compreensão mais crítica do discurso e da prática social impressos nos documentos pesquisados.

Encerramos este trabalho com a consciência dos limites aqui apresentados e que muitas questões ainda precisam ser aprofundadas, mas na esperança de que possa contribuir com outras pesquisas.

6- REFERÊNCIAS

AGENCIA SENADO. **Lei institui Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.** Da Redação. 28/12/2017. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/28/lei-institui-semana-nacional-da-pessoa-com-deficiencia-intelectual-e-multipla>

ALVES, Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP** 9(1), 2010.

ANGELI, José Mario. Gramsci, Hegemonia e Cultura: relações entre Sociedade Civil e Política. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 22, julho, 2011.

APAE CORUMBÁ MS. Primeiro Livro de Atas. 1971 a 1990.

APAE CORUMBÁ MS. **Relatório Circunstanciado.** Avaliação Institucional interna, 2017.

ARAÚJO, Luiz. Estado da Arte da relação público e privado na educação básica. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, 2015.

BARBOSA, Ester Augusta Nunes. **A Revista Infância Excepcional (1933-1979):** uma contribuição para a História. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), 168 f., Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2019.

BEZERRA, Giovani Ferreira. **A Federação nacional da APAEs e seu periódico (1963-1973):** estratégias, mensagens e representações dos apaeanos em (re)vista. 2017. 2017. Tese (Doutorado em Educação), 340 f – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados 2017.

BEZERRA, Giovani Ferreira; FURTADO, Alessandra Cristina. **A APAE/ CEDEG em Campo Grande/MS (1967-1987):** memória e história de sua implementação. São Paulo, Unesp, v. 13, n. 2, p. 146-171, julho-dezembro, 2017.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Associação de Pai e Amigos dos Excepcionais (APAE): delineamentos de uma gênese histórica. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 27, n. 1, jan./mar., 2020. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdespesquisa>

BOTELHO, Thaís Aquino Sigarini. **Educação Especial em Corumbá, MS no período de 2004-2008**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), 125 fl. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei nº 7.692 de 11 de agosto de 1971**, Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, 1971.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRUM, Mara Lucia Teixeira; SOUZA, Lucimar Pereira; OLIVEIRA, Neiva Afonso. **A teoria marxista e suas contribuições a Pedagogia social** (s.d.). [file:///C:/Users/ALESSANDRA/Documents/MESTRADO%20EM%20EDUCA%C3%87%C3%83O/ARTIGO%20ISABELA/A TEORIA MARXISTA E SUAS CONTRIBUICOES A.pdf](file:///C:/Users/ALESSANDRA/Documents/MESTRADO%20EM%20EDUCA%C3%87%C3%83O/ARTIGO%20ISABELA/A%20TEORIA%20MARXISTA%20E%20SUAS%20CONTRIBUI%C3%87%C3%83OES%20A.pdf)

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**, 2. ed. ver., São Paulo: EDU, 2004.

BUENO, José Geraldo Silveira, MELETTI, Sílvia Marcia Ferreira. Educação Infantil e Educação Especial: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Revista Contrapontos – Eletrônica**, v. 11, nº 3, p. 278-287, set-dez, 2011.

CAMARGO, Claudia Gabriela. **A imagem construída**. A Bolívia no Telejornalismo Fronteiriço. Dissertação (Mestrado em Comunicação). 2015, 169 fls., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2015.

CAMARGO, Flávia Pedrosa de. **O Benefício de Prestação Continuada e a inserção do indivíduo com deficiência intelectual no mundo do trabalho**. Dissertação (Mestrado em educação). 2011. 224 fls., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2011.

CAMARGO, Flávia Pedrosa de. **O direito à educação de alunos com deficiência: aspectos da implementação da política de educação inclusiva em Corumbá/MS**. Tese (Doutorado). 2019. 208 f., Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2019.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. **Estudos Avançados** 17 (49), 2003.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno; SOUZA, Márcia Maurilio; FRANÇA, Marileide Gonçalves; PRIETO, Rosangela Gavioli; MELO, Douglas Christian Ferrari de. A Educação Especial na Tramitação do novo FUNDEB: disputas entre o público e o privado. **Revista de Financiamento da Educação**, v.12, n. 26,2022.

CECHINEL, André; FONTANA, Sílvia Aparecida Pereira; DELLA, Kelli Giustina Pazeto; PEREIRA, Antônio Serafim; PRADO, Sílvia Salvador do. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**. v. 5, n. 1, p. 1-7, jan./Jun. 2016. Disponível em:
<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2446/2324>

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

CIAVATTA, Maria. Memória e temporalidade do trabalho e da educação: questões de teoria e método. **Seminário de Pesquisa**, II (2007: Rio de Janeiro, RJ) Anais/ Seminário de Pesquisa: novas e antigas faces do trabalho e da educação, Rio de Janeiro, 12 e 13 de dezembro de 2007.

CORREA. Rosa Alessandra Rodrigues. **Educação Especial nas Escolas do Campo: uma análise dos indicadores da Rede Municipal de Ensino de Corumbá MS**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2019. 90 fls., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2019.

D'ANTINO, Maria Heloisa Famá. **A máscara e o rosto da instituição especializada: marcas que o passado abriga e o presente esconde**. São Paulo: Memnon, 1998.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. A Teoria de Karl Marx. Universidade Autônoma de Lisboa. **CARS – Centro de Análise Econômica de Regulação Social**, maio, 2016.

DRUMOND, Adriana Cláudia. **A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com síndrome de Down (1962-1976): diálogos com pestalozzianos**. Tese (Doutorado). 2015. 192 f., - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2015.

EBBING, Dinora Soraia. **A produção discursiva do Movimento Apaeano sobre o sujeito com deficiência: do treinamento aprendizagem**. (Dissertação). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, agosto, 2016, 83p.

ELOY, Adriana Cristina Moraes; COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti. O direito à educação na perspectiva da pedagogia histórico crítica e a educação especial. **Revista Educação Especial**, v. 3, 2020, Santa Maria-RS.

EVANGELISTA. Olinda, SHIROMA, Eneida Oto. Subsídio Teórico-Metodológicos para o trabalho com documentos de Política Educacional: contribuições do Marxismo. **GT9 Trabalho e Educação, 37º Reunião Nacional da ANPED**, Florianópolis/SC, outubro, 2015.

FARIA, Roberto. Oh! Admirável mundo novo! A chegada do neoliberalismo e da Tecnologia nas Escolas do Meio Rural de Trajano de Moraes. Seminário de Pesquisa, II (2007: Rio de Janeiro, RJ) **Anais/ Seminário de Pesquisa: novas e antigas faces do trabalho e da educação**, Rio de Janeiro, 12 e 13 de dezembro de 2007, UFF, EURJ e EPSJV, 2008.

FENAPAES. **Apaeano Nacional**. Órgão de divulgação interna da Federação nacional das APAEs. Edição Especial, Jubileu de Ouro. Fevereiro/ março, 2005.

FENAPAES. **Boletim Mensal**, n. 03/76, março de 1976. Brasília/DF, Brasil.

FENAPAES. **Guia para formação de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**. Antônio S. Clemente Filho, n.d.

FENAPAES. Manual de Identidade Visual da Rede APAE. **Projeto Sinergia**, v. 04, Brasília, jan., 2010.

FERNANDES, Maria Nilvane; COSTA, Ricardo Peres da. Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a extinção da FUNABEM e a criação da FCBIA: implementação de um modelo neoliberal. **Educação em Revista**, Marília, v. 22, p. 23-24, 2021, Edição Especial.

FILHO, Laerci Jansen Rodrigues. O humanismo e a escola na perspectiva gramsciana. **Revista Paideia do Colégio Estadual do Paraná**, [S. l.], n. 09, 2023. Disponível em: <https://www.seer-ojs.pr.gov.br/index.php/paideia-cep/article/view/87>. Acesso em: 7 abr. 2024.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História**. Ministério da Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

FREITAS, Alessandra Rodrigues de; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Indicadores de Matrículas da Educação Especial na Educação Infantil no município de Corumbá/MS de 2013 a 2022. In: Educação Social e Formação Docente: entre encontros e desencontros, ISSN 2596-2531, 2023, Corumbá MS. **Anais do V Congresso de Educação do CPan – IV Semana Integrada da Graduação e Pós-Graduação do CPan**.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo, 2. ed., Cortez, 1996.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. A construção do Bloco Histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere. **Lutas Sociais**, São Paulo/SP, nº 23, p. 80-92, 2º sem., 2009.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Maria Regina Martins. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. **Políticas Educativas**, v. 10, n. 1, p. 64-78. Santa Maria/RS, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro/RJ, 1982.

HAMILTON, David. Notas de Lugar Nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 01, jan./ jun. 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados do Brasil**, Brasília: IBGE, 2024. Site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> (Acesso em 20/01/2025)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> Acesso em: 10 de out. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 04 03 2024.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. Algumas concepções de educação do deficiente. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 25, nº 3, pp. 9-25, maio, 2004.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1985.

JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Kátia Regina Moreno. **APAE: 1954 a 2011 – algumas reflexões**. Campinas, SP: Autores Associados, (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, n. 104), 2013.

JORNAL DIÁRIO CORUMBAENSE. APAE: quase quatro décadas promovendo o bem estar e a cidadania. Camila Cavalcante em 21 de agosto de 2010. **Jornal Diário Corumbaense 2009-2024**. Direção Geral: Rosana Nunes MTB 064/MS. <https://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=18208>

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; RONDON, Marcelo Messias; FILHO, José Fonseca da Rocha. Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva em um município de Mato Grosso do Sul - **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 38, n. 106, p. 299-313, set.-dez., 2018.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Liberalismo, Neoliberalismo e Educação Especial: Algumas implicações. **Cadernos Cedes**, 19 (46), set., 1998.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; MAGALHÃES, Justino. I Congresso Internacional de Pedagogia dos Deficientes: o Brasil na terra de Pestalozzi. **Cadernos de História da Educação**, v. 22, p. 1-20, e158, 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma Política Brasileira de Educação Especial Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Edição Especial, Marília, v, 17, p, 41-58, maio-agosto, 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. Abordagens da Educação Especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, Edição Especial, p. 51-68, 2018.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães, REBELO, Andressa Santos e JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. Educação Especial como política pública: Um projeto do regime militar? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 27(61), 2019. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.4479>

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. O “especial” na educação, o atendimento especializado e a Educação Especial. **VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática Pedagógica na Educação Especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Nova Almeida-Serra/ES, de 11 a 13 de abril, UFES, UFRGS e UFSCAR, 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Embates e disputas na Política Nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e217170, 2019.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Reforma do Estado e Educação Especial: preliminares para uma análise. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, Campinas, nº 11, p. 24-34, novembro, 2001.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LANDIM, Caroline Carvalho da Costa. **Política Nacional de Educação Especial**: antecedentes, disputas, repercussões, e análise sobre o decreto 10.502/2020. Dissertação (Mestrado em Educação). 2022. 116 fls., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2022.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Tese (Doutorado). 1993. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 239 f., Rio de Janeiro, RJ, 1993.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman; CAIADO, Katia Regina Moreno; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: TENDÊNCIAS ATUAIS NO BRASIL. **Revista Teias**, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 40–55, 2016. DOI: 10.12957/teias.2016.25497. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25497>. Acesso em: 2 abr. 2024.

LIMA FILHO, Antenor Martins de. Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Texto trabalhado durante o 1º Módulo do Curso Nacional de Formação Político Sindical da ENFOC, Brasília, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37- 45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>

LEHMKUHL, Márcia de Souza. **A reconfiguração da Federação Nacional das APAES (FENAPAES) no estabelecimento da relação entre público e privado nas políticas de Educação Especial (1974/2016)**. Tese (Doutorado). 2018. 173 fls., Programa de Estudos Pós Graduated em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2018.

LEIJOTO. Camila Pereira. **Registro do público da Educação Especial no Censo Escolar: Deficiência Intelectual em Destaque**. Dissertação (Mestrado em Educação) 2015. 71 fls., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2015.

LOBO, Josilene Augusto. **Projetos políticos pedagógicos de escolas da rede municipal de ensino de Corumbá-MS: aproximação às proposições de flexibilização/adaptações curriculares**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

LOPES, Jecsan Girão. Sujeito e filosofia da práxis em Gramsci. **Revista Reflexões**, Fortaleza-CE, Ano 1, nº 1, julho a dezembro de 2012.

LOSEKANN, Cristiana. **Espaços de participação política: um estudo da APAE**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 2005. – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofias e Ciências Humanas – 110 f., Porto Alegre, 2005.

LOUREIRO, Aline Dozzi Teza. **A Educação Especial no município de Porto Ferreira**. Dissertação (Mestrado). 2013. 140 f., Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, São Paulo, 2013.

LOMBARDI, José Claudinei (org). **Crise Capitalista/ Educação Brasileira**. José Claudinei Lombardi, Uberlândia/MG: Navegando Publicações, 2016.

MAGRONE, Eduardo. Gramsci e a Educação: A renovação de uma agenda esquecida. **Cadernos Cedex**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 353-372, set./dez., 2006.

MARTINS, Ana Amélia Lage; MARTELETO, Regina Maria. Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 10, n. 1, p. 5-24, 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e Introdução de Florestam Fernandes. Editora Expressão Popular. 2ª Edição. São Paulo, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. 3º ed., São Paulo: Cortez, 1996.

MELETTI, Sílvia Ferreira, RIBEIRO, Karen. Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil. **Cadernos Cedex**, 34 (93), maio-agosto, 2014.

MELO, Adriana Almeida de Sales. **Educação Brasileira e estratégias de sobrevivência do Capitalismo Germinal: Marxismo e Educação em Debates**, local, v. 4, nº1, p. 20-30, jun., 2012.

MELO, Douglas Christian Ferrari de; SILVA, João Henrique da; CAIADO, Kátia Regina Moreno. Descentralização, municipalização e federalismo na educação especial: o caso da Fenapaes. **Educação**. UNISINOS [online]. 2017, vol.21, n.3, pp.324-335. ISSN 2177-6210. <https://doi.org/10.4013/edu.2017.213.06>.

MENDONÇA, Ana Cláudia Sousa. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Aracajú: formação de professores e práticas educativas (1968-1988)**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2017. 114 f., Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**, 4 ed., São Paulo, Cortez, 2008.

MOROZ, Melania.; GIANFALDONI, Monica Helena Tieppo Alves. O processo de pesquisa. In: MOROZ, M.; GIANFALDONI, M. H. T. A. **O processo de pesquisa: iniciação**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, p. 15-36, 2006.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. A primeira Escola Especial para crianças anormais no Distrito Federal: o Pavilhão Bourneville (1903-1920). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 6, nº 1, 2000.

MURTINHO, Max Nunes. Os períodos Pré e Pós Divisão na história econômica Matogrossenses (1970-2020). **Revista Científica da AJES**. V. 03, n. 06, jan./ jun., Juína, Mato Grosso, 2012.

NASCIMENTO, Élide Galvão do. **Educação Especial e Instituição Educacional Especializada: história e políticas públicas**. 144 f., Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2018.

OLIVEIRA, Francélio Ângelo de. **A mudança da APAE de Maranguape CE frente ao processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará CE, 247 f., Fortaleza – CE, 2012.

PAIVA, Lauriana. A dimensão pedagógica das/ nas Políticas Educacionais de Inclusão. **Seminário de Pesquisa, II (2007: Rio de Janeiro, RJ) Anais/ Seminário de Pesquisa: novas e antigas faces do trabalho e da educação**, Rio de Janeiro, 12 e 13 de dezembro de 2007, UFF, EURJ e EPSJV, 2008.

PESTANA, Mônica Mendes da Cunha. **Educação Especial em contexto de pandemia: análise do atendimento educacional especializado**. Dissertação (Mestrado). 2022. 96 fls., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2022.

PLETSCH, Márcia Denise. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 22 (81). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e

processos de ensino e aprendizagem. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes, 2014. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n81.2014>

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na Educação Especial brasileira? **Momento: diálogos em educação**, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan/abr., 2020.

RAFANTE, Heulália Charalo. **Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial no Brasil**. Tese (Doutorado). 2011. 309 fls., Universidade Federal de São Carlos, 2011.

RAFANTE, Heulalia Charalo. História e política da Educação Especial no Brasil: bases teórico-metodológicas e resultado de pesquisa. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, Campinas, 21(2): 149-161, maio/agosto, 2016.

REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Implantação de programas de educação inclusiva em um município brasileiro: garantia de efetivação do processo ensino aprendizagem? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 22(78). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes, 2014. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n78.2014>

REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014). **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 29, n. 70, p. 276-307, 2018.

REBELO, Andressa Santos. **Os impactos da política de atendimento educacional especializado**: análise dos indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência. Dissertação (Mestrado). 2012. 166 fls., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2012.

SALABERRY, Neuza T. Machado. **A APAE educadora**: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Educação). 2007. PUCRS, Faculdade de Educação. 132 f. 2007.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 10 (03); 1095 – 98, set. – dez., 2003.

SAUL, Fernanda Quatorze Voltas. A educação no pensamento de Karl marx. **Revista Veras**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 25-36, janeiro/ junho, 2014.

SAVIANI. Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Dirce Alves. **A história da educação para crianças especiais na APAE de Machado/MG**: 1971 a 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado). 2013. Curso de Educação, Universidade São Francisco, Itatiba/MG. 2013.

SILVA FILHO. Daniel Mendes da. **Acessibilidade**: uma análise da existência de barreiras à inclusão de alunos com deficiência/ NEE na Rede Municipal de Ensino de

Corumbá MS. Dissertação (Mestrado em educação). 2017. 128 fls., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2017.

SILVA, João Henrique da. **Federação Nacional das Apaes, hegemonia e propostas educacionais (1990-2015)** / João Henrique da Silva. 384 f.: 30 cm. Tese (doutorado). 2017. Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos, São Carlos. 2017.

SILVA, Renata Prudêncio da. Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, nº 1, p. 195-208, março, 2009.

SOCCOL, Ingrid Pelissari Kravos. **A trajetória histórica da APAE: os casos de Getúlio Vargas e Passo Fundo RS, 1967 – 2008**. Dissertação (Mestrado). 2020. Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo. 108 f., Passo Fundo, RS, 2020.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético**. Fundamentos da teoria marxista. Centro de Estudo Victor Meyer, São Paulo, nov., 2014.

TROVO, Kariny Araújo Delgado. **Articulação do trabalho pedagógico do Atendimento Educacional Especializado com o Ensino Regular na Rede Municipal de Corumbá (MS)**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2023.em 102 fls., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais. Espanha, 1994.

WACHELKE, João Fernando Rech; NATIVIDADE, Jean Carlos; FAGGIANI, Robson Brino; ANDRADE, Alexsandro Luiz de. Contribuições e limitações do Método Doman-Delacato no contexto da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, set.-dez., 2004, v. 10, n. 3, p. 309-320.

ANEXOS

SEGUNDA DIRETORIA

No dia 7 de maio de 1975 foi dada a posse da segunda Diretoria definitiva que regerá durante dois anos consecutivos, ficando assim distribuídos: Dr. Cássio Leite de Barros (Presidente de Honra); Dr. Antônio Pedro de Barros (Presidente); Dr. Catarino de Pinho (Vice-Presidente); Miracy Miranda Candia (Tesoureira); Constancia Proença Gomes da Silva (Vice-Tesoureira); Jubdivan Fernandes de Albuquerque (Secretária); Lenir de Barros Bezerra (Secretaria-Adjunta); Marina Sadi Gattass (Procuradora Geral); Odilza Miranda de Barros (Diretora Geral de Educação e Saúde); Izabel Ribeiro de Barros (Arquivista); Marina Marinho Sahib (Bibliotecária); Izabel Bertazzo (Diretora Geral de Propaganda e Divulgação); Lucides Medeiros, Hélio Peres, Edson Duarte (Conselho Fiscal); Ana Helena Candia, Marilena A. Sahib, Izanil Rodrigues, Ana Josefa da Costa, Hortência Aguilar, Lenir Boabaid, Lucia M. Vieira, Maria José Kassar, Dalva Figueiredo (Conselho Deliberativo). Essa ata foi registrada em Cartório no dia 26 de janeiro de 1976.

TERCEIRA DIRETORIA

O ano de 1977 começa com a posse da terceira diretoria definitiva que ocorre no dia 16 de abril. Os novos membros regerão a entidade durante o biênio de abril de 1977 a março de 1979 e ficaram assim definidos: Aurélio Scaffa (Presidente de Honra); Antônio Pedro de Barros (Presidente); Lucides Leite de Medeiros (Vice-Presidente); Joanita Botelho de Medeiros (Secretária Geral); Norma Dora Otto Lins (Secretária-Adjunta); Jubduvan Fernandes de Albuquerque (Procuradora Geral); Odilza Miranda de Barros (Diretora Geral de Educação e Saúde); Maria do Carmo Falcão (Arquivista); Jacy Miranda Melgar (Bibliotecária); Miracy Miranda Candia (Tesoureira); Constança Proença Gomes da Silva (Tesoureira Adjunta); Henrique de Carvalho Hostey Sobrinho (Diretor de Propaganda e Divulgação); Helio Peres, Edson Duarte, Francisco Ignácio da Silva Neto (Conselho Fiscal); Ana Josefa da Costa, Izabel Pinheiro Bertazzo, Dalva

Semidei de Figueiredo, Marilena Albaneze Sahib, Lenir Jorge Boabaid, Maria José da Costa Kassar, Izanil Pinheiro Rodrigues, Marina Saddi Gattass, Maria Lúcia Meirelles Vieira (Conselho Deliberativo). A Ata foi registrada em Cartório em junho deste ano.

QUARTA DIRETORIA

Em 29/3/1979 ocorre uma Assembleia Geral para posse da quarta Diretoria Definitiva da APAE que regerá a instituição pelo biênio abril de 1979 a março de 1981. Fica assim composta: Aurélio Scaffa (Presidente de Honra); Antônio Pedro de Barros (Presidente); Catarino de Pinho (Vice-Presidente); Jubdivam F. de Albuquerque (Secretária Geral); Constança Gomes da Silva (Secretária-Adjunta); Izanil Pinheiro Rodrigues (Procuradora Geral); Odilza Miranda de Barros (Diretora Geral de Educação e Saúde); Dalva Semidei de Figueiredo (Arquivista); Izabel P. Bertazzo (Bibliotecária); Cerize Delfina de Campos Barros (Tesoureira); Lenir Boabaid (Tesoureira-Adjunta); Maria C. Falcão (Diretora de Propaganda e Divulgação); Francisco Inácio S. Neto, João Geraldo Rodrigues, Helio Perez (Conselho Fiscal); Norma Otton Lins, Ana Josefa da Costa, Jacy Miranda Melgar, Miracy M. Candia, Marilena Sahib, Maria José da Costa Kassar, Marina Saddi Gattass, Maria Lucia M. Vieira, Josefa da Silva (Conselho Deliberativo). A ata foi registrada em Cartório no dia 23/04/1979.

QUINTA DIRETORIA

No dia 28 de março de 1983, ocorre a Assembleia Geral para eleição e posse da quinta Diretoria Definitiva da APAE para o biênio de março de 1983 a março de 1985. Os novos membros da diretoria são: Prefeito Ruy Valdo Albaneze (Presidente de Honra); Jubdvan Fernandes de Albuquerque (Presidente); Antônio Pedro de Barros (Vice-Presidente); Constança Proença Gomes da Silva (Secretária Geral); José Otávio Barros Leite (Secretário Adjunto); Estefesson de Figueiredo (Procurador Geral); Odilza Miranda de Barros (Diretora Geral de Educação e Saúde); Marina Saddi Gattass (Arquivista); Norma Dora Otto Lins (Bibliotecária); Narciso Arthur Faraco Picanço (Tesoureiro); Lenir Jorge Boabaid (Tesoureiro Adjunto); João Geraldo Rodrigues, Catarino de Pinho, Francisco Inácio da Silva Neto (Conselho Fiscal); Vanete dos Santos Leite, Maria Auxiliadora Faro, Dalva S. Figueiredo, Marilena Albaneze Sahib, Maria do Carmo Falcão, Ingrid S. Pereira, Vera Lúcia Viegas de Araújo, Izanil Pinheiro Rodrigues, Antonio de Arruda Neto (Conselho Deliberativo).

SEXTA DIRETORIA

Em 1985, no dia 19 de abril, ocorre a Assembleia Geral para eleição e posse da sexta Diretoria Definitiva para o biênio de abril de 1985 a abril de 1987. A Diretoria

ficou assim constituída: Prefeito de Corumbá Dr. Fadah Scaff Gattass (Presidente de Honra); Odilza Miranda de Barros (Presidente); Dr. Antônio Arruda Júnior (Vice Presidente); Mariazinha Falcão (1ª secretária); Aline de Campos (2ª Secretária); Beatriz de Barros Marinho (Procuradora Geral); Constança P. Gomes da Silva (Diretora Geral); Quintino P. Garcia (1º Tesoureiro); Lenir Boabaid (2ª Tesoureira); Mena Barros Costa Marques (Bibliotecária); Norma Otto Lins (Arquivista); Regina Helene Vinagre (Diretora de Propaganda); João Geraldo Rodrigues, Dr. Catarino de Pinho, Edson Duarte (Conselho Fiscal); Maria Auxiliadora Faro, Marilena Sahib, Ingrid S. Pereira, Izanil Rodrigues, Miracy M. Candia, Jacy M. Melgar, Vanete Leite, Maria José Kassar, Maria Cacilda Giordano (Conselho Deliberativo).

SÉTIMA DIRETORIA

Em maio de 1987, reuniu-se a Assembleia Geral, para eleição e posse da sétima diretoria definitiva para o biênio abril de 1987 a abril 1989, que ficou assim constituído: Dr. Hugo Costa (Presidente de Honra); Odilza Miranda de Barros (Presidente); Elias Kassar (Vice-Presidente); Mena de Barros Costa Marques (1ª Secretária); Haidee Figueiredo de Amorim (2º Secretária); Beatriz Barros Marinho (Procuradora Geral); Constança Gomes da Silva (Diretora Geral); Quintino Prentice Garcia da Costa (1ª Tesoureira); Lenir Boabaid (2ª Tesoureira); Dalva de Figueiredo (Bibliotecária); Norma Dora Otto Lins (Arquivista); Maria do Carmo Falcão (Diretora de Propaganda); Antônio Scotti, Durvalino Xavier Castelo, Edson Duarte (Conselho Fiscal); Maria Auxiliadora Faro, Marilena Sahib, Ingrid S. Pereira, Izanil Pinheiro Rodrigues, Miracy Miranda Candia, Jacy Miranda Melgar, Dania Sulzer, Maria José Kassar, Maria Cacilda Giordano (Conselho Deliberativo).

OITAVA DIRETORIA

Em abril de 1989, reuniu-se a Assembleia Geral, para eleição e posse da oitava diretoria definitiva para exercerem seus mandatos até 28 de abril de 1991, que ficou assim constituído: Dr. José Sebastião Candia (Presidente de Honra); Odilza Miranda de Barros (Diretora Presidente); Sr. Paulo Tostes de Souza (1º Diretor Vice-Presidente); Elias Kassar (2º Diretor Vice-Presidente); Beatriz Barros Marinho (Diretora de Promoções); Sra. Leni Gellis Addor de Barros (Procuradora Geral); Sra. Lenir Jorge Boabaid (Diretora Tesoureira); Mena Maria de Barros Costa Marques (Diretora Secretária); Sr. Quintino Prentice Garcia da Costa (Diretor Tesoureiro Adjunto); Sra. Haidee Figueiredo de Amorim (Diretor Secretário Adjunto); Sra. Jacy Miranda de Melgar, Sra. Miracy Miranda Candia, Sra. Norma Dora Otto Lins, Sra. Dania Sülzer Miranda, Sra. Constança Proença

Gomes da Silva, Sra. Maria José da Costa Kassar, Sra. Maria Cacilda Giordano, Sra. Dalva Figueiredo, Sra. Marilena A. Sahib (Conselho Deliberativo); Sr. Antonio Scotti, Sr. Edmar Barreto Baltar, Sra. Leda Boabaid Bertozzo (Conselho Fiscal)



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Corumbá, 06 de dezembro de 2023.

Prezada Senhora Maria Estella Ker de Souza
Diretora Pedagógica da APAE de Corumbá MS,

Apresento a acadêmica **Alessandra Rodrigues de Freitas**, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, que desenvolve a pesquisa de Mestrado intitulada "A APAE EM CORUMBÁ MS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE SUA IMPLANTAÇÃO" sob orientação da Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, com o objetivo de levantar o processo de implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corumbá MS, considerando a sua importância e relevância educacional para a compreensão da Educação Especial Brasileira. Dessa maneira, solicito sua colaboração no sentido de autorizar a referida mestrandia a ter acesso aos documentos em seu acervo a fim de coletar informações sobre a história da fundação da APAE. Certa de poder contar com seu apoio, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos e aproveito a oportunidade para externar-lhe meus melhores cumprimentos.

Cordialmente,


Maria Estella Ker de Souza
Diretora Pedagógica APAE


Dra. Bárbara Amaral Martins
Coordenadora do PPGE/UFMS/CPAN
SIAPE 2127740
barbara.martins@ufms.br

Recbi 12/02/23



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Corumbá, 06 de dezembro de 2023.

Prezada Senhora Maria Estella Ker de Souza
Diretora Pedagógica da APAE de Corumbá MS,

Apresento a acadêmica **Alessandra Rodrigues de Freitas**, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, que desenvolve a pesquisa de Mestrado intitulada "A APAE EM CORUMBÁ MS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE SUA IMPLANTAÇÃO" sob orientação da Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, com o objetivo de levantar o processo de implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corumbá MS, considerando a sua importância e relevância educacional para a compreensão da Educação Especial Brasileira. Dessa maneira, solicito sua colaboração no sentido de autorizar a referida mestrand a ter acesso aos documentos em seu acervo a fim de coletar informações sobre a história da fundação da APAE. Certa de poder contar com seu apoio, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos e aproveito a oportunidade para externar-lhe meus melhores cumprimentos.

Cordialmente,

Dra. Bárbara Amaral Martins
Coordenadora do PPGE/UFMS/CPAN
SIAPE 2127740
barbara.martins@ufms.br

Milton Carlos de Melo
Diretor Administrativo
APAE - Corumbá/MS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Ao Sr. Milton Carlos de Melo

DD. Diretor Administrativo da APAE – Corumbá

Prezado Senho Diretor

Como é de vosso conhecimento, a mestranda *Alessandra Rodrigues de Freitas* está coletando dados no acervo da APAE, para o desenvolvimento de pesquisa de Mestrado, com título provisório “A APAE EM CORUMBÁ MS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE SUA IMPLANTAÇÃO”.

Ao realizar a consulta à documentação existente, a mestranda notou que parte do material está fragilizado, devido ao tempo. Diante da situação encontrada, pensamos em realizar a digitalização do material consultado, com a expectativa de preservá-lo por mais tempo, para que este possa ser acessado futuramente de forma virtual, evitando o constante manuseio.

Escrevo, portanto, para solicitar autorização para digitalizar o material consultado (especialmente os livros de atas) para criação de um acervo em PDF. Esclarecemos que, se autorizado, este trabalho será realizado na própria APAE, com uso de celular, de modo a não danificar os cadernos. Ao finalizar, intencionamos passar uma cópia do material digitalizado à instituição, para que possa tê-lo em nuvens, página WEB ou em seus computadores.

Certa de contar com sua costumeira atenção, aguardo posicionamento e, desde já, agradeço.

Despeço-me, permanecendo à disposição para esclarecimentos adicionais

Cordialmente


Mônica de Carvalho Magalhães Kassar
Orientadora
Fone/WhatsApp: 067 999876003

Corumbá, 26 de fevereiro de 2024

Milton Carlos de Melo
Diretor Administrativo
APAE - Corumbá/MS